

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MILENA ABADIA DE SOUSA**

**A ONG AÇÃO MORADIA E A ZONA LESTE DO MUNICÍPIO DE  
UBERLÂNDIA/MG: OS IMPACTOS DO TERCEIRO SETOR NA PERIFERIA**

**UBERLÂNDIA**

**2016**

**MILENA ABADIA DE SOUSA**

**A ONG AÇÃO MORADIA E A ZONA LESTE DO MUNICÍPIO DE  
UBERLÂNDIA/MG: os impactos do terceiro setor na periferia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Estado, Política e Gestão da Educação.

Orientador: Profº Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox.

**UBERLÂNDIA**

**2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S725o  
2016      Sousa, Milena Abadia de, 1991-  
          A ONG ação moradia e a zona leste do município de  
          Uberlândia/MG : os impactos do terceiro setor na periferia / Milena  
          Abadia de Sousa. - 2016.  
          182 f. : il.

          Orientador: Gabriel Humberto Muñoz Palafox.  
          Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
          Programa de Pós-Graduação em Educação.  
          Inclui bibliografia.

          1. Educação - Teses. 2. Espaço urbano - Teses. 3. Periferias urbanas  
          - Teses. 4. Terceiro setor - Teses. I. Palafox, Gabriel Humberto Muñoz.  
          II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
          Educação. III. Título.

CDU: 37

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**Milena Abadia de Sousa**

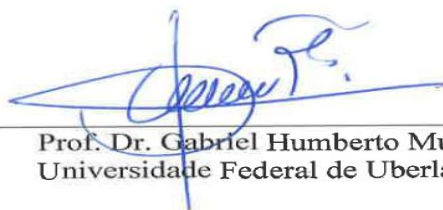
**A ONG AÇÃO MORADIA E A ZONA LESTE DO MUNICÍPIO DE  
UBERLÂNDIA/MG: os impactos do terceiro setor na periferia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

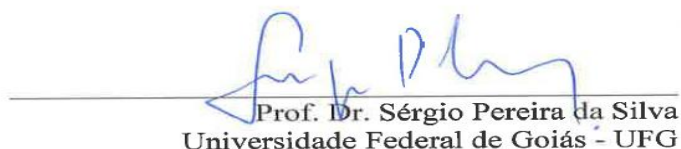
Área de concentração: Estado, Política e Gestão da Educação.

Uberlândia, 02 de março de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Sérgio Pereira da Silva  
Universidade Federal de Goiás – UFG



Prof. Dr. Peterson Elizandro Gandolfi  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

**UBERLÂNDIA**

**2016**

*Aos meus pais pela confiança e amor!*

*À todos aqueles que sofrem pelas diferenças sociais,  
mas acreditam que a mudança é possível!*

## **AGRADECIMENTOS**

Certa vez, Santa Teresinha escreveu: “Compreendi que meu Amor não se devia traduzir somente por palavras...”, e assim também compreendi no decorrer da vida que as palavras devem ser meu último recurso para demonstrar meus agradecimentos. Portanto, utilizarei desse espaço como um simples gesto para lembrar aqueles que fazem parte da minha trajetória de vida e que contribuíram e, ainda, contribuem para moldar aquilo que sou.

A Deus agradeço pelo dom da vida e à Nossa Senhora por ser minha fiel companheira de oração. À minha mãe Maisa pelo cuidado, entendimento, carinho. Ao meu pai pela paciência, compreensão, humildade. A vocês agradeço pela confiança em todos os momentos e por me apoiarem naqueles instantes mais difíceis. Agradeço, principalmente, pelo amor incomparável que me ensinam a cada dia! A vocês todas as palavras de carinho aqui seriam insuficientes para demonstrar o meu amor e gratidão! Eu amo vocês!

Aos meus irmãos Phelipe e Alan Júnior, pelos momentos compartilhados, risadas, brincadeiras, “gordices” e por aguentarem a minha “chatice” cotidiana. Com vocês aprendi o verdadeiro sentido da palavra família!

À minha avó Maria Abadia, com seus conselhos e almoços no fogão à lenha... Mesmo sendo analfabeta, me ensinou e ainda ensina o que nenhum “doutor” ou nenhum livro pôde me ensinar!

Aos meus tios, primos, avós, afilhado, que são parte importantíssima da minha vida!

À minha família de coração, chamada EJC! Sete anos de amizades, lágrimas, aprendizados!

Ao projeto Andorinhas, onde descobri que o amor e a alegria são sim remédios para muitas dores! Agradeço por cada quinta-feira compartilhada em cantorias, risadas...

Agradeço também aqueles que são parte da minha trajetória acadêmica. Não podendo deixar de mencionar meus professores e amigos do curso de Geografia, dentre eles, Ariadne.

A todos os membros do grupo de pesquisa em Educação e Culturas Populares - GPECPOP, principalmente, ao Ronicley, Cinara, Iraídes, Ana Flávia e ao professor Benerval, por aquelas tardes incansáveis de reunião. Não tenho palavras para dizer o quanto eu aprendi com vocês!

Ao Coletivo (Re)Ação devo a minha paixão pela profissão que escolhi! Agradeço à paciência de cada aluno, aos professores pelas longas conversas... Em especial agradeço ao João, por aquele jantar em minha casa, de onde surgiram as primeiras linhas do projeto de mestrado.

Ao Mário, pelas conversas, ensinamentos e humildade! Agradeço por me mostrar o caminho das pedras. Se todos os professores fossem como você boa parte dos problemas da educação estariam resolvidos!

Ao Bruno e à Joelma, por tornarem minhas tardes na biblioteca mais alegres! Um dia aprenderei a contar piadas como vocês!

Ao professor Gabriel Muñoz Palafox, pela coragem de orientar uma geógrafa! Agradeço pelas nossas diferenças, pois foram elas que me fizeram crescer! Entendi que não são as páginas dessa dissertação o mais importante do mestrado e, sim, todas as experiências adquiridas na caminhada! A você, o meu sincero: Muito obrigada!

À Nayara que de colega de orientação, tornou-se minha amiga! Nay, agradeço pelas risadas, “gordices”, palavras de incentivo nos momentos difíceis, pelas inúmeras leituras feitas na minha dissertação. Você mais do que ninguém acompanhou todos os estágios do mestrado e sabe o quanto essa conquista é importante! E é como a gente sempre diz: “Vai dar tudo certo”!

Não posso deixar de agradecer à Danielle, uma amiga que o mestrado me permitiu fazer! Dani, muito obrigada pelas conversas informais na hora do almoço! Fico muito feliz em saber que ainda existem pessoas que acreditam na educação!

Agradeço a todos os participantes dessa pesquisa que compartilharam um pouco de suas histórias comigo! Em especial, agradeço à Diene pela disponibilidade em ajudar e fornecer todas as informações necessárias. Obrigada pela paciência em responder as minhas perguntas chatas de pesquisadora, foram elas que traçaram boa parte das linhas dessa dissertação!

Aos professores Sérgio Pereira e Robson França, pelas contribuições na qualificação. E ao professor Peterson Gandolfi e Sérgio Pereira, por aceitarem participar da defesa dessa dissertação.

A todos os cidadãos brasileiros, pois com parte de seus impostos pagos, a CAPES financiou este estudo!

E aqueles que não foram nominalmente citados, mas que fazem parte da minha vida, o meu: Muito obrigada!



*Uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo! (FREIRE, 1996, p. 15).*

## RESUMO

A presente dissertação é resultado da investigação desenvolvida no âmbito do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, inserida na linha de pesquisa “Estado, Política e Gestão da Educação”. Tem como objeto de estudo a ONG Ação Moradia localizada na Zona Leste da cidade de Uberlândia. Seu objetivo geral é descrever e analisar, criticamente segundo o enfoque dialético-hermenêutico, a história da estrutura e funcionamento da ONG, com base no estudo da sua configuração geográfica localizada no entorno urbano de Uberlândia, e das relações econômicas, políticas e educacionais estabelecidas e desenvolvidas pelo Terceiro Setor na sociedade brasileira. Para tanto foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de entrevista semiestruturada aplicada a gestores, funcionários, usuários e ex-usuários da ONG Ação Moradia. A importância da ONG para a comunidade está relacionada com as moradias construídas, bem como a experiência vivida na ONG que trouxe e continua a trazer impactos positivos na vida das pessoas e suas respectivas famílias à medida que esta possibilitou não somente ganhos financeiros resultantes do trabalho ofertado tanto nas unidades de produção quanto pelos empregos criados no interior da entidade, como também possibilidades de construção de identidades singulares, principalmente femininas, dotadas de independência econômica e afetiva em relação aos maridos e os filhos. Por outro lado, há como um dos pontos limitadores das ações da ONG, críticas relacionadas à natureza filosófica das suas ações e suas possíveis implicações para o desenvolvimento social da comunidade, dentre eles, a Ação Moradia pode estar contribuindo, contraditoriamente, para desobrigar o poder público do atendimento efetivo de necessidades e demandas sociais da comunidade, como também para desmobilizar politicamente a população afetada, por falta, entre outros, de uma estratégia de formação política mais crítica da comunidade em relação aos limites e possibilidades do desenvolvimento social no contexto do capital.

**Palavras-chave:** Espaço Urbano. Periferia. Terceiro Setor. ONG.

## **ABSTRACT**

The present work is the result of research undertaken as part of the Master of the Graduate Program in Education of the Federal University of Uberlândia, inserted in the research line "State Policy and Management in Education". Its object of study NGO Action House located on the east side of the city of Uberlândia. Its object of study the NGO Action House located in the East Zone of the city of Uberlândia. Its overall objective is to describe and analyze critically second dialectical-hermeneutic approach, the history of the structure and functioning of NGOs, based on the study of their geographical configuration located in the urban surroundings of Uberlândia, and economic relations, established policies and educational and developed by the Third Sector in Brazilian society. Therefore, we used the techniques of literature, documentary and semi-structured interviews with health managers, employees, users and former users of the NGO Action House. There is an importance of community in relation to built villas as well as the experience in the NGO who brought and continues to bring positive impacts on people's lives and their families as this led not only financial gains resulting from the work offered in both units of production and the jobs created within the organization, as well as possibilities of construction of individual identities, mostly female, endowed with economic and emotional independence from their husbands and children. On the other hand, there is one of the limiting points of the actions of NGOs, criticism related to the philosophical nature of their actions and their possible implications for the community's social development, including the House action may be contributing, paradoxically, to release the power public effective care needs and social demands of the community, but also to politically demobilize the affected population, lacking, among others, of a community of more critical policy training strategy in relation to the limits and possibilities of social development in the capital of context.

**Keywords:** Urban Space. Periphery. Third sector. NGO.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da cidade de Uberlândia/MG no mapa de Minas Gerais. ....	35
Figura 2 - Uberlândia (MG): Localização bairros Morumbi e Residencial Integração em relação ao centro da cidade. ....	66
Figura 3 - Extensão territorial entre o bairro Morumbi e o centro da cidade de Uberlândia-MG.....	66
Figura 4 - Território ocupado por movimento sem teto de Uberlândia a partir do ano de 2014 no bairro Morumbi. ....	85
Figura 5 - Imagem da praça do bairro Residencial Integração.....	92
Figura 6 -Imagem de cavalete feito por moradores do bairro Morumbi reivindicando a construção de praças.....	92
Figura 7 -Imagem de cavalete feito por moradores do bairro Morumbi reivindicando a construção de praças.....	93
Figura 8 -Imagem da pesquisa em portal de busca na internet sobre o bairro Morumbi-Uberlândia.....	94
Figura 9 -Imagem da localização presídio e Centro Sócioeducativo de Uberlândia nos bairros pesquisados. ....	95
Figura 10 - Presídio Professor Jacy de Assis localizado no bairro Residencial Integração.....	96
Figura 11 - Centro Sócio- Educativo localizado no bairro Residencial Integração. ....	96
Figura 12 - Imagem dos cursos de artesanato ofertados pela Pastoral da Moradia na igreja católica do bairro Dom Almir. ....	101
Figura 13- Imagem das primeiras ações desenvolvidas na igreja católica do bairro Dom Almir.....	102
Figura 14 - Primeiras atividades realizadas com as crianças na igreja católica do bairro Dom Almir.....	102
Figura 15 -Imagem da entrega das doações destinadas às grávidas que participavam das atividades. ....	103
Figura 16 - Imagem da sede da ONG Ação Moradia, antes chamado de Centro de Formação da Família José Lélis. ....	106
Figura 17 - Imagem das casas construídas no residencial Campo Alegre. ....	112
Figura 18 - Troca do barraco por casa de tijolos ecológicos.....	113
Figura 19 - Placa colocada na casa da entrevistada C2.....	115
Figura 20 - Exemplo de folder de divulgação da Unidade Produtiva do Artesanato, intitulada Criarte Sonhos.....	122
Figura 21 - Imagem da Fábrica de Tijolos Ecológicos. ....	127

Figura 22 - Cestas básicas para doação.....	132
Figura 23 - Moeda Social da ONG Ação Moradia. ....	134
Figura 24 - Produtos da Unidade Produtiva Cozinha na Feira Solidária. ....	135
Figura 25 - Produtos da Feira Solidária da ONG Ação Moradia. ....	135
Figura 26 - Imagem do primeiro almoço de Natal realizado pela ONG Ação Moradia no ano de 2002.....	136
Figura 27 - Folder do Almoço de Natal do ano de 2015.....	138
Figura 28 - Apresentação do Projeto Música e Cidadania pela Paz Social.....	142
Figura 29 - Apresentação Cultural na ONG Ação Moradia. ....	142
Figura 30 -Passeata para reivindicar soluções para centro de formação abandonado no bairro Morumbi. ....	145
Figura 31 -Moradores em reivindicação na Prefeitura Municipal. ....	145
Figura 32 - Recursos financeiros repassados pela Prefeitura de Uberlândia para a ONG Ação Moradia no ano de 2015. ....	148

## LISTAS DE GRAFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Média de idade dos sujeitos da pesquisa. ....	76
Grafico 2 - Estados de origem dos sujeitos da pesquisa. ....	76
Grafico 3 - Bairros de residência dos sujeitos da pesquisa. ....	79
Grafico 4 - Gráfico sobre tempo de moradia dos entrevistados nos bairros pesquisados. ....	79
Tabela 1 - Evolução da taxa de urbanização brasileira segundo o IBGE. ....	30
Tabela 2 - Evolução da taxa da população urbana e rural segundo o IBGE entre 1980 a 2010.	30
Tabela 3 - Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos, com serviço de saneamento, segundo as grandes regiões - 1999/2009. ....	31
Tabela 4 - Domicílios por condição de saneamento e luz elétrica (%) – 1999. ....	32
Tabela 5 - Número de imigrantes por grandes regiões de residência segundo o lugar de nascimento - 2009. ....	32
Tabela 6 - Distância em Km de Uberlândia a cidades de influência econômica. ....	34
Tabela 7 - Evolução da População de Uberlândia comparada com Minas Gerais e do Brasil- de 1991 a 2010. ....	37
Tabela 8 - Principais grupos beneficiários das ONGs latino-americanas em função das referências, trabalho, comunidade e outras. ....	51
Tabela 9 - ONGs subvencionadas pela Prefeitura de Uberlândia - 2012. ....	61
Tabela 10 - Organização dos sujeitos da pesquisa por meio de categorias de participação. ...	75
Tabela 11- Quadro loteamentos que compõem o Residencial Integração (Uberlândia, MG.)	81
Tabela 12 - Número de Consultas Médicas nos Pronto-Atendimento - UAI's - 2012. ....	90
Tabela 13 - Número de atendimentos realizados pela ONG Ação Moradia no período de 2002-2014, de acordo com relatórios anuais entregues para a Prefeitura Municipal de Uberlândia – PMU/UDI e para o Ministério da Justiça. ....	117
Tabela 14 - Ingressos e desistências aos cursos ofertados pela ONG Ação Moradia no ano de 2011. ....	118
Tabela 15 - Quantidade de famílias atendidas no programa “Segurança Alimentar” da ONG Ação Moradia no período de 2002-2014. ....	133
Tabela 16 - Número de crianças atendidas pela ONG Ação Moradia no período de 2002 à 2014. ....	140
Tabela 17 - Número de voluntários e funcionários da ONG Ação Moradia no período de 2002-2014. ....	152

## **LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABONG: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais.

CEF: Caixa Econômica Federal.

CESEU: Centro Sócioeducativo de Uberlândia.

FASFIL: Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos.

FHC: Fernando Henrique Cardoso

GPECPOP/UFU: Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Populares/Universidade Federal de Uberlândia.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

NAICA: Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente.

ONG: Organização Não Governamental.

ONU: Organizações das Nações Unidas.

OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

PAIH: Programa de Ação Imediata em Habitação.

PMU: Prefeitura Municipal de Uberlândia.

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1 ESPAÇO URBANO E SUA HISTÓRIA RECENTE NO MARCO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS.....</b>	<b>21</b>
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DOS PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO .....	25
1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DOS PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO.....	29
1.3 UBERLÂNDIA: A CIDADE DO “PROGRESSO”.....	34
<b>2 O TERCEIRO SETOR NO BRASIL: O CASO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....</b>	<b>40</b>
2.1 A PRODUÇÃO DA MISÉRIA E DA DESASSISTÊNCIA SOCIAL NO MODELO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO .....	40
2.2 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS- CONCEITO E HISTÓRICO ..	49
2.3 AS ONGS NO BRASIL: FUNDAMENTAÇÕES LEGAIS .....	55
2.4 TERCEIRO SETOR E O ESTADO: EFICIÊNCIA COM MENOR CUSTO?.....	57
2.5 ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR EM UBERLÂNDIA.....	61
<b>3 DILEMAS DOS ESPAÇOS PERIFÉRICOS: PERCURSO HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO URBANA DO BAIRRO MORUMBI- UBERLÂNDIA/MG .....</b>	<b>64</b>
3.1 DADOS DA PESQUISA DE CAMPO .....	71
3.2 O BAIRRO MORUMBI E SEU ENTORNO, NA VISÃO DE MORADORES.....	75
3.3 OCUPAÇÕES “IRREGULARES” .....	81
3.4 BAIRROS PESQUISADOS E SEUS PROBLEMAS ATUAIS .....	86
<b>4 PERCURSO HISTÓRICO DA ONG AÇÃO MORADIA .....</b>	<b>98</b>
4.1 PERCURSO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA ONG AÇÃO MORADIA.....	98
4.2 ESTRUTURA JURÍDICA DA ONG AÇÃO MORADIA – ORGANIZAÇÃO ESTATUTÁRIA.....	107
4.3 PERFIL DOS ATENDIDOS PELA ONG.....	109
4.4 AS ATIVIDADES DA ONG AÇÃO MORADIA.....	110
<b>4.4.1 Moradia.....</b>	<b>110</b>



<b>4.4.2</b>	<b>Cursos profissionalizantes .....</b>	<b>115</b>
<b>4.4.3</b>	<b>A política de segurança alimentar da ONG Ação Moradia .....</b>	<b>131</b>
<b>4.4.4</b>	<b>Formação moral, profissional, cultural e cidadã .....</b>	<b>139</b>
4.5	COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES E A RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO .....	144
4.6	RECURSOS FINANCEIROS E VOLUNTARIADO NO TERCEIRO SETOR ..	147
4.7	CONTRIBUIÇÕES DA ONG NA VISÃO DE USUÁRIOS E EX-USUÁRIOS .	153
4.8	POSSIBILIDADES FUTURAS TANTO PESSOAIS QUANTO DA ONG .....	157
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>162</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>167</b>

## INTRODUÇÃO

*“Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo” (FREIRE, 1996, p. 30).*

A presente dissertação é fruto de uma pesquisa acadêmica em nível de mestrado iniciada em 2014, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, inserida na linha de pesquisa em Estado, Política e Gestão da Educação.

A pesquisa buscou descrever e analisar, de acordo com o enfoque dialético-hermenêutico, a história; os limites; as possibilidades e os impactos políticos e sociais produzidos pela ONG Ação Moradia, sediada no município de Uberlândia-MG. A investigação se configura no campo da pesquisa qualitativa em educação.

Diante do tema, considero imprescindível iniciar o trabalho, apresentando em primeira pessoa, um breve memorial pessoal-profissional, que sob meu ponto de vista motivou-me para a realização desta pesquisa.

Nasci na cidade de Uberlândia, em 1991. Na época, eu e minha família não possuíamos casa própria, entretanto, no ano de 2004, meus pais decidiram participar juntos com outras famílias de um movimento de ocupação de um terreno no bairro Morumbi, localizado na zona leste do município, cuja propriedade era da Prefeitura Municipal de Uberlândia e onde, de acordo com o discurso oficial, seria construído mais um conjunto habitacional.

Apesar das dificuldades que acarretam o envolvimento nas lutas populares, por uma moradia digna, minha família se envolveu ativamente no processo de ocupação e, depois de efetivada a ação, nós construímos um cômodo e uma fossa séptica na parcela do terreno que foi destinado pelo movimento.

Contando com o apoio da vizinhança, ocupamos o cômodo, tendo que, dentre outros aspectos, comprar água e velas para atender às nossas necessidades básicas até conseguirmos obter oficialmente rede elétrica e de água encanada, antes mesmo de contar com a posse da propriedade.

Apesar de viver em uma condição continuamente tensa devido à possibilidade de sermos despejados do local; assim como pela incerteza da conquista da propriedade por causa dos interesses públicos e privados de não aceitarem a ocupação; após oito anos de luta o movimento conseguiu, finalmente, no ano de 2007, garantir o direito à propriedade por meio

da formalização junto à Prefeitura Municipal de um processo de cadastramento e parcelamento do valor dos terrenos condizente com a nossa renda familiar.

Durante todo o período de ocupação tivemos que enfrentar um espaço urbano carente de infraestrutura, como ruas sem asfalto, não havia rede de água e esgoto, nem escolas que oferecessem ensino médio e muito menos uma unidade de atendimento à saúde, dentre outros serviços essenciais para garantir a qualidade de vida da comunidade. Situação esta que obrigava as famílias do bairro a deslocarem-se continuamente a outras localidades da cidade, tal como ocorreu comigo no momento de ingressar no ensino médio, já que nosso bairro somente contava com unidades escolares de ensino fundamental.

Entretanto, com o passar dos anos também foi possível observar e constatar como o espaço urbano do bairro Morumbi modificou-se lentamente, tanto pela transformação das casas, quanto pela pavimentação de ruas e avenidas e a abertura de novos estabelecimentos comerciais no nosso entorno familiar.

Convivendo cotidianamente com esta conjuntura, logo depois de terminar o ensino médio, ingressei no curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. A escolha pelo curso surgiu da vontade de tornar-me professora, bem como pela influência positiva dos professores de Geografia nas escolas onde tive oportunidade de estudar.

Depois de cursar o primeiro ano da faculdade adentrei ao Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Populares oferecido pela universidade: o GPECPOP/UFU, onde além de pesquisar sobre a realidade urbana, tive a oportunidade de realizar atividades extensionistas numa Organização Não-Governamental denominada “Ação Moradia”, fundada oficialmente no ano 2004, que foi concebida por um grupo da igreja católica no início dos anos 1990, com a finalidade de ajudar famílias de baixa renda que moravam nas ocupações da região do bairro Morumbi.

Nesse espaço de trabalho verificamos a inexistência de fontes de informação que poderiam ser importantes para compreender não somente a história e as condições geográficas dos bairros localizados no entorno da ONG Ação Moradia, mas também, o impacto político, econômico, social e cultural resultante das ações desenvolvidas por esta instituição ao longo de sua história.

Além disso, ao atuar na condição de bolsista de extensão, também tive a oportunidade de realizar trabalhos de pesquisa na área de Educação Popular onde conheci outras histórias de vida semelhantes à minha, relacionadas com o dia a dia dos moradores do bairro Morumbi. Isso resultou, entre outros aspectos, na constatação da importância das lutas de resistência das camadas populares de Uberlândia, ao qual também fiz parte, no que diz

respeito à conquista dos seus direitos num contexto amplamente hegemonizado pelas relações capitalistas de produção e organização do espaço urbano.

Dessa forma, considerando os conflitos, interesses econômicos, problemas estruturais e ocupações irregulares que caracterizaram a organização do espaço urbano dos bairros localizados no entorno da ONG Ação Moradia, bem como a identificação de necessidades e demandas sociais, urbanas, econômicas e de formação profissional características dessa região, surgiu o interesse científico à luz do olhar da Geografia em consonância com o estudo crítico do impacto econômico, social e cultural do Terceiro Setor em suas mais diversas organizações civis, responder como problema, quais foram os limites, possibilidades e perspectivas históricas da ONG Ação Moradia na periferia de Uberlândia?

Nesse sentido, no contexto da linha de Políticas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, apresenta-se como objetivo geral da presente dissertação, descrever e analisar criticamente a história da estrutura e funcionamento da ONG Ação Moradia, com base no estudo da sua configuração geográfica localizada no entorno urbano da zona leste da cidade de Uberlândia, bem como suas relações econômicas, políticas e educacionais estabelecidas e desenvolvidas pelo Terceiro Setor na sociedade brasileira.

Para alcançar o objetivo proposto, pretende-se, atingir os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever e analisar teoricamente o sentido/significado da concepção de espaço urbano e sua história recente no marco das relações capitalistas de produção e da constituição da cidade;
- b) Delinear e fazer uso de uma análise sobre o marco histórico e legal de constituição do Terceiro Setor com foco no estudo e caracterização das organizações não-governamentais no contexto da sociedade capitalista;
- c) Contar o histórico da constituição do espaço urbano no bairro Morumbi, localizado na zona leste de Uberlândia;
- d) Relatar a história da ONG Ação Moradia, com foco na análise dos seus limites, possibilidades e desafios de desenvolvimento institucional no contexto da sua área de abrangência.

### **Caminho da pesquisa e estrutura da dissertação**

De acordo com a metodologia adotada, a materialização da investigação em forma de dissertação compreendeu diversos procedimentos e passos que fizeram parte do caminho da pesquisa e que ocorreram em um movimento dialético.

Após o ingresso no mestrado, foi desenvolvido um cronograma de pesquisa elaborado em conjunto com o orientador e colegas de orientação. O primeiro ano foi dedicado para o cumprimento das disciplinas, como também reuniões coletivas entre o orientador e outros alunos de mestrado que estavam sob orientação do mesmo.

Nestas reuniões coletivas construímos nossos projetos para apresentar ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFU - CEP. O projeto foi aprovado pelo Comitê no dia 15/01/2015, conforme parecer constante no Anexo 1.

Após a aprovação, deu-se início à pesquisa de campo onde fomos até a ONG Ação Moradia apresentar ao gestor da instituição o projeto de pesquisa. Ele se mostrou disposto a contribuir com a investigação, como também, abriu as portas da entidade para a investigação. É importante mencionar que, a partir das reuniões de orientação, optamos por realizar a pesquisa de campo concomitantemente à pesquisa documental e bibliográfica.

Utilizando uma estrutura lógica de natureza dedutiva (do geral ao particular), a dissertação foi estruturada em quatro capítulos, de acordo com os objetivos geral e específicos acima apresentados.

O primeiro capítulo, intitulado “Espaço Urbano e sua história recente no marco das relações capitalistas” foi fundamentado na pesquisa bibliográfica e documental. Nele são analisadas a concepção de espaço urbano e as relações capitalistas que envolvem o processo de constituição das cidades; discutindo também a produção do espaço urbano brasileiro e da cidade de Uberlândia, abordando seu histórico e as suas relações conflituosas.

No segundo capítulo, intitulado “O Terceiro Setor no Brasil: O caso das Organizações Não-Governamentais” foi feito um levantamento bibliográfico e documental sobre o histórico do Terceiro Setor no Brasil, onde foi possível constatar que a maioria das pesquisas sobre o assunto é recente.

Depois de todo o percurso teórico realizado nos dois primeiros capítulos, o terceiro capítulo intitulado “Dilemas dos espaços periféricos: percurso histórico da constituição urbana do bairro Morumbi-Uberlândia/MG” apresentou uma descrição e análise da constituição do bairro onde se localiza a ONG Ação Moradia. Nesse capítulo foi possível perceber as contradições inerentes à constituição dos bairros ao entorno da instituição, como também, as dificuldades vivenciadas pelos moradores da periferia. Vimos a necessidade de descrever a cidade de Uberlândia e o bairro Morumbi para situar a ONG Ação Moradia e o

seu local de atuação, visto que a mesma tem como objetivo amenizar as contradições sociais e urbanas vivenciadas pela população desses bairros periféricos.

O capítulo quatro, intitulado “Percurso histórico da ONG Ação Moradia”, aborda o objeto de pesquisa a partir da análise qualitativa das vozes dos sujeitos entrevistados, com a finalidade central de problematizar qual foi o impacto social da ONG, bem como seus limites e possibilidades ao longo de sua história, tanto no processo de urbanização, quanto no acesso aos direitos por parte da população alvo do seu projeto, além da relação econômica e política da entidade com os poderes públicos para realização de suas atividades.

Por último, as considerações finais foram escritas sem pretender esgotar ou concluir o tema pesquisado, pois estamos cientes que a pesquisa científica, principalmente da realidade social, é provisória e inacabada devido ao seu movimento histórico e dialético.

Ressaltamos aqui a importância do problema de pesquisa, do ponto de vista acadêmico e social, pois além de ser recente, encontramos poucas produções acadêmicas com viés crítico sobre o assunto. Constatamos também a falta de informações relacionadas com as populações de baixa renda que vivem nas periferias, especificamente, estas coletividades da cidade de Uberlândia.

## **1 ESPAÇO URBANO E SUA HISTÓRIA RECENTE NO MARCO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS**

O objetivo do presente capítulo é descrever e analisar o sentido/significado da concepção de espaço urbano com ênfase no estudo da sua constituição histórica enquanto cidade no contexto das relações capitalistas de produção. Neste capítulo vamos dar enfoque no espaço urbano brasileiro, levando em conta o seu histórico e as relações desiguais de sua constituição. Abordaremos também a cidade de Uberlândia, local da pesquisa.

A finalidade desta reflexão teórica, fundamentada num estudo bibliográfico, é identificar a partir do olhar da Geografia quais são os principais aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que dialeticamente interferem e contribuem ao longo da história, para se chegar aos espaços urbanos que caracterizam, em termos gerais, as cidades contemporâneas e, dentro delas, as suas instituições e organizações sociais, tais como aquelas relacionadas com o denominado “Terceiro Setor” dentro da qual se encontra inserida a ONG Ação Moradia.

Quando pensamos sobre a cidade é comum vir à cabeça ideias de buzinas, congestionamentos, enormes prédios, poluição, ruídos, entre outros, ao invés de outras questões relacionadas, por exemplo, com o estabelecimento de vínculos afetivos e de pertencimento ao lugar onde moramos, ou mesmo, com os motivos que, em essência, podem ter e estão contribuindo para esses problemas se tornarem realidade.

Um dos motivos de se chegar a pensar dessa forma pode ser encontrado no fato de que ao inserir-nos no mundo do trabalho, a vida cotidiana e seus percalços urbanos passam a ser visto como fatos “naturais” aos quais estamos inextricavelmente “condenados” a enfrentar diariamente.

Entretanto, no contexto do sistema econômico, político, cultural e social em que se desenvolve a história humana, o nascimento, organização e desenvolvimento dos espaços geográficos que fazem parte de nossas vidas, longe de serem formados de acordo com “leis da natureza”, se constituem dialeticamente a partir das características e contradições resultantes da junção das condições naturais (topográficas, climáticas, dentre outras) com as necessidades, interesses de classe e as possibilidades científicas e tecnológicas de transformação dessa mesma natureza por parte dos seres humanos.

De acordo com esta lógica, pode-se afirmar, inicialmente, que a cidade, como espaço urbano historicamente constituído, é reflexo dialético do conjunto de relações humanas

estabelecidas em sociedade, suas contradições e o permanente confronto com os limites e desafios impostos pelas condições geográficas existentes.

Dessa forma, a civilização chegou à cidade contemporânea depois de sofrer profundas transformações provocadas pelo pensamento humano em função da influência de cada um dos modos e meios de produção material que foram desenvolvidos ao longo da existência humana até culminar no sistema capitalista e seu ritmo e “estilo” de vida atual.

Nesse sentido, vale ressaltar que neste trabalho é utilizada a noção dialética de produção material da existência humana, tal como apresentada por Karl Marx. Ao se opor a uma concepção idealista de compreensão da estrutura e funcionamento das relações entre a base econômica e a superestrutura intelectual da sociedade, aspectos estes centrais para a compreensão dos processos de constituição do espaço urbano, este autor demonstrou como o desenvolvimento intelectual traduz dialeticamente, as condições reais da produção material da existência que são vivenciadas em cada época da história.

De acordo com Gadotti:

[...] de modo algum pode-se deduzir [...] que a produção intelectual seja apenas uma ‘emanação’, um ‘reflexo’ da produção material. Marx jamais considerou a realidade social como dividida em duas áreas estanques. Todo o seu pensamento gira em torno das inter-relações entre o espiritual e o material, entre a teoria e a prática. Muitos dos seus intérpretes, entretanto, acabam considerando a base econômica da sociedade como uma categoria geral, supra-histórica, entendendo metafisicamente uma categoria dialética. Em suma, o que Marx quer mostrar no prefácio da Contribuição à crítica da economia política é que é impossível perceber a produção intelectual de uma sociedade sem expressa referência histórica ao seu modo de produção, ao modo como os homens produzem e reproduzem sua existência. E, da mesma forma, não é possível entender a ação recíproca entre as duas, se as considerarmos apenas unilateralmente. Não existe um determinismo econômico no pensamento de Marx, como afirmam seus críticos. Pelo contrário, ele entende o processo de hominização como um esforço solidário dos homens entre si, como resultado da ação coletiva dos homens. Só o homem pode provocar mudanças, produzindo as condições materiais e intelectuais de sua existência (GADOTTI, 1984, p. 61).

Com base nestes fundamentos, diante do longo processo histórico de produção material e intelectual do espaço urbano, a humanidade chegou à contemporaneidade no contexto da denominada “cidade do capital”. Cidade essa que interfere direta e indiretamente nas relações sociais à medida que a sua dinâmica de organização e desenvolvimento encontra-se, como vimos, dialeticamente relacionada com o mundo do trabalho, o desenvolvimento intelectual, as necessidades e contradições sociais sob o escopo de argumentos, tais como a expressão “tempo é dinheiro”.



Para tanto, Carlos apresenta uma metáfora que associa, de forma inteligente, a vida atual na cidade ao funcionamento de um semáforo:

O semáforo é o símbolo da cidade de hoje, do seu ritmo fabricitante, dos signos que emitem ordem. Do tempo visto como sinônimo de pressa. De um tempo social diferente construído por relações produtivistas. O decurso de tempo entre o “verde-amarelo-vermelho” marca o tempo da conversa, do relacionamento com o outro. Impõe o corre-corre, subtraindo do tempo a vida, no cotidiano do cidadão da grande cidade. O tempo passa a mediar a vida das pessoas, do seu relacionamento com o outro, uma relação coisificada, mediada pelo dinheiro e pela necessidade de ganhá-lo. ‘TIME IS MONEY’ (CARLOS, 2005, p. 18).

Em outras palavras, a relação dialética entre mercadoria, dinheiro, capital, meios e modo de produção, trabalho, educação, distribuição da riqueza e pobreza no sistema capitalista, além de refletir profundamente a dinâmica da constituição permanente do espaço urbano, também condiciona de alguma forma grande parte das interações humanas à medida que estas passam a ser “mediadas”, por relações de competitividade exacerbada, concorrência, inclusive desleal, onde o “outro” passa a ser visto como obstáculo a ser superado ou inimigo a ser vencido.

Por tais razões, parece também não ser incomum observar ou mesmo perceber no cotidiano das nossas relações humanas, como nós mesmos, em momentos de descanso ou de lazer, agimos de forma estressada, apressada e competitiva, sem saber ao certo o motivo desse tipo de comportamento até tomarmos consciência de que tais atitudes, na verdade, nos estão fazendo continuar a “correr” na vida cotidiana de forma “desenfreada”, ainda que saibamos que, na verdade, nesse mesmo momento, estamos correndo para chegar em “lugar nenhum”.

Uma reflexão mais profunda sobre essa situação permite verificar que na cidade,

A vida das pessoas se modifica com a mesma rapidez com se reproduz a cidade. O lugar da festa, do encontro quase desaparece; o número de brincadeiras infantis nas ruas diminui- as crianças quase não são vistas; os pedaços da cidade são vendidos, no mercado, como mercadorias; árvores são destruídas, praças transformadas em concreto. Todavia o mesmo modo de vida urbano que expulsa das ruas as brincadeiras infantis, aprisionando crianças e adolescentes, produz o seu inverso, e joga nas ruas centrais da cidade ou nos cruzamentos de alta densidade crianças vendendo coisas ou roubando (CARLOS, 2005, p. 19).

Ciente de que cada cidade apresenta a sua história com seus respectivos ritmos e dinâmicas de vida cotidiana, seus conflitos e contradições, pode se perguntar, então, qual cidade é essa que estamos tratando?

Para responder a esta questão poderia ser mencionado inicialmente que algumas grandes cidades, aquelas que já desenvolveram complexas relações de produção ao longo da sua história, tornaram-se mais afetadas pelos impactos negativos do capital devido provavelmente à implementação de políticas de planejamento urbano que, de alguma forma, não conseguiram minimizar tais impactos, enquanto que outros municípios, provavelmente de menor porte, em processo de desenvolvimento, não ressentiram de forma significativa em tais efeitos negativos do ritmo capitalista.

Situações como estas podem ajudar a demonstrar que a vida de uma cidade é resultado de uma história de constantes adaptações, mudanças e transformações que ocorrem a partir da sua fundação, as quais devem ser levadas em consideração se o que é almejado consiga contribuir com a modificação destes espaços urbanos em lugares onde a vida em sociedade possa garantir, para todos os cidadãos, qualidade de vida<sup>1</sup> para além das vicissitudes do mundo do trabalho.

---

<sup>1</sup> Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a qualidade de vida refere-se à percepção que o indivíduo tem sobre sua posição na vida no contexto da cultura, que inclui os sistemas de valores nos quais ele vive, em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões de vida e preocupações. Por esse motivo existem inúmeros fatores que interferem na qualidade de vida tais como: **Fatores biológicos:** estão ligados às condições do organismo das pessoas, tais como idade, sexo, herança genética, estado geral de saúde orgânica, nível de condicionamento físico, nível de dependência física e mental; **Fatores psicológicos:** ligados às emoções, aos sentimentos e comportamentos, como a autoconfiança, a afetividade, a capacidade de concentração, de aprendizagem e outros; **Fatores socioeconômicos e políticos:** relacionados com a promoção da dignidade humana, da justiça, do respeito mútuo. Portanto, a qualidade de vida é um direito social que dependerá de políticas públicas e da vontade das pessoas e de seu compromisso para se organizar, mobilizar, reivindicar e conquistar este direito em suas diferentes formas de expressão. Exemplos: o direito de ir e vir; o acesso à saúde (prevenção, tratamento e reabilitação); educação de qualidade; meio de transporte; lazer; moradia; rede elétrica; rede de esgoto e água tratada; ocupação e renda; participação social; convivência familiar e social; **Fatores Culturais:** ligados aos hábitos de vida, comportamentos e costumes adquiridos na vida social que podem contribuir ou não para a saúde integral das pessoas. Práticas sociais que promovem a saúde em todos os seus sentidos: higiene, alimentação, atividade física, lazer e estilos de vida que minimizar situações geradoras de riscos, tais como o alcoolismo, tabagismo, uso de drogas, alimentação descontrolada e falta de descanso e insônia, dentre outros; **Fatores ambientais:** associados ao meio ambiente, tanto natural quanto artificial (ambiente de trabalho, de estudo). Exemplos: limpeza, segurança, proteção, ecossistema estável e sustentável (condições de clima, nível de poluição sonora e do ar, cuidados com o lixo, reciclagem de resíduos sólidos, qualidade da água, etc.); **Fatores ligados à religiosidade:** relacionados à fé, crenças e convicções pessoais. Exemplo: não fazer transfusão de sangue porque a religião não permite. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000100004>> Acesso: 20 Jan. 2015.

## 1.1 Aspectos históricos dos processos de constituição do espaço urbano

Desde os primórdios, quando os seres humanos ainda eram nômades, ou seja, não se fixavam em nenhum lugar, já havia indícios de relações com o espaço. As cavernas eram o espaço para onde eles se deslocavam e se sentiam seguros. As práticas de agricultura e da domesticação de animais fazem parte de um momento importante para que se constituísse a moradia, como parte dos primeiros indícios de cidade, porém sem contar ainda com formas de organizações sociais complexas.

Pode-se dizer a princípio, que a cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando determinado fim. Isto é, a sobrevivência do grupo no lugar, e o rompimento das áreas agora sobre sua influência (CARLOS, 2005, p. 57).

Segundo a mesma autora, quando o ser humano deixa a vida nômade e passa a ser agricultor dá um grande passo para o surgimento das cidades e no momento em que ele começa a dominar as técnicas que lhe permitem fazer o acúmulo de excedente de alimentos dá outro passo de grande importância, pois assim ele pode se dedicar a outras atividades além do cuidar da terra.

Com a divisão do trabalho e a divisão da sociedade em classes, as funções da cidade passam a ser diversas. É neste espaço que se reúnem todas as características necessárias ao capitalismo,

A cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza, a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto. A cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho (SPÓSITO, 2008, p. 64).

As cidades, ao serem inseridas na lógica capitalista, passam a ser mercadoria,

A produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria [...] sua apropriação é privada, isto é, o acesso aos lugares de realização da vida, produzidos socialmente, realiza-se, predominantemente, pela mediação do mercado imobiliário, fazendo vigorar a lógica do valor de troca sobre o valor de uso (CARLOS, 2005, p. 60).

Ocorre que esta mercadoria passa pelas mãos de agentes que muitas vezes têm como objetivo obter o maior lucro possível sobre a terra. Esses encarregados inseridos no tempo e espaço, e nas relações capitalistas, materializam no meio as formas sociais em que estão disponíveis.

Segundo Corrêa (1995), os agentes do espaço urbano são: os proprietários dos meios de produção, principalmente donos de grandes indústrias, os fundiários, os grandes imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Esses agentes vivem em constante tensionamento à medida que cada um visa obter maiores lucros em relação ao espaço. O dono de terras busca maior valorização para fins de loteamento; os promotores imobiliários estudam o espaço para que o capital-mercadoria se torne capital-dinheiro, com preço de venda cada vez mais elevado; os proprietários industriais que têm sua relação com a terra muitas vezes temporária, sempre estão em busca de amplos espaços e de baixo custo; os grupos sociais excluídos produzem espaço social em terras públicas e privadas; e o Estado capitalista que desempenha muitos papéis, seja o de estabelecer leis e regras em relação à produção e uso do espaço, seja atribuindo equipamentos urbanos para tornar uma área valorizada ou não, entre outros. Dessa forma, o espaço urbano reflete as necessidades, intenções, ações e estratégias que cada um dos agentes envolvidos utiliza para chegar até seus objetivos.

Por outro lado, o espaço como mercadoria contribui para que a cidade seja organizada por meio das estratégias comerciais instituídas, decorrentes da capacidade dos fomentadores acima citados articularem-se em benefício dos seus interesses, tal como acontece, por exemplo, quando determinados setores da cidade passam a ser valorizados por se tornarem áreas mais “privilegiadas” do que outras em relação aos equipamentos urbanos e à infraestrutura disponível.

Carlos complementa dizendo que:

A produção do espaço se insere assim, na lógica da produção capitalista que transforma todo o produto dessa produção em mercadoria. A lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca e, com isso, passasse a determinar os contornos e sentidos da apropriação do espaço, pelos membros da sociedade (CARLOS, 2011, p. 64).

Um das características desse processo é que a propriedade privada passa a fazer parte do cotidiano, e o valor de troca passa a ser mais importante do que o ônus de uso. A vida sobre os moldes capitalistas começa a estabelecer direitos desiguais.

Portanto, a produção do espaço na cidade é, em síntese, consequência

[...] da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2011 *apud* CARLOS, 2013, p. 43).

De acordo com este entendimento, Spósito (2008) afirma que o espaço da cidade foi sendo produzido histórica e hegemonicamente para atender, em essência, a realidade da economia industrial, fato este que somente se tornou possível devido ao desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação, uma vez que, devido à construção de estradas e sua respectiva ligação entre as cidades, estas passaram a interagirem-se melhor de tal forma que o fluxo de mercadorias e pessoas ocorreu com maior fluidez.

Por outro lado, a hierarquização das cidades tanto em suas relações econômicas, de poder, quanto em seu tamanho populacional é algo importante a se considerar. Assim,

Com o modo de produção capitalista se desenvolvendo, a rede urbana foi se constituindo hierarquicamente, tendendo à formação de grandes aglomerados urbanos- as metrópoles- espaços de concentração do capital, de meios de produção, e *lôcus* da gestão do próprio modo de produção. Estas aglomerações subordinavam outras de porte médio, que por sua vez exerciam o papel de elo de ligação com os pequenos centros (SPÓSITO, 2008, p.54).

Diante desse processo de desenvolvimento socioeconômico foram surgindo várias problemáticas referentes ao espaço urbano. Uma delas é que a estrutura da cidade no século XVIII e na primeira metade do século XIX já não acompanhava o crescimento populacional que aumentava em ritmo acelerado. Somente uma pequena parcela da população tinha acesso às moradias, o preço da terra no espaço urbano era muito caro e poucos tinham condições de adquirir.

A grande indústria com seus fluxos cria a história mundial, na medida que faz depender do mundo inteiro cada nação civilizada, transformando as relações dos homens com a natureza e com os outros homens através das relações monetárias e da criação de um novo modo de vida, além do que reproduza grande metrópole como resultado de uma prodigiosa acumulação de poder e riqueza (CARLOS, 2005, p. 66).

Diante de tudo isso, podemos concluir, ainda que provisoriamente, há muito tempo quando o ser humano dependia diretamente da natureza e do espaço que o cercava, implementou técnicas que permitiram a apropriação e modificação da natureza.

A partir do desenvolvimento dos meios de produção e o surgimento do sistema capitalista desde o século XVI, a divisão social do trabalho consolidada três séculos depois, implicou na separação dos denominados meios de produção, os quais, depois de privatizados, passaram a se concentrar nas mãos dos detentores do capital.

Dentre outras consequências, a maioria dos seres humanos viu-se obrigada a aprender e utilizar técnicas decorrentes das máquinas e dos avanços tecnológicos não mais criados por eles mesmos,

[...] para produzir para outros aquilo de que não tem necessidade ou que não tem meios de utilizar. Em razão desta passagem de uma multiplicidade de técnicas locais, geradas espontaneamente, para uma só tecnologia imposta em escala mundial, também o homem muda. Ele deixa de ser o homem ‘local’ para se tornar um ‘homem mundial’ (SANTOS, 2003, p. 138).

Da mesma forma que o ser humano tornou-se globalizado, na lógica do capital, os espaços de habitação, em especial, os territórios urbanos, também tornaram-se mundializados, ou, em outras palavras, globalizados, tal como defendido, por Brandão (1995), que apresentou o termo “cidade globalizada” como sendo parte de um sistema tecnificado, onde as pessoas e os lugares também são globalizados.

Diante disso, Spósito (2008) afirma que cada cidade contemporânea tornou-se resultado cumulativo de todas as construções, destruições e reconstruções ocorridas desde a sua fundação.

Este resultado cumulativo é resultante de dois fenômenos dialeticamente interrelacionados. Em primeira instância pelo fato de que o “espaço geográfico só se constitui enquanto produto humano, logo social, na medida em que o homem tem condições de, através de seu processo de trabalho transformar a natureza e produzir algo diverso nela” (CARLOS, 2005, p. 57). E, simultaneamente a esta ação humano-social, devido à presença de fenômenos naturais que, de alguma forma, provocam e ainda continuam a provocar a transformação da cidade de acordo com a intensidade e a magnitude de sua força.

Lima e Costa afirmam que

O homem deve ser colocado como elemento central da discussão da produção do espaço, sem ser desvinculado de suas condições sociais

específicas, da produção de sua vida material através do processo de produção de seus meios de subsistência, a partir do trabalho como forma de modificar a realidade. A necessária relação entre sociedade e espaço ocorre no entremeio onde a produção da vida não é só a produção de bens visando suas necessidades materiais, mas a produção de relações sociais. Tais relações socialmente produzidas, estabelecidas/realizadas, atribuem singularidade às parcelas do espaço e se articulam na totalidade espacial (LIMA; COSTA, 2010, p. 4).

Por esses motivos, para Carlos (2005), a cidade não pode ser entendida como algo pronto, pois é através da dinâmica ao longo do processo histórico que estas continuam a “ganhar forma”.

## **1.2 Aspectos históricos dos processos de constituição do espaço urbano brasileiro**

Diante da tecitura do processo de constituição da “cidade globalizada”, Santos (1996) afirma que o Brasil foi considerado, durante vários séculos depois da sua fundação, um país agrário, com suas bases econômicas e sociais formadas, em grande parte, a partir da cultura do campo, do meio rural, que, por sua vez, trouxe como resultado uma urbanização tardia.

Segundo ele, este processo ocorreu a partir do século XVIII, e foi só depois de dois séculos que o país alcançou as características urbanas atuais. No final do século XIX e início do XX, a evolução demográfica das cidades brasileiras caminhavam em passos lentos, isso se explica porque,

Pode-se grosseiramente admitir que a base econômica da maioria das capitais de estado brasileiras era, até o fim da segunda guerra mundial, fundada na agricultura que se realizava em sua zona de influência e nas funções administrativas públicas e privadas, mas, sobretudo, públicas (SANTOS, 1996, p. 25).

Até a primeira metade do século XX o Brasil era um país dividido, sem cidades e regiões interdependentes. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX este panorama mudou por causa da produção do café no Estado de São Paulo e a política Café com Leite que criou um pólo agroeconômico com os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A partir dos anos 1930, a urbanização começou a dar seus primeiros passos. Mas foi na década de 1950 que ganhou impulso com o desenvolvimento da industrialização, juntamente com o processo de mecanização do campo que, dentre outros aspectos, terminou promovendo, em grande parte, a expulsão do trabalhador rural para a cidade, o qual, com o

tempo, ainda que num ambiente de pobreza e exploração extrema, passou a trabalhar nas indústrias.

Por consequência desse fenômeno econômico, o Brasil viveu um período de explosão demográfica nas áreas urbanas, diante do fato de ver triplicada a sua população a partir do final da segunda guerra mundial, acrescido do fato de contar com uma elevada taxa de natalidade e baixa mortalidade que, segundo Santos (1996), aconteceu, principalmente, pelos progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização. As duas tabelas abaixo nos apresentam em números a evolução da urbanização brasileira no decorrer dos anos.

Tabela 1 - Evolução da taxa de urbanização brasileira segundo o IBGE.

<b>Período (ano)</b>	<b>Taxa de Urbanização</b>
1940	31,24
1950	36,16
1960	44,67
1970	55,92
1980	67,59
1991	75,59
2004	81,23
2007	83,48
2010	84,36

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2007).

Tabela 2 - Evolução da taxa da população urbana e rural segundo o IBGE entre 1980 a 2010.

<b>Por situação do domicílio (%)</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>
1980	67,70	32,30
1991	75,47	24,53
1996	78,36	21,64
2004	81,23	18,77
2010	84, 36	15,64

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2015).

Entretanto, o processo de urbanização não ocorreu de forma igual em todos os lugares do país, algumas regiões foram mais desenvolvidas do que outras. Isso decorre das



políticas públicas serem aplicadas de forma diferente no país. A explicação muitas vezes está na forma como os jogos de força política e econômica acontecem para levar até as regiões o desenvolvimento. Exemplo disso está em como as regiões Norte e Nordeste possuem pouca infraestrutura em relação às outras regiões do país. A tabela abaixo nos permite verificar em números essa afirmação.

Tabela 3 - Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos, com serviço de saneamento, segundo as grandes regiões - 1999/2009.

Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009
57,2	62,6	11,6	13,7	25,4	37	79,7	85,1	51,6	62	38,7	40,7

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2015).

Os dados da tabela 3 revelam a proporção de domicílios particulares permanentes urbanos, com serviço de saneamento, segundo as grandes regiões no período 1999-2009. A sua análise permite constatar que uma parcela significativa da população ainda não tem acesso aos serviços de saneamento, que envolvem água tratada, esgoto e coleta de lixo, dado que em 2009, apenas 62,6% da população brasileira obtinha tais serviços.

Ao observar os dados por região, é possível constatar que o Nordeste apresenta dados inferiores à média do país, sendo que apenas 37% da população conta com esses serviços.

Os serviços de saneamento constituem a representação básica de uma moradia digna. Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário também por rede geral e lixo coletado diretamente, apresentam uma aproximação bastante razoável desta realidade. Somente 62,6% dos domicílios urbanos brasileiros encontravam-se nessa condição específica, indicando o quanto se tem que caminhar para alcançar níveis mais altos de melhor qualidade de vida para a população brasileira (IBGE, 2010, p. 83).

Tabela 4 - Domicílios por condição de saneamento e luz elétrica (%) – 1999.

<b>Brasil e Grandes Regiões</b>	<b>Água canalizada e rede geral de distribuição</b>	<b>Esgoto e Fossa Séptica</b>	<b>Lixo Coletado</b>	<b>Luz Elétrica</b>
Brasil	76,1	52,8	79,9	94,8
Norte	61,1	14,8	81,4	97,8
Nordeste	58,7	22,6	59,7	85,8
Sudeste	87,5	79,6	90,1	98,6
Sul	79,5	44,6	83,3	98,0
Centro-Oeste	70,4	34,7	82,1	95,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (1999).

A análise da tabela 4 continua a apresentar contrastes entre as regiões brasileiras. Em 1999, apenas 22,6% da população da região Nordeste e 14,8% da população da região Norte contava com rede de esgoto ou fossa séptica, enquanto no Sudeste 79,6% já contavam com esse serviço.

Com a formação de um mercado interno integrado e o investimento em crescimento econômico no governo de Juscelino Kubitschek com seu slogan “50 anos em 5”, a região Sudeste recebeu maior infraestrutura, como também, migrantes de vários lugares do país em busca de empregos e melhores salários, que em suas cidades de origem não encontraram. Esse fenômeno provocou um inchaço demográfico ainda maior nas cidades de grande e médio porte.

Tabela 5 - Número de imigrantes por grandes regiões de residência segundo o lugar de nascimento - 2009.

<b>Lugar de Nascimento</b>	<b>Imigrantes por Grandes Regiões de residência</b>				
-	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	-	15,3	2,2	2,1	7,8
Nordeste	59,8	-	72,4	16,5	41,6
Sudeste	17,9	66,9	-	68,3	34,7
Centro-Oeste	11,3	9,7	5,5	6,2	-
Sul	10,2	6,2	15,2	-	14,9
País-Estrangeiro	0,8	1,9	4,7	6,9	1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2009).

Ao analisarmos a tabela acima, podemos observar a dinâmica dos processos de migração e entender que o deslocamento de migrantes se dá, principalmente, da região Nordeste para as cidades do Sudeste.

O grupo de maior peso no contingente de emigrantes brasileiros foi o de nordestinos, com 10,8 milhões (pessoas que saíram daquela região), correspondendo a 53,9% do total de emigrantes. A Região Sudeste continua a ser o maior pólo de atração consolidado dos emigrantes nordestinos, uma vez que 66,9% se dirigiram para esta região, e ali ainda residem (IBGE, 2010, p. 32).

O que acontece é que essas cidades não têm aporte suficiente para receber essa quantidade de pessoas e, com o excessivo aumento de população, aparecem as problemáticas que são inerentes a esse processo. Os municípios passam a não conseguir abrigar da forma que deveria toda essa coletividade, tendo como resultado dificuldades relacionadas à moradia, transporte, lazer, saúde, alimentação e muitos outros.

A cidade de São Paulo é um exemplo do que foi descrito acima, pois entre 1970 e 1980 recebeu sozinha 17,37% do total de migrantes do país, segundo Santos (1996). Ela está entre as 10 maiores regiões metropolitanas do mundo em número de população, reunindo 39 municípios e conta com mais de 20 milhões de pessoas. O processo de “metropolização” acontece quando o crescimento urbano de uma cidade cria uma relação de centralidade com municípios próximos, que são ligados economicamente à metrópole.

Problemas como elevadas taxas de urbanização, péssimas condições de trabalho e qualidade de vida, fizeram com que em um primeiro momento empresas migrassem para cidades do interior do país em busca de melhorias em seus serviços e aumento de seus lucros e logo após, pessoas migrassem em busca, principalmente, de qualidade de vida.

Esse processo tem o nome de “desmetropolização”, fenômeno o qual caracteriza-se pelo crescimento e aumento da população das cidades médias, territórios estes que por suas atratividades passaram a receber um número considerável de pessoas.

A questão está em que os problemas urbanos vividos nas grandes metrópoles, mesmo que de menor grau, passam também a ser encontrados nas cidades pequenas e de médio porte. Uma dos municípios que possui características comuns a esse processo é Uberlândia (MG), o qual será descrita historicamente com foco no estudo de seu processo de urbanização para a finalidade de contextualizar o espaço de intervenção da ONG Ação Moradia, *locus* de investigação do presente trabalho.

### 1.3 Uberlândia: a cidade do “progresso”

Segundo dados do IBGE, a cidade de Uberlândia encontra-se localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Estado de Minas Gerais, região Sudeste do Brasil. Sua população, segundo Censo de 2010, é de 604.013 habitantes, sendo destes 587.266 residem em área urbana e 16.747 em área rural.

Sua área de unidade territorial é de 4.115,206 km<sup>2</sup>, sendo destas 219 Km<sup>2</sup> de área urbana e 3.896,82 Km<sup>2</sup> de área rural. Sua densidade demográfica de 146, 78 hab/km<sup>2</sup>, sendo o seu IDH- Índice de Desenvolvimento Humano de 0,789. Seu município contempla quatro distritos, sendo eles Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia, Miraporanga e Tapuirama.

Por ocupar uma posição geográfica estratégica no Brasil, Uberlândia conta com uma malha rodoviária e ferroviária que liga a cidade às várias regiões do Brasil, e a distância de Uberlândia para cidades de grande influência econômica são curtas. A tabela abaixo exemplifica isso.

Tabela 6 - Distância em Km de Uberlândia a cidades de influência econômica.

<b>Distância de Uberlândia às cidades de influência econômica</b>	
Belo Horizonte	556
São Paulo	590
Brasília	435
Goiânia	360
Rio de Janeiro	979

Fonte: Ministério dos Transportes – DNIT (2013).

O município de Uberlândia faz parte da região do Triângulo Mineiro, antes conhecida como Sertão da Farinha Podre. A descoberta dessa região e também seu povoamento tem relação direta com o ciclo do ouro. A localidade que antes era ponto de apoio dos núcleos de mineração e fornecedora de gêneros alimentícios, com a queda da mineração, passa a ter outras funções e a receber um afluxo populacional maior.

Figura 1 - Localização da cidade de Uberlândia no mapa de Minas Gerais.



Fonte: Google Maps (2015).

Em 1530 foi criada a Lei Imperial nº 514 onde houve a concessão de terras devolutas para a metrópole, o que incentivou o povoamento. Com isso, aconteceu a doação de terras para quem o rei julgasse merecedor, ou seja, aqueles que tivessem status social, ou aqueles que tinham prestado algum serviço à coroa. A região do Triângulo Mineiro foi doada a João Pereira da Rocha que era filho de um casal português, onde se deduz que ele conseguiu a concessão da sesmaria por fazer parte da nobreza.

Com a concessão de terras, outras famílias foram atraídas para a região. Uma dessas era a família de Francisco Alves Pereira, que necessitando de homens especializados em ferragens conheceu a família Carrejo e combinou com eles a venda de terras em boas condições, facilitando a vinda dessa família para receber em troca seus serviços.

Nessa época já moravam aqui algumas famílias organizadas ao redor da capela de Nossa Senhora do Carmo. Nessa época se presume a existência de mais ou menos 150 moradores que compartilhando o desejo de emancipação do município, formou uma comissão que mandou para o governo da província o pedido. Em 07 de junho de 1888 através do Decreto nº 51 foi elevado à categoria de vila e em 31 de agosto do mesmo ano, foi elevado à categoria de município pela Lei nº 4.643.

Em 24 de maio de 1892, através da Lei nº 23, a Vila de São Pedro do Uberabinha foi elevada à categoria de cidade. Até 1908, as ruas e casas não contavam com rede elétrica e seu abastecimento de água se dava apenas por um “rego”. As ruas não possuíam calçamento e nem pavimentação, e animais de grande porte competiam com charretes e pedestres nas vias.

No início do século XX com a concessão de terras de três léguas de comprimento deram origens as cidades que atualmente são as cidades de Prata, Uberaba e Uberlândia. No período entre 1827 e 1859 Uberaba era o principal núcleo urbano da região, isso se deu pela construção da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, e que no final do séc. XIX foi estendida a Uberlândia e Araguari.

Segundo Soares, isso representou um salto econômico para a região, pois foi “a partir desse momento, que a região passou a se inserir na economia nacional, por suas articulações com São Paulo, que foram consolidadas e ampliadas por esse caminho de ferro” (SOARES, 1995, p. 63).

A localização, os bons solos, o clima, bem como a força política, favoreceram para que essa região se tornasse um entreposto comercial, na distribuição de produtos agropecuários e também produtos industrializados que vinham de São Paulo. Para que a economia da região se desenvolvesse era necessário que essas cidades tivessem infraestrutura suficiente,

Vários investimentos foram feitos, uma vez que essa atividade estava intrinsecamente relacionada ao meio urbano, e, por isso mesmo, requeria uma série de serviços para seu desenvolvimento, tais como infra-estrutura, armazenagem, escritórios, redes de comunicações, entre outros. (SOARES, 1995, p. 66).

Foi nessa época também que essas cidades se especificaram em relação à divisão intra-regional, cidades como Uberlândia e Araguari, devido ao desenvolvimento das estradas de rodagem, construídas pela Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal, com sede em Uberlândia, se especificaram em distribuição de mercadorias extra-regionais.

Uberlândia por sua localização e pela construção de estradas de rodagens passou a ser a principal cidade do Triângulo Mineiro.

Com a Cia Mineira de Autoviação estabeleceu-se o entroncamento chave rodoferroviário, canalizando para Uberlândia a produção do Sudoeste Goiano e propiciando a busca em Uberlândia de produtos destinados a abastecer esta mesma região, intensificando assim o comércio, com o surgimento de casas atacadistas. Isto gerou para Uberlândia a situação de pólo comercial e foi a semente que deu origem à prosperidade que Uberlândia tem hoje (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1987 *apud* SOARES, 1995, p. 70).

Com a construção de Brasília e as políticas de interiorização do país no governo de Juscelino Kubitschek, Uberlândia ficou ainda melhor localizada geograficamente. Esse

momento criou oportunidades de desenvolvimento da industrialização no Triângulo Mineiro e em Uberlândia. É nesse momento que a cidade passa a ser ocupada por novas atividades industriais e de serviços, e torna a

[...] se caracterizar pelo grande potencial agrícola, ainda não muito explorado pelo comércio, pelas malhas rodoviárias e ferroviárias privilegiadas, ligando-a às metrópoles do Centro-Sul e do Centro-Oeste, pelo crescimento da oferta de empregos no setor urbano, pela rede de bancos e serviços, que exercia uma significativa importância no âmbito regional, e notadamente, pela Cidade Industrial (MOTA, 2003, p. 4).

Nesse momento Uberlândia passa por um processo migratório e em poucos anos sua população aumentou significativamente.

Tabela 7 - Evolução da População de Uberlândia comparada com Minas Gerais e do Brasil de 1991 a 2010.

<b>Ano</b>	<b>Uberlândia</b>	<b>Minas Gerais</b>	<b>Brasil</b>
1991	367.061	15.743.152	146.825.475
1996	437.193	16.567.989	156.032.944
2004	501.214	17.891.494	169.799.170
2007	608.369	19.273.506	183.987.291
2010	604.013	19.597.330	190.755.799

Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015).

Isso acontece tanto pela implantação do Distrito Industrial, quanto pela vinda da Universidade Federal para a cidade. Outro fator relacionado com esse processo migratório é o discurso progressista das elites políticas e econômicas que se perpetuaram no poder por muitos anos, discurso esse que legitima um modelo de cidade a ser construído.

[...] empregando um discurso que privilegia o progresso da cidade e o caráter ordeiro de seus habitantes, na busca inexorável do desenvolvimento do município. Nesse intuito, ela procura, no seu cotidiano, criar fatos e acontecimentos que vislumbrem a grandiosidade e o progresso da cidade, colocando-a como um modelo ideal de cidade para se viver (SOARES, 1995, p. 92).

O ideal de “cidade acolhedora”, sem problemas urbanos, atraiu um número muito grande de migrantes a procura de melhores condições de vida. E os meios de comunicação tiveram papel importante nesse processo. É possível encontrar em jornais, revistas, discursos

progressistas que partiam de grupos dominantes, para assim organizar o espaço para o que melhor lhes conviesse, grupos esses que

se colocavam como construtores de uma cidade, que deveria ter como princípios realizações grandiosas, progressismo exacerbado e modernização, instrumentos para sua acumulação, e que, nas suas palavras, foram reforçados pelo trabalho incansável de sua gente. Esses tinham precípuamente o objetivo de impor uma marca de progresso à cidade, a partir de grandes realizações, capitaneadas por uma aliança entre políticos e empresários, no sentido de se difundir uma imagem moderna de Uberlândia (SOARES, 1995, p. 95).

Para se alcançar o progresso foi necessário modificar toda a estrutura do passado, de cidade com características rurais, com ruas e espaços urbanos sem planejamento. Foi preciso “enterrar a cidade velha com suas imagens: feia, tradicional, arcaica, desordenada no seu formato estético” (RODRIGUÊS, 2008, p. 43) para dar lugar a um modelo que representasse modernidade e ordem.

Nessa nova arquitetura as ruas passaram a ser largas e arborizadas, e os prédios antigos dos centros foram todos demolidos, para que no lugar fossem construídos edifícios luxuosos, comércio e lojas. Essas áreas centrais com o tempo foram atraindo moradores, seu espaço ganhando infraestrutura e equipamentos urbanos, atraindo então uma população com melhores condições financeiras, afinal, eram as que conseguiam pagar por moradias nesses locais.

Dantas diz que para se efetivar o progresso foram necessárias algumas condições

Os melhoramentos urbanos como energia elétrica, fornecimento de água, limpeza pública, o planejamento urbano que garantia à cidade uma paisagem asséptica e ordenada, o trabalho gerador de riquezas, o espírito empreendedor de sua gente. Esses fatores somados, segundo o discurso difundido na cidade, garantiam a ação dos sujeitos solidificando o imaginário social (DANTAS, 2002, p. 199).

O próprio nome da cidade escolhido no ano de 1929 afirma esse discurso. Uberlândia que significa terra fértil, uber (fértil), land (terra), sendo que uber tem também origem germânica e significa superior, sendo então sua junção “terra superior”. Ou seja, a cidade que supera todas as outras em progresso e ordem.

Nos ideais capitalistas, segundo Dantas (2002), a lógica de ordem e progresso não deixa espaço para valores como a cooperação, harmonia, mas sim, a competitividade e desigualdade.



Essa desigualdade é refletida no espaço, o que faz com que alguns bairros tenham acesso ao “progresso”, e outros não.

Na área central, a paisagem parecia falar por si mesma, do desenvolvimento que a cidade ia alcançando. Não obstante, a paisagem urbana, nas regiões periféricas não era tão adaptável. Desprovidas de infra-estrutura, eram consideradas a parte feia da cidade que deveriam ser ocultadas (DANTAS, 2002, p. 208).

Regiões estas que passaram a ser vistas como local da marginalidade, da pobreza, da “feiúra”. A especulação imobiliária foi um dos agentes que modificaram a paisagem urbana de Uberlândia. Com o discurso de ampliar o perímetro urbano, houve em um curto período de tempo um aumento significativo na quantidade de lotes, mas a população pobre que na maioria das vezes são migrantes de outros lugares do país e vieram em busca da “cidade acolhedora”, muitas vezes não tem condições de adquirir esses lotes, restando apenas as periferias.

Desse modo, a parcela maior da sociedade urbana, [...], fica excluída dos benefícios do abastecimento de água, dos esgotos, do calçamento, dos transportes, etc. Eis aí, também, um dos aspectos mais chocantes dos contrastes entre centro e periferia (SANTOS, 1990, p. 53).

Em Uberlândia, a população pobre foi alocada para bairros distantes do centro, com o discurso de fazer moradias para pessoas de baixa renda e atender as famílias carentes. Na prática foi uma forma de reafirmar os ideais progressistas da cidade. Os agentes imobiliários se articularam juntamente com o Estado para construir casas populares. Um desses bairros é o Morumbi, alvo da pesquisa, onde se encontra a ONG Ação Moradia.

## **2 O TERCEIRO SETOR NO BRASIL: O CASO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

O objetivo deste capítulo é refletir teoricamente sobre o Terceiro Setor e seu marco jurídico no Brasil com ênfase no estudo das comumente denominadas Organizações Não-Governamentais (ONGs).

### **2.1 A produção da miséria e da desassistência social no modelo capitalista de produção**

No contexto do imaginário social contemporâneo, tem sido comum associar a ideia de Terceiro Setor à inserção de jovens e adultos que dispõem de boa condição socioeconômica e cultural em projetos e ações solidárias direcionadas às camadas mais pobres da população, com a finalidade de contribuir com a diminuição das diferenças sociais e o sofrimento humano, motivo pelo qual considera-se que o Terceiro Setor, em si, começou muito antes do surgimento do seu marco legal, com a prática de atividades caritativas e filantrópicas no contexto da sociedade capitalista.

No caso da caridade, por exemplo, cuja palavra tem origem latina e significa “amor ao próximo” ou “beneficência com os menos afortunados” foi relacionada inicialmente com experiências que ocorreram dentro do ambiente familiar, por meio de ações relacionadas com o cuidado dos mais velhos e das crianças, assim como também, práticas associadas às religiões e suas organizações (HUDSON, 1999).

Segundo este autor, com o surgimento da civilização, algumas sociedades como a egípcia desenvolveram códigos morais baseados na concepção de uma “justiça social”, tal como identificado em escritos que contam que até mesmo o faraó contribuía ao dar abrigo, pão e roupas para os pobres há quase 5.000 anos, assim como também,

Os ensinamentos judeus promoviam a ideia de que os pobres tinham direitos e que os ricos tinham deveres. As primeiras igrejas cristãs criaram fundos para apoio às viúvas, órfãos, enfermos, pobres, deficientes e prisioneiros. Esperava-se que os fiéis levassem donativos, que eram colocados na mesa do Senhor para que os necessitados pudessem recebê-los das mãos do Senhor (HUDSON, 1999, p. 2).

Este tipo de atividade ampliou-se significativamente durante a Idade Média até os dias de hoje por meio da elaboração de programas e projetos de natureza filantrópica e assistencialistas.

Entretanto, ao ser estabelecida a relação entre trabalho e o capital como base socioeconômica da sociedade, alteram-se significativamente tanto as relações de produção quanto as relações estabelecidas na vida cotidiana. Muda-se, assim, a noção de classe e o lugar social que cada pessoa deveria ocupar nesse novo modo de produção material e espiritual humana.

Com o estabelecimento de classes sociais com interesses antagônicos, de um lado a burguesia e do outro a classe trabalhadora, as diferenças sociais se tornaram gritantes no modo de produção capitalista à medida que aqueles que nem mesmo a sua força de trabalho tinha valor, ou seja, aqueles que se transformaram de alguma maneira num “exército de reserva” acabaram por ficar à margem da sociedade, (sobre) vivendo apenas das práticas sociais da caridade e do assistencialismo.

Num texto intitulado “Debates acerca da Lei sobre o Furto de Madeira”, publicado originariamente pelo jornal *Gazeta Renana*, nº. 298, de 25 de outubro de 1842, Marx se propôs analisar e criticar os debates ocorridos entre os deputados da Assembleia Estadual da província da Renânia, no período de 23 de maio e 25 de julho de 1841 e terminou demonstrando, com grande habilidade, a existência de uma série de contradições entre os interesses materiais da classe aristocrático-burguesa e os interesses das massas pobres, posicionando-se em defesa destes últimos, despojados de todo tipo de propriedade.

Nesse mesmo estudo, Marx afirma o direito consuetudinário da classe pobre, cujos costumes enraizaram-se na universalidade da natureza humana, contra o pretense direito consuetudinário dos ricos, calcado na propriedade privada<sup>2</sup>:

Com a lei punitiva do roubo de lenha, o Estado submete a universalidade do direito ao ‘mero costume’ da sociedade burguesa, quando deveria, ao contrário, reconhecer no “costume da classe pobre” o ‘instintivo sentido de direito’ que, na forma do direito consuetudinário, elevaria esta classe à efetiva participação no Estado (MARX, 2005, p.15-16).

Nesse sentido, para Alayón (1995), o assistencialismo tornou-se uma atividade historicamente constituída pelas classes dominantes para tentar diminuir a pobreza no contexto instituído pela lógica burguesa do capital, contudo com a intenção de atacar os

---

<sup>2</sup> O conceito de **direito consuetudinário** (comum) não é universalmente aceito. Este trata das leis não escritas que nascem da repetição, ao longo do tempo, de atos de natureza jurídica que outorgam um consentimento tácito capaz de conferir força de lei. Nesse sentido, o direito consuetudinário considera que o sistema jurídico deve responder à necessidade de preencher uma necessidade social e avançar em harmonia com a moralidade e com os bons costumes, para esta ser considerada, então, uma fonte de direito amparado juridicamente (MUÑOZ PALAFOX, 2008).

efeitos sociais sem reconhecer as suas causas fundamentais. Isto, à medida que se aprofundavam, nos séculos XVIII e XIX, as contradições entre a burguesia e a classe trabalhadora, ou entre “pobres e ricos”, se estabelecendo, inclusive, no âmbito do discurso, fortes distinções entre estes termos.

Qualquer dicionário de sinônimos e homologa o pobre como mendigo, pedinte, necessitado, indigente, carente, miserável, humilde, modesto, quieto, pacífico, parco, defeituoso, desprovido, curto, raquítico, mesquinho, desgraçado, desolado, infeliz. E o rico como opulento, endinheirado, abastado, magnífico, valioso, fértil, exuberante, fecundo, copioso, abundante (ALAYÓN, 1995, p. 112).

Significados esses de pobreza e riqueza foram relacionados com concepções ideologicamente construídas para nos fazer pensar que todas as mazelas sociais existentes eram, na verdade, resultado de processos naturais (consentudinários) de desenvolvimento econômico e social, ocultando-se, assim, as suas verdadeiras causas históricas.

Entretanto, independentemente dos muitos significados e teorias associados à pobreza e aos seus fatores históricos, no campo das ciências sociais, esta tem sido entendida como um fenômeno complexo, que pode ser definido genericamente como uma situação econômica e sociocultural na qual as necessidades individuais e sociais não são atendidas de forma adequada (ROCHA, 2006).

Mas a questão é que somente esse tipo de concepção não consegue abarcar todo o significado que envolve a pobreza. Como pensar quais são necessidades do ser humano? Isso pode variar de cultura para cultura? De período para período? Quais são os procedimentos de mensuração da pobreza?

Para tanto, Rocha (2006) apresenta as noções de pobreza absoluta e pobreza relativa, como fundamentos importantes e interessantes para compreender a natureza da pobreza como processo histórico-social. Segundo ele

Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social (ROCHA, 2006, p. 11).

Com base nesses conceitos, passaram a ser estabelecidos critérios absolutos e relativos de pobreza que possibilitaram desenvolver preceitos e procedimentos de

mensuração, tais como a renda familiar, com a finalidade de transformar necessidades humanas em valores financeiros.

Dessa forma, ainda de acordo com Rocha (2006), a noção de “pobre” passou a ser entendida como a condição socioeconômica e cultural de um sujeito cuja renda é incapaz de atender ao conjunto de suas necessidades humano-sociais consideradas mínimas ou básicas (alimentação, vestuário, educação etc.), a qual se diferencia, inclusive, de outro termo também utilizado nas ciências sociais, denominado “indigência”, o qual trata da condição socioeconômica e cultural dos sujeitos “cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais” (ROCHA, 2006, p. 13).

Entretanto, apesar da importância de tais concepções, existe o risco de definir a pobreza somente pelo critério da renda à medida que se estabelecem valores médios estimativos da renda da população de um país.

Quanto mais rica a sociedade, mais o conceito relevante de pobreza se distancia de atendimento às necessidades de sobrevivência. Nos países desenvolvidos, *onde o mínimo vital já é garantido a todos*, embora ainda seja possível definir uma “cesta básica”, ela é irrelevante (ROCHA, 2006. p. 14) (grifo nosso).

Outro risco de se utilizar a renda como critério para mensuração da pobreza é que dessa maneira poderia estar se associando o “bem estar” social com a concepção do consumo, desconsiderando-se então outros aspectos da vida individual e social que nem sempre são orientados pela lógica do consumo e da renda. Daí outro procedimento de mensuração das condições de vida passou a ser utilizado nas ciências sociais e por organismos internacionais desde os anos 1970, por meio da classificação de quem é pobre ou não, através da identificação do que seriam, então, as necessidades básicas relacionadas à sobrevivência física das pessoas (ROCHA, 2006) até que em 1990 o Programa das Nações Unidas (PNUD) propôs e passou a utilizar o denominado “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH), baseado na aritmética de três indicadores relacionados à esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o Produto Interno Bruto (PIB) e renda *per capita*.

Entretanto, concordando com Rocha quando afirma que

O IDH não trouxe uma solução adequada para a comparação e o monitoramento da incidência de pobreza nos diferentes países. Mesmo abstraindo as dificuldades de garantir a comparabilidade em função de especificidades culturais, isto se deve a fato de que todos os indicadores utilizados na construção do IDH são médias, o que mascara a ocorrência de

situações extremas associadas á desigualdades de bem estar entre indivíduos (ROCHA, 2006, p. 24).

Além de tudo, devem ser pensados os locais que nem mesmo são contabilizados e não passam pelas estatísticas, amostragem essa que não atinge a todos e mascara, em muitos casos, as desigualdades sociais.

Como pode ser observado, todas as dificuldades operacionais para caracterizar a pobreza e os pobres, termina perpassando, ou assim deveria, as relações do Estado para com o atendimento às necessidades básicas da população, principalmente, aquela que se encontra em condições vulnerabilidade social.

Entretanto, para autores como Muñoz Palafox (2008), o reconhecimento da pobreza no contexto da sociedade capitalista nunca foi a solução para ela, uma vez que os recursos destinados para minimizarem as desigualdades sociais sempre surgiram historicamente de formas pontuais e nunca na “raiz” dos problemas.

Marx, por exemplo, já explicitava em 1842 que o Estado estava servindo em essência aos interesses materiais e da propriedade privada, ao invés de pensar nos direitos e interesses comuns da sociedade.

A pobreza como forma fundamental de exclusão humano-social, aparece para Marx e os socialistas da modernidade, não mais como um problema associado à ‘natureza humana’ e sim como um problema de ordem política – *a exclusão* de uma classe em relação à *articulação consciente do Estado* –, a exigir uma solução igualmente política do reconhecimento jurídico, pelo Estado, da positividade e da legitimidade dos *costumes* dos pobres (MUÑOZ PALAFOX, 2008, p. 75) (grifo nosso).

Para Tonet (2010), Marx em seus escritos deixou claro que,

O intelecto político inglês atribuiu os males sociais ora á política dos partidos adversários, ora á falta ou ao excesso de assistência social, ora á própria lei de assistência aos pobres, ora os próprios trabalhadores pela sua falta de educação ou indolência, ora à falta de recursos para atender às necessidades de uma população que cresce mais do que os bens produzidos. Em consequência dessas concepções, a política social inglesa oscilou, nos últimos 300 anos, entre o assistencialismo e a repressão, sob as mais diversas formas (TONET, 2010, p. 13).

Ou seja, a busca da solução da pobreza e suas consequências sociais adotadas pela burguesia e o Estado capitalista sempre ocorreu de forma a atingir decisões de maneira rápida perante os problemas sociais por meio de práticas de natureza paternalistas, caritativas,

filantrópicas e, finalmente, assistencialistas através da criação de políticas em que o Estado se torna mero provedor de parte das necessidades sociais dos pobres como forma, fundamental de “conter” ou minimizar a possibilidade do surgimento de revoltas resultantes de tanto antagonismo social entre as classes.

Segundo Alayón,

Se os povos (e seus intelectuais) não conseguem, coletivamente, identificar a origem de seus males, estarão condenados a sofrer e a resignar-se ante o sofrimento. E, para tanto, não faltarão propostas para controlar e disciplinar os pobres, deslocando o eixo da questão, com a negativa de enfrentar as causas geradoras das situações de pobreza (ALAYÓN, 1995, p. 115).

Em resumo, a negação constante das verdadeiras causas da pobreza e suas consequências sociais, acabará fazendo com que a “população pobre permaneça tal como acontece até hoje, historicamente intocada, apesar de receber o “reconhecimento” legal da sua existência pelo Estado constituído no interior da sociedade capitalista” (MUÑOZ PALAFOX, 2008, p. 76). Causas estas que no modo de produção capitalista refletem, de fato, uma sociedade pouco preocupada com a superação efetiva da pobreza à medida que esta implicaria, dentre outros, a adoção de processos de inserção social à educação e ao mundo do trabalho com profundos mecanismos de redistribuição de renda entre os indivíduos, até atingir, dessa forma, a própria essência das relações de produção estabelecida no sistema antagônico de classes sociais constituída no modo de produção capitalista atual.

É nestas condições estruturais - ou seja, nas características de funcionamento do modelo social vigente - que se encontram a gênese e a natureza, dos chamados “problemas sociais”, que definitivamente, representam o estilo de uma sociedade que orienta os objetivos de uma produção não para a satisfação das necessidades, mas para a acumulação privada da riqueza socialmente produzida (ALAYÓN, 1995, p. 123).

Com isso, práticas como o assistencialismo passam a ser vistas como políticas e práticas de “ajuda” aos pobres, mas que de fato, não vão de encontro à eliminação da própria pobreza em suas raízes, uma vez que, segundo Marx, no contexto da sociedade capitalista o intelecto político, ao negar estas raízes, por mais *aperfeiçoado que seja*, torna-se incapaz de tratar e superar efetivamente esta situação sob o argumento, meramente ideológico e burocrático que os “males sociais”, por exemplo, são consequência,

[...] ora à imperfeição humana, ora á falta de recursos, a falhas administrativas, á falta de vontade política, á insensibilidade do governo e/ou das classes dominantes, á indolência dos próprios pobres, á falta de educação, a políticas sociais equivocadas, á falta de assistência. Enfim, nenhuma novidade decisiva em relação a 400 anos atrás (TONET, 2010, p. 14).

Ou seja, segundo o próprio autor, Marx entende que o intelecto político que não consegue realizar uma análise materialista-histórica da realidade social, será incapaz de compreender, portanto, as causas sociais das constrições sociais existentes, tais como a pobreza, pelo simples fato de que ele só conseguirá pensar dentro dos limites da própria política.

Para isso torna-se necessário compreender que esse intelecto político deriva objetivamente, de acordo com Marx, dos interesses que defendem a perspectiva burguesa de sociedade (TONET, 2010), contrariamente daqueles que defendem uma perspectiva materialista-histórica de sociedade e lutam por igualdade social em todos os sentidos.

A consequência teórica desse fundamento metodológico equivocado [o intelecto político burguês] é que a raiz dos males sociais é buscada em todos os lugares, menos onde ela efetivamente se encontra e que o remédio é sempre alguma medida de reforma e nunca a revolução. Como diz Marx: O Estado jamais encontrará no Estado e na organização da sociedade o fundamento dos males sociais [...] Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado (TONET, 2010, p. 17).

Para tanto,

[...] Marx defende, fundamentalmente, quatro teses. Primeira tese: há uma relação essencial de dependência ontológica do Estado para com a sociedade civil. [...] Marx afirma que o Estado tem a sua raiz no antagonismo das classes sociais que compõe a sociedade civil. Segunda tese: o Estado é, essencialmente, uma expressão e um instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes, portanto, um instrumento de opressão de classe. “A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis”, diz o autor. [...] Se a sociedade civil é atravessada por contradições de classe, a reprodução dessa situação exige a existência de um poder voltado, essencialmente, para o interesse das classes dominantes (TONET, 2010, p. 22).

Segundo este autor, na



Terceira tese: também como decorrência da primeira, o autor constata que o Estado é impotente para alterar a sociedade civil. Pois ao mesmo tempo em que Marx evidencia a natureza do Estado e suas relações com a sociedade civil, também mostra que os males sociais fazem parte essencial dela. [...] Ora, na medida em que o Estado é um instrumento de reprodução dessas relações sociais, é-lhe vedada a possibilidade de tomar medidas que eliminem os problemas sociais. [...] Diz Marx, ‘quando o Estado admite a existência de problemas *sociais*, procura-os ou em *leis da natureza*, que nenhuma força humana pode comandar, ou na *vida privada*, que é independente dele, ou na *ineficiência da administração* que depende dele’. Como não pode atinar com as causas fundamentais destes males, só resta o Estado tomar *medidas paliativas*. Em resumo, o Estado, é *insuperavelmente impotente* face aos problemas sociais (TONET, 2010, p. 23) (grifo nosso).

Como pode ser observado, as quatro teses de Marx permanecem atuais no mundo contemporâneo quando se trata de abordar as raízes dos problemas sociais associados à pobreza. Quantas pessoas, pesquisadores, ao buscarem entender as origens desses problemas, acabam “apostando em que o *seu* Estado e as *suas* políticas sociais serão melhores do que o Estado e as políticas sociais dos outros?” (TONET, 2010, p. 24).

Por todos esses motivos, para Marx a superação de todas as mazelas sociais somente poderá ser alcançada por meio de uma revolução social capaz de superar, dentre outros, a emancipação política alcançada no sistema capitalista, por outra relacionada com uma efetiva emancipação humana. “Revolução social, aqui, significa uma transformação que modifique, a partir da raiz- que é a sociedade civil-, a velha ordem social” (TONET, 2010, p. 30).

Assim,

A emancipação política, expressa pela cidadania e pela democracia, é, sem dúvida, uma forma de liberdade superior à liberdade existente na sociedade feudal, mas, na medida em que deixa intactas as raízes da desigualdade social, não deixa de ser ainda uma liberdade essencialmente limitada, uma forma de escravidão (TONET, 2010, p. 27).

Ou seja, não será possível a superação das mazelas sociais se a emancipação for meramente política, pois ela precisará de uma libertação do homem de natureza abrangente comprometida com a construção de outro modo de produção material humana. Em outras palavras, no contexto da sociedade capitalista um trabalhador pode se reconhecer como cidadão, mas ainda assim, continuar a sofrer e viver na pobreza no modo de produção vigente.

Além disso a história tem mostrado que é possível, através do Estado, realizar transformações que redundem em benefícios para as classes subalternas. Mas a conclusão mais profunda de tudo isso é que, em nenhum momento, a essência do Estado foi alterada; ele permaneceu sempre um

instrumento de dominação do capital sobre o trabalho. [...] Com efeito, quando se fala em revolução, sempre se tende a pensar que é um processo social, sim, mas comandado pela política (TONET, 2010, p.10).

Entretanto, a partir do estudo de todas as contradições e problemáticas sociais,

[...] a história moderna viu surgir, florescer e morrer diversos movimentos sociais associados às lutas populares por conquista de direitos capazes de viabilizar não somente a sobrevivência econômica da ‘classe pobre’, mas, também, qualidade de vida, iguais oportunidades de desenvolvimento pessoal e social em todas as dimensões da existência humana (MUÑOZ PALAFOX, 2008, p. 76).

Segundo Muñoz Palafox (2008), a luta desses movimentos sociais sempre foi voltada para a superação da pobreza e da desigualdade, e principalmente pelo acesso aos direitos e superação da discriminação e preconceito. Essa necessidade pela busca de direitos veio, especificamente, com as mudanças históricas e sociais advindas da sociedade industrial e o deslocamento de grande número da população do campo para a cidade.

Esta situação forçou, entre outros aspectos, a redefinição cultural dos conceitos de sujeito, sociedade e mundo, dos papéis da família e da mulher, assim como a necessidade social de atribuir ao Estado uma boa parcela de responsabilidade com a inclusão econômica e social das camadas pobres [...] e dos grupos considerados minoritários da sociedade (MUÑOZ PALAFOX, 2008, p. 78).

Os direitos fundamentais como vestir, morar, alimentar-se, não estavam sendo devidamente acessados pela população. Sem mencionar direitos, como a educação, saúde, transporte, entre outros. Segundo Muñoz Palafox, foi a partir do século XX considerado o século dos direitos que,

[...] a humanidade assistiu à proclamação e ampliação oficial de direitos humanos entre mulheres, crianças, jovens, idosos e portadores de deficiências físicas e mentais, assim como de outros grupos específicos, por meio da construção internacional de documentos necessários à elaboração de políticas públicas (MUÑOZ PALAFOX, 2008, p. 79).

Nesse contexto, o século XX, além de ser considerado o século dos direitos humanos, também pode ser caracterizado como o século do aprimoramento das políticas assistenciais e das entidades e organizações da sociedade civil organizada, dedicadas à

combater a pobreza e suas múltiplas consequências para o desenvolvimento humano e social, dentre elas as ONGs.

## **2.2 Organizações Não-Governamentais- Conceito e Histórico**

O termo Organização Não-Governamental (ONG) surgiu em 1945 em um documento da ONU. Essa expressão foi criada para dar nome às entidades que recebiam dinheiro de órgãos públicos para desenvolver projetos de interesses sociais.

Segundo Camba, as ONGs

Podem ser definidas atualmente como grupos que buscam, por um lado, influenciar e democratizar políticas governamentais, para que estas supram da maneira mais extensa possível as necessidades da sociedade e de condições de vida iguais e justas no mundo todo, e por outro lado, movimentar a sociedade em que estão inseridas, utilizando-se de suas relações de solidariedade, na busca dessa democratização e influência política (CAMBA, 2009, p. 24).

Pereira complementa que o termo surgiu no período pós Segunda Guerra Mundial, para caracterizar as organizações que estavam comprometidas com a reconstrução da vida social após os conflitos. A criação do termo ONG

[...] contemplava à época a designação de um universo de entidades que necessitavam diferenciar-se do Estado- seja pela importância de manter a neutralidade em relação a Estados- Nação envolvidos em conflitos e guerras internacionais, seja para construir relações de confiança com seguimentos organizados da sociedade civil em contextos políticos marcados por Estados totalitários (PEREIRA, 2003, p. 34).

De acordo com o entendimento deste autor, o Não-Governamental passou a “referir um universo de entidades bem mais heterogêneo entre si e a ser reconhecido socialmente de maneiras variadas por governos, movimentos sociais organizados, outras instituições, parceiras ou não, mídia e opinião pública de um modo geral” (PEREIRA, 2003, p. 35).

As ONGs são iniciativas da sociedade civil que visam a transformação de aspectos da realidade considerados negativos almejando reduzir as desigualdades sociais. Elas possuem vários campos de atuação, mas segundo Gonh, têm sido eles:

O assistencialismo (por meio da filantropia), o do desenvolvimentismo (por meio dos programas de cooperação internacional, entre ONGs e agências de fomento, públicas e privadas), e o campo da cidadania (por meio das ONGs

criadas a partir dos movimentos sociais que lutam por direitos sociais) (GOHN, 2004, p. 55).

A primeira delas, a filantropia ou assistencialismo, não é possível se datar quando começou. Ela acontece por meio de ajudas momentâneas, que suprem as necessidades primordiais, vindo através de programas de distribuição de alimentos, roupas, entre outros.

Já as ONGs no campo desenvolvimentista, surgem juntamente com a expressão, “sem fins lucrativos”, ou seja, não são voltadas para o lucro. Já as ONGs do campo da cidadania, surgem através da organização da sociedade civil, por meio dos movimentos sociais e das camadas populares. Essas ONGs envolvem a participação no mundo da política e se apresentam como “executoras de atividades de interesse público fora da máquina governamental, com custos menores e maior eficiência” (GOHN, 2004, p. 59).

As ONGs se diferenciam também pelo seu campo de atuação. Segundo pesquisa feita por Fernandes (1994), foram encontradas 17 categorias relacionadas à atuação das ONGs na América Latina. São elas: Criminalidade/Violência/Droga, Negros e Índios, Formação Qualificada/Assessoria, Educação, Desenvolvimento/Promoção Social, Desenvolvimento Rural, Saúde, Mulher, Meio Ambiente, Comunicação, Direitos Humanos, Projetos de Financiamento (Micro-empresas, camponeses, setores informais), Créditos/Finanças, entre outras.

Segundo este autor, na América Latina a maioria das ONGs volta suas atividades para a Educação e o desenvolvimento com ênfase na promoção social. Sendo que aproximadamente 40,6% são voltadas para a formação qualificada/assessoria; 36% para a Educação e 29,50% para o desenvolvimento e promoção social.

O autor continua apresentando o público-alvo das ONGs na América Latina através da tabela abaixo:

Tabela 8 - Principais grupos beneficiários das ONGs latino-americanas em função das referências, trabalho, comunidade e outras.

<b>Ref. a trabalho</b>	<b>%</b>	<b>Ref. a comunidade</b>	<b>%</b>	<b>Outras Referências</b>	<b>%</b>
Trabalhadores Rurais	20,3	Comunidade	32,1	Associações Cívicas	16,2
Trabalhadores	7,5	Crianças e Jovens	22,0	Pobres	13,4
Micro-empresas	4,2	Mulheres	15,1	Outros	6,7
Profissionais Liberais	2,7	Grupos Étnicos	3,0		
		Migrantes	2,4		
		Marginalizados	1,7		
		Terceira Idade	1,4		

Fonte: (FERNANDES, 1994, p. 75)

Por meio dos dados apresentados na tabela 08 acima, é possível perceber que a maioria das ONGs tem suas atividades voltadas para a comunidade. Isso mostra que está havendo uma maior valorização do desenvolvimento da população local.

Resumindo, Fernandes apresenta que,

Em suma, na América Latina, as ONGs têm-se dirigido, sobretudo aos pobres, com uma agenda de direitos civis, concentrando-se nos locais de moradia. Elas tendem a priorizar regiões e funções mais fragilizadas na estrutura social- os pobres em geral, crianças e mulheres na família, trabalhadores rurais na produção (FERNANDES, 1994, p. 76).

O autor continua o raciocínio ao afirmar que o público da terceira idade é o menos atendido pelo Terceiro Setor, mostrando que muitas vezes o desenvolvimento e o investimento são voltados para o “futuro”.

Num interessante artigo publicado por Joana Coutinho (2004) é apresentada uma revisão de literatura sobre o Terceiro Setor, com foco nas organizações não-governamentais.

A autora afirma que o termo ONG começou a ser utilizado na década de 1940, pela ONU, para denominar diferentes entidades proponentes e executoras de projetos humanitários ou de interesse público, enquanto no Brasil, esta nomenclatura foi utilizada inicialmente para as organizações de cooperação internacional formadas por igrejas (católica e protestante), organizações de solidariedade e governos de vários países.

A finalidade dessas organizações era auxiliar às entidades e movimentos sociais latino-americanos para contribuir com a “consolidação da democracia” (COUTINHO, 2004). Posteriormente, durante a ditadura militar que assolou o país no período de 1974 a 1985, os

movimentos sociais organizados com ajuda de setores progressistas da igreja católica criaram centros de educação popular e assessorias aos movimentos sociais destinados não somente a contribuir com o desenvolvimento das camadas mais pobres da população buscando, ao mesmo tempo, elevar a sua consciência crítica, como forma de resistência ao *status quo* vigente na época.

A ‘educação popular’, fundamentada no método de Paulo Freire, era utilizada no sentido organizativo-conscientizador, e palavras de ordem como ‘democracia de base’ e ‘autonomia’ constituíam o eixo de seu repertório. Grupos, já existentes, abandonaram práticas assistenciais-filantrópicas e outros foram criados para incentivar a ‘organização popular’ (Doimo, 1995:129, 130). A maioria desses “centros de assessoria” (as ‘proto-ONGs’) era considerada parte do campo progressista (Doimo, 1995; Gohn, 1997; 1998), pois, financiados pelas ‘ONGs/Agências’ internacionais, denunciava internamente as violações dos direitos humanos e a pauperização da população. Não menos importante, foi a atuação da Igreja, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), cujo embasamento para sua militância é buscada nos princípios da Teologia da Libertação, que coloca o povo como “sujeito” da história. Com a Teologia da Libertação, a velha aliança entre a igreja Católica, o Estado e as classes dominantes da América Latina foi desafiada, se não pela Igreja enquanto instituição, por um número crescente de padres, freiras e leigos, através de suas práticas pastorais. [...] a Teologia da Libertação recomendou que o trabalho pastoral deveria ser endereçado preferencialmente às pessoas oprimidas da América Latina [os pobres, as mulheres, as crianças e jovens, os negros e os índios], e organizado como meio de conscientização e luta (Scherer-Warren, 1993:38). Nesse contexto, o termo se generalizou, as ONGs se multiplicaram e a expressão serve para designar tanto as de ‘Cooperação Internacional’, as ONGs Internacionais (européias financiadoras de projetos específicos) ou nacionais, e todas as organizações não-estatais -genericamente consideradas ‘não governamentais’. O marco para a divisão e a popularização do termo no Brasil, ocorreu na década de 1990, mais precisamente com a ECO-92 (COUTINHO, 2004, p. 58-59).

Se durante o período da ditadura militar, as ONGs foram relacionadas com os movimentos sociais, a partir dos anos 1990, depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, no contexto do estabelecimento de políticas assistenciais por meio de parcerias público-privadas, muitas destas organizações modificaram substancialmente o seu papel e finalidades sociais, ao serem, dentre outros motivos, financiadas em parte pelo estado, assim como por meio de contribuições oriundas da sociedade civil, incluindo o meio empresarial. Tais entidades passaram a priorizar, num contexto de redemocratização do país,

trabalhos em “parceria” com o Estado e/ou empresas; proclamam-se ‘cidadãos’; exaltam o fato de atuarem sem fins lucrativos. Desenvolvem um perfil de ‘filantropia empresarial’; mantêm relações estreitas com o Banco

Mundial e com agências financiadoras ligadas ao grande capital, como é o caso das Fundações Ford, Rockefeller, Kellogg, MacArthur, entre outras. Diferentemente dos “centros de assessoria” da década de 1970, a ênfase não seria mais a formação política, mas o ‘desenvolvimento autosustentável’. As palavras de ordem dos anos 1970, que nortearam a atuação dos movimentos populares, como ‘educação popular’, ‘autonomia’, ‘autoorganização’, ‘independência’, ‘direitos humanos’, etc. foram substituídas por ‘ecologia’, ‘democratização’, ‘diversidade cultural’, ‘geração de renda’, ‘gênero’, ‘direitos de cidadania’, etc. Essa terminologia foi adotada pelas ONGs quando, num recuo da Igreja Católica, as CEBs perdiam espaço para uma linha mais ‘espiritualista’ como a Renovação Carismática, os grupos de esquerda passavam a assumir compromissos com o sistema partidário e com a reforma do Estado (Doimo, 1995; Gohn, 1997). Inicialmente, tais mudanças favoreceram uma imediata diminuição do emprego formal, com a redução de filiações e poder de mobilização dos sindicatos; direcionamento das políticas econômicas para as atividades na economia informal; favorecimento da abertura de negócios com custos reduzidos para contratação de mão-de-obra não filiada a sindicatos e sem direitos trabalhistas; desenvolvimento da idéia de uma ‘economia comunitária’, que encontrará nas ONGs um terreno fértil para sua disseminação (Gohn, 1997). Em suma, as ONGs cresciam na medida em que os movimentos sociais perdiam sua força mobilizadora e adotavam uma política ‘integradora’ (diferente da contestadora dos anos 1970), através de ‘parcerias’ com o poder público que, ‘na maioria dos casos, mantém o controle dos processos deflagrados enquanto avalista dos recursos econômico-monetários’ (COUTINHO, 2004, p. 59).

Muitas ONGs são consideradas movimentos sociais cristalizados, que viram na institucionalização a oportunidade de representação junto à sociedade política.

Essas ONGs passaram então a atuar,

Como formas modernas de participação na sociedade brasileira: modernas porque se organizam em torno dos chamados direitos sociais modernos: direito à qualidade de vida, à felicidade, à não discriminação, à preservação do meio ambiente, etc.; porque buscam combinar os valores individuais com os valores coletivos, a racionalidade individual (dada pelos desejos e aspirações das pessoas) com a racionalidade científica (dada pelos estudos e análises técnicas dos problemas em questão); e, finalmente, modernas por se constituírem em espaços coletivos de participação da sociedade civil, a partir de interesses de grupos determinados, tendo como referência movimentos e organizações sociais (GOHN, 2004, p. 64).

As preocupações são voltadas para os valores humanos e científicos, pensando coletivamente e individualmente. Esses novos tipos de ONGs passaram a atuar em diferentes campos, seja da cultura política ou dos valores da sociedade. Umas colocaram em prática as comunidades autogestionadas, outras o desenvolvimento autossustentável, questões educativas e, também, aquelas relacionadas com defesa de direitos da pessoa humana (GOHN, 2001).

Com a criação da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), em 1991, muitas ONGs passaram a ter maior visibilidade. A criação desta associação gerou uma rede de entidades atuantes no Brasil em diferentes temáticas relacionadas ao gênero, meio ambiente, etnia, entre outros.

Segundo Pereira, a ABONG tinha como objetivo,

[...] se tornar um campo diferenciado de entidades não-governamentais em relação às demais existentes qualificadas como sem fins-lucrativos. Tem como papel relevante, portanto, ser um canal de mudanças e de construção social desse conceito- tanto política, quanto legalmente (PEREIRA, 2003, p. 60).

Para se associar a ABONG, a ONG precisa apresentar algumas características como:

- Ter personalidade jurídica própria;
- Ter um compromisso com a construção de uma sociedade democrática;
- Compromisso com o fortalecimento dos Movimentos Sociais de caráter democrático;
- Ser autônoma;
- Ser sem fins lucrativos.

Os princípios defendidos pela ABONG são: Igualdade, Diversidade, Solidariedade, Pluralidade, Autonomia, Transparência, Participação, Liberdade, Sustentabilidade, Democracia e Horizontalidade. Dentre seus objetivos estão: Consolidar a identidade das ONGs brasileiras, afirmando sua autonomia face ao Estado, aos partidos políticos, às igrejas e aos movimentos populares, defender um novo modelo de desenvolvimento baseado em modos de vida sustentáveis e na construção de uma sociedade radicalmente democrática, contribuir para o fortalecimento institucional das associadas visando a sustentabilidade política e financeira, entre outros. Ou seja, além de dar uma identidade a essas organizações, a ABONG tem como objetivo firmar parcerias e redes solidárias para auxiliar nas questões financeiras.

Pereira complementa dizendo que a ABONG nasceu

[...] como produto e propulsor da construção de uma identidade para essas entidades em relação às demais do campo das sem fins lucrativos, parte do reconhecimento de “novas” características nas ações e discursos de entidades que antes, por mais que existissem, não apresentavam um discurso politizado, com a definição de propostas com um claro compromisso com a democracia, com os direitos humanos, com a participação popular e com a justiça social (PEREIRA, 2003, p. 66).



Segundo relatório trienal (2010-2013), a ABONG contava com 250 organizações associadas. A região Sudeste é a que contém maior número de associadas, com 94 organizações, em segundo lugar o Nordeste com 88 associadas, já a região Centro-Oeste é a que têm menos organizações associadas, contando apenas com 16.

Além da criação da ABONG, a ECO-92 também teve grande influência na divulgação das ONGs no Brasil e através dela ocorreu o estabelecimento de muitas instituições que ainda não se denominavam como ONGs, passaram a se reconhecer como tal. Conforme apresenta Meira,

O ano de 1992 representou um ponto de inflexão para esses movimentos, qualificados na época como organizações sociais ou entidades sem fins lucrativos, na medida em que a ECO 92 representou uma vitrine para os mesmos, reconhecidos oficialmente, a partir de então, como parceiros de órgãos e instituições oficiais em seus respectivos campos de atuação. (MEIRA, 2009, p. 9).

Foi com a criação da ABONG e a ECO-92 que essas instituições ganharam notoriedade no Brasil.

### **2.3 As ONGs no Brasil: fundamentações legais**

Segundo a ABONG, em 2010, havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL), voltadas, predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%). As FASFIL concentravam-se na região Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), estando menos presentes no Norte (4,9%) e Centro-Oeste (6,5%).

Perante o Código Civil Brasileiro, o termo ONG:

[...] não existe legalmente e conforma-se como um conceito que vem sendo socialmente construído e difundido, no Brasil, desde os anos 1970, voltado para definir entidades, que no cenário internacional quanto nacionalmente, vêm ganhando projeção social e política (PEREIRA, 2003, p. 36).

As ONGs perante à lei são uma associação ou uma fundação. Associação significa a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Esse fim pode ser dos mais diversos, como científica, cultural, esportiva, literária, entre outros. Segundo o manual do

Terceiro Setor do Instituto Pró Bono (2005), a finalidade de uma associação pode ser “altruística – como uma associação beneficente que atende a uma comunidade sem restrições qualificadas – ou não altruística, no sentido de que se restringe a um grupo seletivo e homogêneo de associados” (PRÓ BONO, 2005, p. 10).

Já para ser uma fundação, é necessário contar com um capital inicial, que muitas vezes é deixado por meio de escritura pública ou testamento, onde os bens são destinados a fins religiosos, culturais, morais ou de assistência. “Assim, as fundações formam-se pela constituição de um patrimônio dotado de personalidade jurídica destinado a cumprir uma finalidade social segundo a vontade de seus instituidores” (PRÓ BONO, 2005, p. 11).

Dentro das associações e fundações temos várias nomenclaturas, são elas: instituição, entidade, e as ONGs que são um tipo peculiar de organização da sociedade que se declara sem fins lucrativos, com o objetivo de lutar e/ou apoiar causas coletivas.

Ou seja,

ONG, entidade ou instituição da sociedade civil, será sempre – em termos jurídicos – uma associação ou uma fundação. A escolha fica a critério daqueles que a estabelecem, mas, inexistindo bens para a dotação de um patrimônio inicial, a criação de uma fundação torna-se impossível. É por esta razão que pequenas e médias ONGs, grupos de apoio e pesquisa, grupos comunitários etc., em geral são constituídos como associações. Entidades financiadoras, grandes instituições educacionais, grupos fomentadores de projetos e pesquisas, contrariamente, são em geral organizadas como fundações (PRÓ BONO, 2005, p. 15).

Perante essas nomenclaturas, as ONGs podem adquirir no decorrer de sua existência títulos e certificados que atestem sua qualidade como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Utilidade Pública ou Entidade Beneficente de Assistência Social. Esses títulos viabilizam alguns benefícios legais.

Pela OSCIP, o Estado reconhece a existência de uma esfera pública não estatal. Para uma organização se tornar OSCIP é necessário que ela tenha estatuto que contenha requisitos legais e normas. Já quem requerer o título de Utilidade Pública tem que comprovar funcionamento contínuo por no mínimo três anos. Para adquirir o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS) a entidade também deve comprovar no mínimo três anos de funcionamento contínuo, dentre outros documentos comprobatórios exigidos para todas as titulações.

A diferença desses títulos e certificados está nos benefícios que cada um obtém para a ONG, mas também, na rigorosidade do controle das aplicações dos recursos. Somente nas OSCIPs os dirigentes podem ser comissionados.

Além desses certificados, a entidade poderá obter o certificado de Fins Filantrópicos para com ele requerer isenção e subvenção. Segundo Coelho (2004), para alcançar esse título as entidades devem provar personalidade jurídica, funcionamento de no mínimo três anos perante ao estatuto, promover educação, atividades artísticas, filantrópicas, e provar por meio de relatórios, moralidade e ausência de antecedentes criminais dos diretores, entre outros aspectos.

Essa regulação e preocupação se devem principalmente pelos escândalos envolvendo as organizações do Terceiro Setor, relacionados com o mau uso de verbas públicas, entre outros. Com todas as burocracias para obter tais certificados, poucas entidades têm acesso a esses recursos.

A contrapartida de enfrentar os caminhos tortuosos da burocracia para a obtenção do título de entidade sem fins lucrativos são os benefícios decorrentes. Além da isenção de taxas e impostos, as organizações podem obter recursos e subvenções estatais. Os diferentes âmbitos administrativos (estadual, federal e municipal) organizam seu próprio processo de concessão de subvenções e são regulados por leis e/ou decretos (COELHO, 2004, p. 95).

Essa “preocupação” com as ONGs muitas vezes está relacionada com os recursos recebidos por elas e com a transparência de como eles estão sendo utilizados. Quanto mais recursos essas entidades recebem, maior a necessidade de comprovar idoneidade.

## **2.4 Terceiro Setor e o Estado: eficiência com menor custo?**

O significado do Terceiro Setor sempre “carregou” a ideia de que ele atua onde o Estado não conseguiu suprir as demandas da sociedade. Além disso, o termo “Não-Governamental” é uma das características desse setor,

[...] é uma construção conceitual de cunho político. É uma forma de diferenciação em relação ao Estado autoritário e a afirmação de uma identidade sociopolítica de formas associativas da sociedade civil. Mas, por diferentes aspectos –sociais e políticos–, a natureza do que fazem esses atores, que pleiteiam nova denominação, diferencia-se do campo das entidades filantrópicas e assistencialistas, das corporativas e representativas (PEREIRA, 2003, p. 44).

O Terceiro Setor surgiu como mais uma estratégia de “salvação” para os problemas causados ou pela má administração governamental e/ou pelas desigualdades sociais ocasionadas pelo modo de produção capitalista.

O debate do ‘Terceiro Setor’ pretende promover a crítica e superação da bipolarização liberal entre Estado e mercado, entre público e privado. Porém, ainda preserva não uma bipolarização, mas uma segmentação tripartite da realidade social. (MONTAÑO, 2010, p. 135).

Pereira (2003) aponta que a precariedade na formação de um Estado de bem-estar no Brasil, aliada à pobre abrangência, dimensão pontual e à descontinuidade de políticas sociais, contribuem para uma “desresponsabilização” do Estado no que tange à provisão universal e contínua de direitos fundamentais. Direitos estes firmados pela Constituição de 1988, mas que não são cumpridos como deveriam.

A questão está em que é muito difícil ou até mesmo impossível diferenciar o caráter público e privado, tanto em relação à atividade quanto em relação à finalidade dessas entidades. E mesmo que de forma pequena o Estado sempre teve ligação com essas entidades. Coelho diz que a relação entre Estado e Terceiro Setor no Brasil,

De forma pequena e pontual, sempre existiu, sem chamar a atenção da opinião pública e sem que o próprio governo nela investisse, apenas repassando recursos para certas entidades, geralmente da área de assistência social. Isso tem ocorrido sem que haja uma orientação política ou a definição de metas e parâmetros específicos, ou seja, uma intenção consciente e premeditada para o estabelecimento de uma relação (COELHO, 2004, p. 150).

Ou seja, essas organizações,

[...] atuam nessa faixa difusa que está igualmente distante do setor público e do setor privado, embora exercendo atividades que poderiam estar catalogadas entre os deveres do Estado (Educação, Saúde Pública, Assistência Social) e, simultaneamente, funções que, em teoria, deveriam ser de responsabilidade de agentes sociais e econômicos específicos (geração de emprego e renda, formação e desenvolvimento profissional). (FISHER; FALCONER, 1998, p. 14).

Em um primeiro momento essas organizações se mostravam como opostas ao governo, no decorrer de suas atividades elas passaram a ser subsidiadas pelo mesmo governo

que antes era visto como “inimigo”. Ou seja, o Estado passa a ser “parceiro” na solução dos problemas sociais.

E apesar do aspecto de oposição ao Estado ter marcado as ONGs desde sua constituição, estas adotaram o termo Organizações Não-Governamentais mais por influência dos financiadores internacionais, que buscavam associar suas imagens e nomes ao esforço de erradicar os sistemas totalitários de governo, do que por uma tendência espontânea dessas organizações. (VALADÃO JÚNIOR; PIRES; SOUZA, 2005, p. 3).

Firmar parcerias entre Estado e Terceiro Setor é vantajoso principalmente para o Estado, pois é mais rentável apenas terceirizar o serviço. Ele é feito com menor custo, e a única preocupação é de repassar a verba e fiscalizar se o combinado está sendo cumprido. Se uma determinada ONG não cumpre, o Estado repassa a função para outra.

O projeto de Lei nº 4.330/2004 prevê, em resumo, a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade, desde que a contratada esteja focada em uma atividade específica. Ou seja, o projeto permite que qualquer atividade de uma empresa possa ser terceirizada, desde que a contratada esteja direcionada em uma atividade específica. Os órgãos públicos também poderão terceirizar os serviços, em vez de abrir concursos públicos. O órgão público é o co-responsável pelos encargos previdenciários, mas não quanto às dívidas trabalhistas. Sempre que o órgão público atrasar sem justificativa o pagamento da terceirizada, será responsável solidariamente pelas obrigações trabalhistas da contratada.

Em entrevista à Carta Capital, o professor Ruy Braga, da Universidade de São Paulo (USP), afirma que “Hoje o mercado formal de trabalho tem 50 milhões de pessoas com carteira assinada. Dessas, 12 milhões são terceirizadas. Se o projeto for transformado em lei, esse número deve chegar a 30 milhões em quatro ou cinco anos” (2015). Segundo ele, os ganhos para a terceirização são simplesmente para as empresas, os trabalhadores só têm a perder, e perdem principalmente a instabilidade e direitos trabalhistas, ou seja, no Brasil, o trabalhador terceirizado recebe 30% menos do que aquele diretamente contratado.

Na terceirização, o Estado é o provedor dos serviços, o que não significa, no entanto, que ele deva ser o executor ou implementador, ele somente controla e regulamenta (MEIRA, 2009).

Essas Organizações Não-Governamentais passam então a firmar parcerias também com o mercado, onde, empresas passam a associar seus nomes com projetos sociais, e a financiar tais projetos. Segundo Fischer e Falconer (1998) algumas instituições começaram a se denominar como ONGs por influência dos financiadores internacionais.

Muitas organizações sem fins lucrativos, vocacionadas para atividades de assistência social e de desenvolvimento comunitário, originaram-se de agregações religiosas ou mesmo sem essa característica, mas certamente não nasceram de esforço coletivo de oposição ao Estado ou ao regime político. Da mesma forma que buscavam recursos financeiros em diferentes fontes, como as contribuições individuais de simpatizantes e as doações empresariais, também procuravam legitimar-se junto aos financiadores internacionais e, simultaneamente junto aos órgãos governamentais que distribuíam parte das verbas orçamentárias para esses **prestadores de serviços** (grifo dos autores) (FISCHER; FALCONER, 1998, p. 14).

Os mesmos autores complementam afirmando não ser possível tratar as ONGs simplesmente como sendo Não-Governamentais, mas também, é impossível colocá-las em outra esfera social e política. E mesmo que algumas dessas instituições são oriundas dos movimentos sociais dos anos 70 e 80, elas acabaram por se modificar com o tempo. E segundo eles, esse movimento acontece principalmente pela questão financeira,

a partir da década de 90, as entidades do Terceiro Setor, longe de colocarem-se em confrontação, buscam com maior frequência estabelecer relações de complementaridade e parceria com o governo. [...] encontraram nos recursos financeiros do Estado a resposta para a escassez apresentada pelos financiadores internacionais (FISCHER; FALCONER, 1998, p. 14).

O resultado desse aumento do financiamento por parte do governo para com essas instituições, segundo Meira é:

[...] o crescimento exponencial do número de ONGs no Brasil, principalmente tendo em vista que o poder público se tornara uma importante fonte de financiamento para esse tipo de atividade e a desarticulação e diminuição da atuação política por parte de muitos setores organizados da sociedade. Ao mesmo tempo, as ONGs, cada vez mais, passam a substituir o papel do Estado, sendo que muitas dessas entidades são utilizadas como uma nova forma de apropriação do bem público (MEIRA, 2009, p.64).

Esse processo de parceria do público e o não-estatal fez com que esses movimentos mudassem sua forma de pensar e agir.

Esses movimentos que participam dessas experiências também redefinem seus valores buscando olhar para o Estado não como um inimigo, como nos anos 70-80, mas passando a vê-lo como um interlocutor, um possível parceiro, num campo de disputas políticas em que as demandas têm significados contraditórios (GOHN, 2004, p. 38).

Essa realidade também é encontrada na cidade de Uberlândia que será tratada no próximo item.

## 2.5 Organizações do Terceiro Setor em Uberlândia

A cidade de Uberlândia não se difere muito quando falamos sobre ONGs e Terceiro Setor, segundo Meira,

Muitas entidades que atuam no município de Uberlândia e que atualmente são denominadas como ONGs são oriundas de outras formas de organização social (movimentos populares, entidades filantrópicas ou caritativas), as quais, sobretudo, a partir da década de 1990, passaram a apropriar-se desse termo como forma de buscar maior representatividade ou legitimidade institucional, ou, simplesmente, como estratégia de sobrevivência, especialmente do ponto de vista material e financeiro (MEIRA, 2009, p. 116).

Uberlândia também não se diferencia de outras cidades quando falamos das áreas de atuação das ONGs. A maioria delas são voltadas para a afirmação de direitos, educação, combate às desigualdades sociais, entre outros. Segundo Valadão Júnior, Pires e Souza (2005, p.8), “verifica-se aparentemente uma preferência do poder público local por organizações que desenvolvem atividades de assistência e promoção social e/ou de desenvolvimento comunitário, social e econômico”. Isso pode ser constatado pela tabela abaixo, que nos dá uma dimensão de quantas ONGs são subvencionadas pela prefeitura e as áreas de atuação.

Tabela 9 - ONGs subvencionadas pela Prefeitura de Uberlândia - 2012.

<b>Setores de atividades</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Total de Atendidos</b>
Criança e Adolescente	20	1947
Abrigos Institucionais	10	246
Atendimento Asilar ao Idoso	4	185
Pessoas com Deficiência	10	-
Educação Infantil	32	Aprox. 3000.

Fonte: Banco de Dados Integrados de Uberlândia- BDI. Prefeitura Municipal de Uberlândia. 2013 com base em 2012.

Ressaltando que durante a realização da pesquisa documental e bibliográfica houve dificuldade para encontrar dados e documentos relacionados ao Terceiro Setor e suas diversas entidades localizadas no município de Uberlândia. Somente foi encontrada uma lista das

ONGs subvencionadas economicamente pela prefeitura enquanto entidades de utilidade pública, não podendo, portanto, identificar nenhum dado estatístico ou quantitativo sobre as entidades existentes e que não tem parcerias oficiais com o poder público municipal, tal como ocorreu também com Valadão Júnior, Pires e Souza (2010), os quais relataram o mesmo problema durante a realização da sua pesquisa. Segundo eles:

Constatou-se a inexistência de uma lista específica dessas organizações nos referidos órgãos. Os únicos dados obtidos foram encontrados na Prefeitura da cidade, mais especificamente na Secretaria de Ação Social, que dispunha apenas de uma lista contendo as organizações sem fins lucrativos subvencionadas pelo poder público local (VALADÃO JÚNIOR; PIRES; SOUZA, 2005, p. 5).

A pesquisa bibliográfica aqui realizada foi significativa para este trabalho à medida que localizamos autores que escreveram sobre o Terceiro Setor em Uberlândia, os trabalhos de Valadão Júnior, Pires e Souza (2005) acima citados e o de Meira (2009) que fez um levantamento das ONGs em Uberlândia através do Cadastro Nacional das ONGs, onde constatou que no ano de 2008 haviam 109 ONGs cadastradas no portal.

Considerando que ao procurar, em 2015, o portal do citado cadastro, este não foi localizado na internet. Meira (2009) contabilizou 58 entidades de orientação religiosa em Uberlândia no ano de 2005, e da lista de subvenções da prefeitura, que na época contava com 160 entidades beneficiadas, mais da metade eram ligadas a algum culto religioso, mesmo que a maioria não se declarasse como tal, o início dessas entidades tinha ligação com alguma orientação religiosa. Segundo ele, as entidades ligadas a cultos religiosos são invariavelmente do tipo assistencialista ou filantrópico.

Por outro lado Valadão Júnior, Pires e Souza (2005) estudaram 92 instituições do Terceiro Setor de Uberlândia e concluíram que a maioria dessas ONGs ainda possuía um caráter assistencialista, ou seja, as suas preocupações estavam voltadas principalmente para a solução de questões sociais resultantes das desigualdades sociais, tendo a assistência e promoção social como principais focos de suas atividades.

Na mesma pesquisa, os autores constataram que além dos convênios com a prefeitura, a maioria das ONGs obtiveram recursos de doações de pessoas físicas e de realização de eventos e campanhas, e que quase 60% das organizações desenvolveram suas atividades com até cem mil reais anuais.



Quando foi perguntado sobre a origem dos recursos dessas instituições, aproximadamente 40% das organizações participantes possuíam fontes de recursos próprios, públicos e privados. E 65% das pesquisadas possuíam mais de uma fonte de recurso.

Segundo Meira, em Uberlândia,

[...] as entidades de fato já existiam, eram sob denominações variadas, desde entidades da sociedade civil, entidades ou sociedades filantrópicas, até organizações sociais. A maioria delas já desempenhava exatamente as mesmas funções que mantêm atualmente, contando com subvenções e parcerias com o poder público, mas numa visão mais caritativa e menos de “promoção social”, terminologia mais recente e parte do novo vocabulário da “cidadania e inclusão social” presente atualmente nos estatutos de praticamente todas as entidades do gênero (MEIRA, 2009, p. 245).

A falta de dados sobre o Terceiro Setor em Uberlândia parece afirmar a relevância desta pesquisa, dada a necessidade de se compreender, de fato, quais são as finalidades e impactos socioeconômicos e culturais das ONGs, tal como a própria ONG Ação Moradia localizada na periferia da cidade de Uberlândia e objeto de estudo deste trabalho.

### **3 DILEMAS DOS ESPAÇOS PERIFÉRICOS: PERCURSO HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO URBANA DO BAIRRO MORUMBI- UBERLÂNDIA/MG**

Tomando como referência a história da cidade de Uberlândia é possível refletir como um espaço urbano é constituído, organizado e estruturado ao longo do tempo e, nesse contexto, identificar as dificuldades e dilemas que fazem parte desse mesmo processo de estruturação.

No início do ano de 2015, Uberlândia encontrava-se organizada em 74 bairros, divididos em cinco áreas, sendo estas: Setor Sul, Setor Norte, Setor Oeste, Setor Central e Setor Leste, onde se localiza o bairro objeto da presente pesquisa.

O bairro Morumbi, foi resultado de uma ação política que culminou com a elaboração e implantação de um programa habitacional projetado em 1989, época em que Fernando Collor de Melo foi eleito presidente sob o discurso eleitoral de trazer esperança e motivação para a população brasileira, inclusive no campo das políticas habitacionais, dentro do qual o próprio candidato à presidência teria anunciado a existência de um déficit de 10 milhões de moradias no país (ARAÚJO SOBRINHO, 1995).

Após ser eleito, Collor criou o Programa de Ação Imediata em Habitação – PAIH em parceria com as prefeituras municipais as quais ficariam responsáveis pela infraestrutura como energia elétrica, abastecimento de água, esgoto e asfaltamento das ruas. O principal objetivo do PAIH seria construir casas em um curto período de tempo nos municípios que tivessem maiores problemas relacionados com a habitação.

A proposta do programa foi construir 200 mil casas em um prazo de seis meses. Para isso, foram definidas como prioridades a utilização de novos materiais e técnicas de construção, assim como também, a moradia deveria ter vinte metros quadrados.

Entretanto, de acordo com Araújo Sobrinho,

Verifica-se que o plano construiu a moradia, porém a infraestrutura viria depois, responsabilidade de outros níveis de governo, indicando a necessidade de se construir o maior número possível, sem haver qualquer preocupação com a sua qualidade, indicando uma clara manipulação política por parte do governo federal que tinha que demonstrar que estava mudando o Brasil (ARAÚJO SOBRINHO, 1995, p. 52).

No caso do município de Uberlândia, cujo poder político local encontrava-se alinhado com a presidência da república, o PAIH foi implantado para viabilizar, dentre outros, o Loteamento Santa Mônica II que no futuro foi batizado com o nome de “Bairro Morumbi”.

Neste loteamento foram construídas 2.250 casas em regime de “embrião” constituído de uma área de 10 metros de largura por 25 de comprimento, com um banheiro e sem paredes internas.

Nesse espaço, cada família deveria se organizar para distribuir seus dormitórios e a cozinha, de acordo com as suas necessidades, sendo que na parte externa de cada casa era instalado um lavatório que poderia servir tanto para lavar roupa quanto para lavar os utensílios de cozinha.

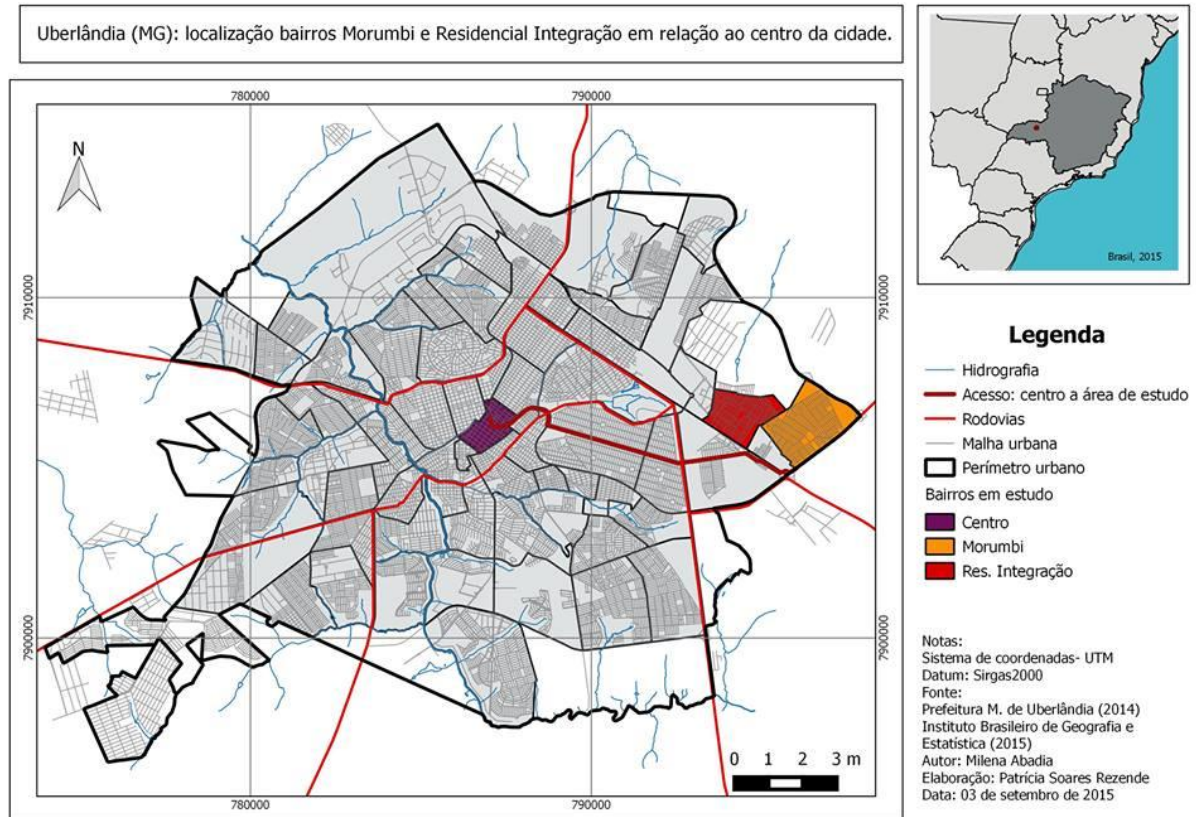
Dentre os critérios estabelecidos para acessar ao financiamento das casas construídas pelo PAIH, o solicitante deveria ser brasileiro, comprovar com registro de trabalho, no mínimo três anos de residência no município; não ter casa própria; ter renda de até cinco salários mínimos e não constar o nome negativo junto ao Serviço de Proteção ao Crédito.

Num dos poucos trabalhos localizados na pesquisa bibliográfica realizada, Araújo Sobrinho (1995), afirma que, na prática, a distribuição das casas construídas com recursos do PAIH foi efetivada por meio de um processo de indicação política daqueles que receberiam as casas, gerenciado pelo poder local da época.

Dentre outros aspectos, o conjunto Habitacional Santa Mônica II foi construído propositalmente a pelo menos 11 km do centro da cidade com a finalidade de propiciar a criação de espaços urbanos intermediários cujos terrenos seriam, com o passar do tempo, seguramente valorizados de acordo com as práticas de especulação imobiliária estabelecidas pelo mercado local, de acordo com o nível de desenvolvimento econômico-comercial.

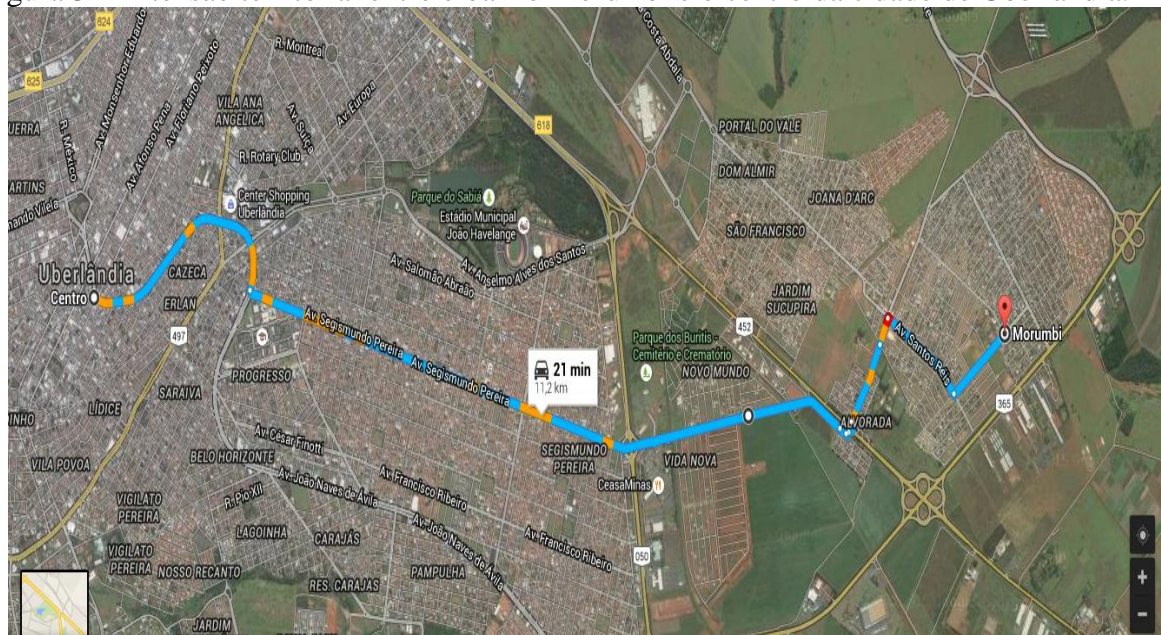
Considerando que próximo ao local escolhido para o loteamento das casas do PAIH já existia desde 1980 um bairro chamado “Alvorada”, a instalação deste novo loteamento deveria contribuir para acelerar o processo de expansão dessa mesma região e, em tese, o necessário desenvolvimento econômico-comercial que, por sua vez, também contribuiria para favorecer a própria especulação imobiliária naquela região, tal como de fato foi possível perceber na condição de moradores do bairro Morumbi, a partir do ano 2004.

Figura 2 - Uberlândia (MG): Localização bairros Morumbi e Residencial Integração em relação ao centro da cidade.



Fonte: REZENDE, P.S. (Org.). Prefeitura Municipal de Uberlândia, Uberlândia: Secretaria de Planejamento Urbano, 2015.

Figura 3 - Extensão territorial entre o bairro Morumbi e o centro da cidade de Uberlândia.



Fonte: Google Maps (2015).

Diante das características e dinâmicas de implantação do PAIH no loteamento Santa Mônica II, pode ser observado que o citado programa além de atender parcialmente ao déficit de moradia existente no município, foi constituído por um tipo de construção altamente precarizada que, no nosso entendimento, dificilmente seria capaz de atender as demandas da população em termos de moradia. Uma vez que foi possível constatar que a sua construção caracterizava-se não somente por falta de um adequado acabamento (reboco, piso, muro e alicerce), mas também pelo fato de que o material empregado na construção, devido a baixa qualidade do mesmo, começou a se deteriorar rapidamente “gerando um desperdício elevado durante a construção e constantes trocas e reposições, após as ocupações da moradia” (ARAÚJO SOBRINHO, 1995, p. 59).

Sob o argumento contido no edital de licitação para a contratação de empresas construtoras, de que poderiam ser propostas “novas” técnicas e materiais de construção, longe de serem apresentadas propostas cientificamente fundamentadas; o que foi constatado na época é que as empresas vencedoras foram aquelas que apresentaram orçamentos mais reduzidos de projetos de casas, sem demonstrar qualquer tipo de preocupação com a durabilidade e o conforto para os moradores.

Além disso, vale ressaltar também que, de acordo com Araújo Sobrinho (1995), a área escolhida para implantar o PAIH apresentou situações de risco e problemas ambientais, tal como ocorreu, de fato, com o bairro Morumbi cujas casas foram construídas em uma área de chapada, bastante rochosa cuja declividade plana provoca, dentre outras dificuldades, a impermeabilização da água das chuvas seja mínima por falta de escoamento adequado. Problema este que os moradores enfrentam até hoje, principalmente, em época de chuvas quando é comum ocorrerem inundações nas ruas que ocasionam, inclusive, a invasão da água para dentro das residências.

No bairro Morumbi, a presença destes solos frágeis e pouco coesos alia-se à

topografia bastante plana e, em consequência, a declividade insatisfatória da área gera sérios problemas ambientais e urbanos. O primeiro é que a impermeabilização dos solos, feita pela pavimentação asfáltica ou simplesmente pela manutenção dos sedimentos naturais da área, altamente porosos e permeáveis, impede a ocorrência de um escoamento superficial acentuado, sobretudo após as primeiras chuvas no início da estação chuvosa (CANUTO, 2004, p. 58).

O problema das enchentes já se tornou tão rotineiro no bairro, que todos os anos são narradas nos jornais as consequências decorrentes deste tipo de fenômeno, o qual entendemos,

deixou de ser somente natural, para se transformar em um problema de natureza social e política.

Os moradores do Bairro Morumbi, em Uberlândia, cobram soluções para os problemas constantes de alagamento na região. Segundo a Prefeitura, desde 2007 foram investidos mais de R\$ 35 milhões na construção de três canais de escoamento de água. Porém, a população afirma não obter resultados e com as chuvas da última semana o bairro foi o que mais sofreu com os prejuízos (Jornal Eletrônico G1-Triângulo Mineiro, 31 out. 2012.).

[...] morador da rua Serraria, disse que as inundações, como a que ocorreu no último dia 24, após precipitação que totalizou 50 mm de água, prejudicam crianças e idosos. “Quando chove na minha rua, alaga tudo. O meu lado da rua é o mais alto, mas o pessoal que reside no outro lado, que é mais baixo, como pessoas idosas que moram sozinhas, que têm filhos ou que chegam mais tarde do serviço e encontram a rua alagada, têm muitos problemas” (Jornal Correio - Uberlândia, 01 abr. 2015).

O tipo de solo da região, o Latossolo vermelho ou roxo também contribui para a erosão e no período da seca provoca grande quantidade de poeira, o que acaba causando um desconforto para a população. Quando não é o período de poeira, o contratempo se encontra no período de enchentes, causando vários problemas, inclusive de saúde.

Além de ser construído em locais inadequados, o poder municipal local não cumpriu com o acordo de levar a infraestrutura básica para esses bairros, fazendo com que a população sofresse até os dias de hoje com a falta de pavimentação de ruas, ausência de equipamentos urbanos, como escolas, postos de saúde, transporte coletivo, entre outros.

Em resumo,

[...] não houve na época do planejamento e construção qualquer preocupação no sentido de se produzir um espaço agradável e bem planejado, que possibilitasse uma melhor utilização por parte de seus moradores. Pelo contrário, apenas interessava o número de casas construídas e a urgência de concluí-las (ARAÚJO SOBRINHO, 1995, p. 73).

As constatações teóricas dos problemas e dos dilemas do bairro Morumbi, somente confirmam aquilo que enquanto moradora do bairro é possível perceber cotidianamente, porém com a diferença de que agora é possível identificar que tais problemas e dilemas não ocorreram de forma natural, mas que são e constituíram parte de um processo de organização do espaço urbano pautado numa lógica de mercado que, sem qualquer pretensão de análise “conspirativa”, representou sim, apenas mais uma daquelas estratégias do capitalismo

direcionadas para a obtenção de lucro, em detrimento objetivo das demandas efetivas da população de baixa condição socioeconômica.

É justamente com este sentido que valorizamos as produções localizadas na pesquisa bibliográfica deste trabalho, à medida que as mesmas procuraram contribuir por meio da análise e avaliação do impacto de políticas públicas implementadas utilizando-se de uma perspectiva crítica de pesquisa.

Nesse sentido,

O termo ‘crítico’ sinaliza que o objetivo dessas pesquisas é compreender a essência das políticas investigadas, com cuidado para analisá-las de modo aprofundado, evitando-se toda e qualquer forma de legitimação; analisá-las de uma perspectiva de totalidade, estabelecendo os devidos vínculos com o contexto mais econômico, político e social, e analisar as relações das políticas com a justiça social (BALL; MAINARDES, 2011, p. 13).

Pelos motivos acima descritos, pode ser compreendido porque as dinâmicas territoriais que fazem parte do processo de produção das cidades acontecem de forma desigual e em vários casos, com uma profunda falta de “justiça social”. “O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social” (CARLOS, 2005, p. 23).

O espaço urbano então é reflexo das ações humanas, e seus diferentes usos dão formas à paisagem. Quanto mais alto é o preço de uma parcela de terra, menos acesso a população de baixa renda tem a ela, restando apenas locais com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, ou seja, a periferia. Essa relação Centro x Periferia surge após a Revolução Industrial, com o aumento desmesurado da população nas cidades. O centro que antes abrigava pequenas casas e monumentos foram sendo substituídos por trabalhadores pobres que chegando do campo tinham como local de moradia os cortiços. Com esse aumento de população urbana, as cidades passaram a ficar cada vez mais desorganizadas, e

O Estado não elaborava planos e nem regulamentos, e não fiscalizava as formas pelas quais as cidades vinham sendo produzidas. Ele próprio passou a ser um especulador, vendendo muitos terrenos públicos para pagar suas dívidas. A classe dominante aproveitou para realizar seus investimentos imobiliários (SPÓSITO, 2008, p. 56.).

Essa desordem fazia com que a cidade se tornasse um campo de interesses onde cada um a modificava da maneira com que lhe obtivesse maior lucro. As ruas eram irregulares e

não eram suficientes para a circulação de pessoas e dos meios de transporte. A estrutura das cidades nesse período era desorganizada, e

As casas eram muito pequenas. Muitas continham as mesmas acomodações das moradias do campo, mas a falta de espaço ao redor delas se constituía em séria dificuldade para a eliminação do lixo, para a ventilação, insolação, para a realização de alguns trabalhos domésticos. Os pátios, quando havia, eram reduzidos e estavam cercados por construções de todos os lados. Além disto, a maioria destas casas localizava-se próximo das indústrias e estradas de ferro, fontes de fumaça, barulho e poluição dos rios (SPÓSITO, 2008, p. 56).

As moradias e o espaço principalmente das áreas centrais das cidades eram desordenados e sem nenhuma estrutura física. Neste momento já era perceptível os bairros destinados às diferentes classes sociais, exemplo disso, é que ter uma residência individualizada era somente para aquelas pessoas com alto poder econômico.

Essa desordem principalmente das cidades inglesas do século XIX não pôde permanecer por muito tempo, pois os surtos de doenças, mau cheiro, poluição dos rios, falta de água limpa para o consumo, se tornaram um problema para todos. A burguesia então tomou uma decisão e na segunda metade do século XIX aprovou leis sanitárias, implantação de redes de água e esgoto, e as ruas também passaram por modificações para receber os diferentes tipos de meios de transporte que começaram a surgir.

Com o adensamento das cidades as indústrias, residências, comércios, centros de decisão política, áreas de lazer estavam concentradas em um mesmo lugar, o centro. Esse adensamento urbano criou modificações no espaço, “o crescimento das cidades tornou centro a área antes compreendida por todo o núcleo urbano, formando-se ao seu redor uma faixa nova, considerada periferia” (SPÓSITO, 2008, p. 56).

As indústrias tiveram que sair para lugares afastados onde seus ruídos ou poluição não incomodassem, e os terrenos centrais começaram a ter seus valores acrescidos, pois ele tinha passado por reformas e melhorias. Os trabalhadores pobres que moravam em cortiços nesses locais tiveram que sair, pois além dos altos preços dos terrenos, a presença deles já não era bem vista. O único lugar que restou para essa população foram os locais afastados e sem melhorias urbanas.

Segundo a Organizações das Nações Unidas (ONU), favela é todo local com excesso de população, habitações precárias, acesso inadequado a água potável e condições sanitárias, onde não se tem a posse da moradia. Segundo Davis (2006), essa descrição fica restrita às características físicas, deixando de lado características sociais. Segundo a ONU, apenas 6% da



população urbana dos países desenvolvidos moram em favelas, enquanto nos países subdesenvolvidos somam 78,2% dos habitantes. O mesmo autor apresenta que o Brasil está em terceiro lugar no ranking de favelas sendo que 36,6% da sua população habitam nessas áreas, ou seja, 51, 7 milhões de pessoas.

Além do conjunto habitacional, o entorno do bairro Morumbi passou por um processo de ocupações irregulares por volta do ano de 2004, esse processo aconteceu principalmente por fatores econômicos, ligados também ao movimento migratório, ocorrência esta que se deu especificamente pela busca da prosperidade e do progresso noticiados nos jornais. Mas, assim que esses migrantes chegavam em Uberlândia se deparavam com a falta de emprego, altos preços das moradias e custo de vida, restando muitas vezes como única alternativa de moradia, a ocupação de terrenos públicos e privados.

### **3.1 Dados da pesquisa de campo**

No que diz respeito ao caminho metodológico a ser trilhado no âmbito da pesquisa científica, considera-se que esta é um instrumento de conhecimento da problemática da realidade em sua dimensão transformadora e, especificamente, a pesquisa em educação deve ser tratada como um processo dinâmico e dialético de articulação entre elementos que integram cada realidade e os processos da produção do conhecimento – conteúdos filosóficos, lógicos, epistemológicos, teóricos, metodológicos e técnicos, considerando que, tanto o investigador como os investigados, são sujeitos, e o objeto é a realidade – ponto de partida (GAMBOA, 2007).

Diante disso, a natureza epistemológica do problema de pesquisa da presente dissertação é qualitativa com alguns aspectos quantitativos, por se propor a conhecer a realidade por meio da coleta de dados bibliográficos, documentais e daqueles resultantes de trabalho de campo, cujo processo de análise e interpretação não se fundamenta em idealizações, imaginações ou desejos, mas em um processo de descrição, determinação e precisão conceitual rigorosa (MARTINS, 1994).

Para tanto, a pesquisa bibliográfica abrangeu o estudo de livros, teses e artigos impressos e virtuais que abordam as políticas públicas voltadas, em especial, para o Terceiro Setor e as relações urbanas. Quanto à pesquisa documental, foram analisadas leis, documentos oficiais que se relacionam com o Terceiro Setor e as ONGs no Brasil.

O processo de coleta de dados foi efetivado por meio da utilização da técnica de entrevista semiestruturada (Roteiro da entrevista – Apêndice 1, 2 e 3), a qual se caracteriza

pela existência de um guia previamente estruturado como eixo orientador de desenvolvimento da investigação, dentro do qual será procurado garantir que os diversos sujeitos da pesquisa respondam às mesmas questões. Contudo, o desenvolvimento deste estudo de campo pode ser adaptado mantendo-se certa flexibilidade sem perder de vista as questões e o eixo central motivo da pesquisa.

Conforme explicita Lüdke e André:

a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, sendo considerada uma das principais técnicas de trabalho nas pesquisas em ciências sociais. Além disso, há que se atentar para o caráter de interação entre pesquisador e entrevistado, principalmente nas entrevistas não totalmente estruturadas (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 33).

A entrevista foi incluída no processo de pesquisa por considerar, no contexto da abordagem qualitativa, que “ao mesmo tempo valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Considerando que a ONG Ação Moradia constitui o *locus* privilegiado do presente trabalho, os sujeitos da pesquisa constituíram-se em: gestores da instituição; funcionários que foram usuários dos programas e projetos sociais ofertados pela instituição ao longo da sua existência; bem como, usuários e ex-usuários.

Tendo em vista que a natureza da presente pesquisa é qualitativa, concordamos que para quem diferentemente da amostra de uma investigação quantitativa que é escolhida ao acaso, neste tipo de averiguação “os sujeitos compõem uma amostra de diversidade representativa não no sentido estatístico, mas no que eles têm a contribuir com o problema proposto pelo estudo” (LOBINO, 2010, p. 72).

Dessa forma e considerando também as limitações de realização temporal deste trabalho de pesquisa e todos os percalços encontrados no caminho, que serão apresentados no decorrer do trabalho, foram entrevistados os seguintes sujeitos da pesquisa:

1. Cinco dos quatorze membros fundadores ou gestores da instituição, que além de terem contribuído para conceber e fundar oficialmente a instituição participam direta e cotidianamente da sua gestão até o presente momento;
2. De acordo com dados oficiais fornecidos pela administração da ONG, no ano de 2014, os projetos e programas da entidade atenderam semanalmente uma média de 235 crianças e 350 adultos, os quais participam de forma assídua, assim como também, atendeu mensalmente, uma média de 100 pessoas entre adultos e crianças

que participaram de atividades eventuais da ONG Ação Moradia, não diretamente vinculadas aos seus referidos projetos e programas. Nesse sentido, foi entrevistado aproximadamente 2% da população dos usuários assíduos, isto é um total de cinco pessoas que foram identificadas a partir da utilização da numeração em ordem alfabética de todos os usuários adultos participantes dos projetos e programas da instituição no ano de 2015. Seguiu-se da utilização da técnica de amostragem sistemática, que consiste na utilização da fórmula “A” refere-se à amostragem; “i” refere-se ao número de início da contagem; “n” refere-se ao número da amostra; “k” refere-se à razão “Número da população total/número da amostra”;

3. Também foram entrevistados cinco ex-usuários assíduos, participantes de projetos e programas da ONG, no período 2010 a 2013, os quais alguns nomes encontravam-se nas listagens de usuários fornecidas pela instituição, e outros foram identificados por indicação de ex-usuários. Isso se deve principalmente pela dificuldade em encontrar o telefone atualizado dos mesmos;

4. Cinco funcionários da ONG que participaram de atividades na instituição em um primeiro momento e que são contratados atualmente, dentre estes, duas pessoas que tiveram suas moradias construídas pela Ação Moradia.

Com isso, para a realização do presente trabalho foram entrevistadas 20 pessoas, na qualidade de sujeitos da pesquisa.

Para a identificação dos usuários e ex-usuários foi elaborada uma listagem a partir de um levantamento documental realizado na ONG Ação Moradia, com a finalidade de localizar os nomes e demais dados pessoais daqueles que participaram no ano de 2015 (usuários) e no período de 2010-2013 (ex-usuários). Em seguida foi utilizada a técnica de amostragem sistemática para identificar os entrevistados por meio da utilização desta técnica numa planilha do programa Excel.

No momento de procurar às pessoas selecionadas (sorteadas) para a entrevista por meio da utilização da técnica de amostragem sistemática, foram encontradas dificuldades ao perceber que grande parte dos dados fornecidos pela ONG estavam defasados e, dentre eles, a maioria dos números telefônicos, motivo pelo qual não foram encontrados muitos dos nomes sorteados, tendo que recorrer, então, à estratégia de complementar a listagem de sujeitos da pesquisa recorrendo à identificação de ex-usuários por meio da consulta a outros ex-usuários localizados inicialmente e que concordaram em participar das entrevistas.

Para a identificação dos funcionários que participaram de atividades na instituição, que foram contratados pela ONG, também foi utilizada a técnica de amostragem sistemática.

No que diz respeito aos procedimentos de organização e análise dos dados resultantes do trabalho de campo foi utilizado o método de interpretação hermenêutico-dialética da realidade, considerando que:

conhecer o mundo significa compreender e interpretar os processos que determinam a forma de existência dos objetos ou fenômenos num determinado contexto histórico, sabendo que em outro eles são diferentes, não se ocupando, portanto, das discussões metafísicas sobre a essência do mundo em si mesmo (MUÑOZ PALAFOX, 2013, p. 18).

Dessa forma, toda pesquisa baseada no materialismo histórico-dialético deve levar em conta o mundo transformado pelo ser humano e tudo isso faz parte de sua história. Muñoz Palafox (2013) ainda ressalta que a pesquisa nas ciências humanas implica em um exercício guiado e medido pela teoria, esta vista como uma aquisição histórica produzida na interação dialética entre os homens e o mundo.

Em relação aos riscos da pesquisa, consideramos que estes somente existem em relação à identificação dos sujeitos participantes da investigação, e com a finalidade de minimizar estes, foi seguido literalmente o Termo de Consentimento Livre Esclarecido assinado pelos sujeitos envolvidos, assim como também, foram respeitados os critérios éticos da pesquisa com seres humanos, tal como preconizado na Resolução nº 196 de 1996, do Conselho Nacional de Saúde. Isto posto, ressalta-se que a investigação foi desenvolvida com sujeitos adultos dotados de autonomia plena, os quais foram orientados para deixar de participar a qualquer momento, caso considerassem esse fato pertinente, inclusive por motivos pessoais. Destacamos ainda que a identidade dos participantes foi preservada em todo tempo ao longo da realização da presente pesquisa.

Quanto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, exigido pelo Comitê de Ética na pesquisa, o qual aprovou o projeto desta dissertação no dia 20 de janeiro de 2015, foi aplicado pela pesquisadora aos sujeitos da pesquisa. Estes sujeitos foram informados de que poderiam recusar a participação, bem como desistir de participar ao longo do processo, sem necessidade de justificativa e sem sofrer qualquer coação.

Para a organização da pesquisa e a preservação da identidade dos entrevistados, cada sujeito foi identificado com um código, formado pela letra do grupo correspondente, seguido de um dígito identificador, tal como mostrado na tabela 10, a seguir.

Tabela 10 - Organização dos sujeitos da pesquisa por meio de categorias de participação.

<b>Grupos</b>	<b>Identificador do Entrevistado</b>	<b>Categorias de participação</b>	<b>Entrevistados (Total= 20)</b>
<b>A</b>	A1, A2, A3, A4, A5.	Grupo de usuários da ONG. (Usuários).	<b>5</b>
<b>B</b>	B1, B2, B3, B4, B5	Grupo de Ex-usuários da ONG.	<b>5</b>
<b>C</b>	C1, C2, C3, C4, C5.	Grupo de Funcionários da ONG, ex-usuários.	<b>5</b>
<b>D</b>	D1, D2, D3, D4, D5	Gestores da ONG.	<b>5</b>

Fonte: Organizado pela autora.

### **3.2 O bairro Morumbi e seu entorno, na visão de moradores**

Segundo dados do IBGE (2010), o bairro Morumbi conta com uma população de aproximadamente 18.000 habitantes, possui um número de 5.677 domicílios, o maior número de população está entre 15 e 19 anos. A renda mensal de 47% da população está entre dois a cinco salários mínimos.

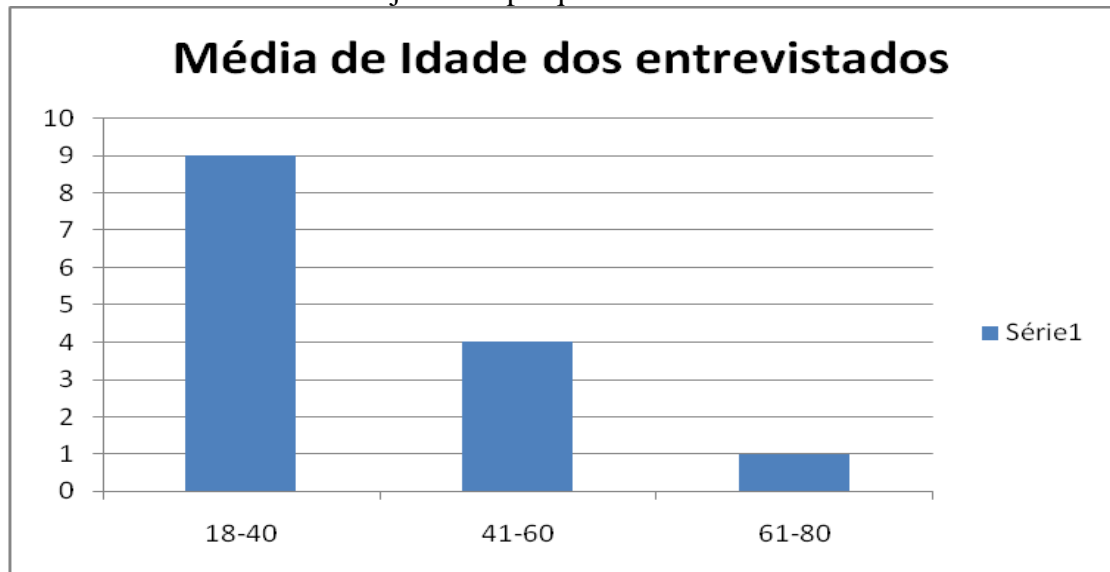
Segundo pesquisas da Secretaria de Desenvolvimento Social de Uberlândia, o bairro Morumbi está entre os dez bairros uberlandenses que contém a maior quantidade de famílias com renda per capita de até R\$ 77 (setenta e sete reais), grupos estes que vivem em condições de extrema pobreza.

Ao entorno do bairro Morumbi, encontra-se o Residencial Integração, que teve início através de um processo de ocupação. Tem uma população aproximada de 14.000 habitantes que vivem em 4.953 domicílios, segundo IBGE (2010). O maior número de sua população está entre 10 a 14 anos somando um total de 1.544 crianças e adolescentes.

Dentre os vinte entrevistados, seis não moram nos bairros próximos à ONG Ação Moradia, sendo eles os cinco gestores/fundadores e uma funcionária. Para esse capítulo utilizaremos dados somente de moradores dos bairros ao entorno da ONG.

Em relação aos usuários, ex-usuários e funcionários entrevistados, pudemos constatar que todos são do sexo feminino, sendo a maioria delas entre 18 e 40 anos.

Gráfico 1 - Média de idade dos sujeitos da pesquisa.



Fonte: Organizado pela autora.

Em relação à escolaridade, duas entrevistadas têm o Ensino Fundamental incompleto; sete o Ensino Médio incompleto; uma o Ensino Médio completo; uma o Superior completo, e três não informaram.

Quanto à naturalidade, foi possível constatar que a maioria são oriundas de outras cidades, das quatorze entrevistadas onze não nasceram em Uberlândia.

Gráfico 2 - Estados de origem dos sujeitos da pesquisa.



Fonte: Organizado pela autora.

Os três sujeitos da pesquisa que afirmaram ter nascido em Uberlândia encontram-se na faixa etária de 18 a 19 anos, sendo que estes mencionaram que os pais não são

uberlandenses. Os motivos pelos quais justificam essa migração foram relacionados, principalmente, pela busca de melhores salários e empregos e melhor qualidade de vida<sup>3</sup>. Alguns depoimentos apontam esse momento:

*Porque eu não suportava mais viver naquele buraquinho. Deus me livre, Nossa Senhora! Ai eu falei: Eu quero ir embora, eu quero ir embora! (B4).*

*Eu vim em busca de uma vida melhor, porque a onde eu morava, lá é uma cidade pequena, não oferece tanta oportunidade de emprego, então eu já conheci, já tinha vindo aqui em Uberlândia passear, aí eu peguei e era solteira nessa época, aí eu vim em busca de uma cidade grande, de uma oportunidade e já conhecia Uberlândia e voltei (C5).*

*[...] estava difícil a situação, falta de emprego. Eles vieram por causa de emprego (C3).*

Foi possível constatar que a maioria delas chegou até Uberlândia por indicação de algum amigo ou conhecido e/ou por ter alguém na família que veio primeiro para trabalhar e depois conseguiu buscar o restante dos membros familiares. Isso se evidencia em várias falas,

*A minha mãe já estava aqui já, aí ela falou assim: eu arrumei um serviço aqui se você quiser vim (B4).*

*Meu marido trabalhava aqui e morava aqui nessas imediações, [...] e ficava complicado porque ele ia lá de 3 em 3 meses. E como eu tinha filho pequeno eu fiquei lá, eles cresceram, e quando eu vim pra cá só tinha um menor (A2).*

*Eu tinha amiga aqui, quando eu vim passear. Aí depois que eu amasiei, aí que eu vim em definitivo pra morar em Uberlândia [...] Aí a gente viemos juntos, nós dois com esse mesmo pensamento, de tentar aqui em Uberlândia uma vida melhor (C5).*

A busca por uma vida melhor permeia todas as falas, mas quando estas pessoas chegam na cidade vão de encontro com a real situação, e acabam por morar em bairros distantes do centro, com pouca infraestrutura, afinal é o que os salários permitem pagar. A materialização da desigualdade no espaço aparece de forma mais acentuada nas grandes cidades e metrópoles.

Carlos pontua que

---

<sup>3</sup> De acordo com a OMS, Qualidade de vida é definida como a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (FLECK, 2000).

As classes de maior renda habitam melhores áreas, seja as mais centrais ou, no caso das grandes cidades, quando nestas áreas centrais afloram os aspectos negativos como barulho, congestionamento, lugares mais distantes do centro buscam um novo modo de vida em terrenos mais amplos, arborizados, silenciosos, e com maiores possibilidades de lazer. À parcela de menor poder aquisitivo da sociedade restam as áreas centrais, deterioradas e abandonadas pelas primeiras, ou ainda a periferia, logicamente não arborizada, mas aquela em que os terrenos são mais baratos, devido à ausência de infraestrutura, à distância das “zonas privilegiadas” da cidade, onde há possibilidades da autoconstrução da casa realizada em mutirão. Para aqueles que não têm nem essa possibilidade, o que sobra é a favela, em cujos terrenos, em sua maioria, não vigoram direitos de propriedade. Ao exército industrial de reserva que não consegue sequer viver de bicos e se apegam ao comércio nos semáforos, e às esmolas, sobram os bancos públicos, as marquises ou o abrigo das pontes e viadutos (CARLOS, 2005, p. 48).

A cidade abriga de alguma forma essa população, seja nas periferias, nas favelas, ou até mesmo nas pontes e viadutos. Um exemplo, é que alguns sujeitos inquiridos relatam que passaram por vários bairros até se alocarem no local atual de moradia. A maioria passou por três a quatro bairros, o que acontece muitas vezes pelo processo acentuado de especulação imobiliária que as cidades de grande e médio porte sofrem. Quanto maior o número de equipamentos urbanos em um bairro, maior é o preço dos loteamentos, obrigando assim a população de baixa renda a procurar espaços com preços mais acessíveis.

*Vish!, eu morei em tanto bairro, primeiro bairro que eu morei, foi no bairro Dom Almir, depois do Dom Almir, morei no Prosperidade, bairro Ipanema, Morumbi, no Zaire Resende, Pampulha, Custódio Pereira, agora que eu vim parar aqui agora. Ah no bairro São Francisco também, aí agora eu estou morando aqui no bairro Integração (C2).*

De acordo com os dados oficiais as áreas de ocupação “irregular” ao entorno da ONG foram denominadas pela prefeitura de Residencial Integração, o qual será detalhado à frente. Quando perguntado às entrevistadas qual bairro residem, surgiram vários nomes como verificado no gráfico abaixo.



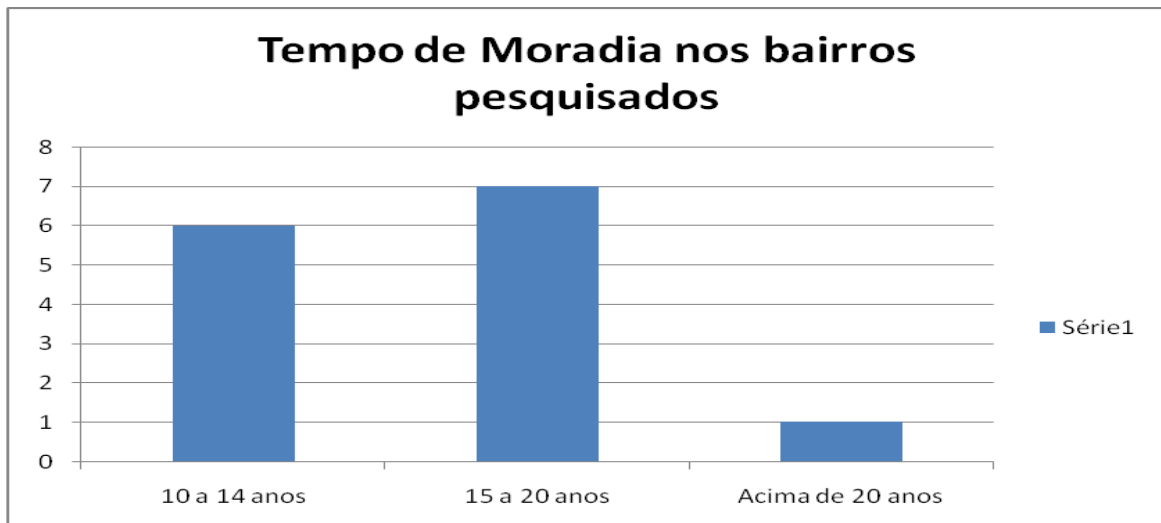
Gráfico 3 - Bairros de residência dos sujeitos da pesquisa.



Fonte: Organizado pela autora.

A maioria das entrevistadas mora nos bairros pesquisados há mais de 15 anos. Algumas estão desde os loteamentos do PAIH e o começo das ocupações, o que enriqueceu a pesquisa, pois entendemos que boa parte dos sujeitos inquiridos acompanhou o crescimento e a mudança tanto do Morumbi quanto do atual Residencial Integração.

Gráfico 4 - Gráfico sobre tempo de moradia dos entrevistados nos bairros pesquisados.



Fonte: Organizado pela autora.

Os problemas relatados referentes ao começo do bairro são desde contratempos estruturais, como falta de pavimentação, até problemas inerentes às cidades de médio e grande porte, como violência e drogas. Nas entrevistas se destacaram dois tipos de falas, ou seja, daquelas que viveram o início do conjunto habitacional que hoje é o Morumbi e daquelas que

vivenciaram o começo das ocupações no atual Residencial Integração. Alguns relatos foram parecidos, mas outros são singulares à realidade vivida nas ocupações.

Como dito anteriormente, a prefeitura firmou o acordo de levar infraestrutura para o conjunto habitacional, o que não aconteceu de imediato, fazendo com que a população passasse por muitos problemas. Estão presentes na maioria dos depoimentos, dificuldades relacionadas à estrutura física dos bairros e à falta de equipamentos urbanos suficientes para atender a demanda da população por educação, saúde, lazer, dentre outros. Surgiram alguns tópicos mais apresentados nos depoimentos:

A falta de pavimentação:

*Não tinha asfalto, não tinha nada, não tinha nem separado os quarteirões (C4).*

*[...] era um bairro popular, sem infra-estrutura nenhuma, a rede fluvial era muito ruim, tinha energia elétrica, mas não tinha pavimentação na rua, era bem triste mesmo sabe? (B5).*

Falta de equipamentos urbanos:

*[...] Aqui era terra, era longe, o ônibus era 1 só, aí passou a ser dois ônibus, e era aquela peleja [...] na época que eu mudei para cá eu achava difícil, porque não tinha posto médico, tinha que vir no Alvorada, o Alvorada era pequeno, o Dom Almir também era muito pequeno. Então eu tinha que sair cedo para trazer os meninos para consultar (A5).*

*[...] na época só tinha uma via de ônibus que era direto pro centro. Nossa, foi muito difícil! (B5).*

As falas acima reforçam como as relações e conjunturas contribuem para que a população de classe baixa se sinta ainda mais marginalizada; a distância entre o bairro e o local de trabalho; a dificuldade dos meios de transporte; a falta de postos de saúde; entre outros, nos passa a impressão de que essas pessoas são esquecidas pelo poder público.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial (SANTOS, 1996, p. 10).

As ocupações urbanas “irregulares” também são reflexo desse modelo socioeconômico e espacial vigente.

### 3.3 Ocupações “Irregulares”

Dentre as 14 entrevistadas que moram ao entorno da ONG, sete delas vivenciaram o processo de ocupação do chamado Residencial Integração. Esse nome é recente, pois com a finalidade de racionalizar a quantidade de bairros existentes na cidade, o Projeto “Bairros Integrados” da Prefeitura Municipal de Uberlândia uniu alguns bairros e loteamentos irregulares e denominou de Residencial Integração.

Os dados sobre o bairro, segundo a prefeitura, são imprecisos e a explicação dada é que as dinâmicas das ocupações “irregulares” são rápidas e a cada dia surgem novas ocupações com diferentes nomes.

De acordo com a prefeitura, fazem parte do Residencial Integração os loteamentos abaixo:

Tabela 11 – Quadro loteamentos que compõem o Residencial Integração (Uberlândia, MG.)

<b>Bairro</b>	<b>Loteamentos que compõe o bairro</b>
Residencial Integração	Jardim Sucupira Portal do Vale II (parte) Jardim Prosperidade (irregular) Jardim Prosperidade - Prolongamento (irregular) Jardim Prosperidade – Parte (irregular) Prosperidade II (irregular) Residencial Dom Almir (irregular) Residencial Dom Almir - Prolongamento (irregular) Joana D'arc II (irregular) * Integração (irregular)

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2015).

Todos esses loteamentos tornaram-se parte do bairro Residencial Integração pela Lei nº 11.182, do dia 18/07/2014. Segundo a prefeitura, são regulares apenas os loteamentos Jardim Sucupira, que é um conjunto habitacional feito pela prefeitura, e parte do Portal do Vale, todos os outros se encontram em irregularidade perante à lei. O que destoa das falas das

entrevistadas, pois a maioria afirmou que suas moradias já são legalizadas perante a prefeitura.

Os depoimentos apontam sobre as dificuldades e problemas enfrentados no início das ocupações. Foi possível encontrar muitas singularidades com o processo de ocupação que a pesquisadora viveu na infância.

O termo ocupação será usado em toda a dissertação, por entendermos que essas pessoas estão nesses espaços pelo fato de ser a única alternativa de moradia, mas é interessante perceber em várias falas que o termo utilizado por algumas entrevistadas é “invasão”. Os diálogos abaixo mostram com clareza o uso do termo:

*M<sup>4</sup>: Quando você veio pra cá era ocupação?*

*C2: Era invasão.*

*M: Então você veio primeiro com sua mãe e depois teve a ocupação?*

*C3: Isso, a invasão.*

A maioria delas comprou o terreno de alguém que já tinha ocupado e desistiu. C5 afirma que diante das dificuldades causadas pelo desemprego e o baixo salário do marido, conseguir a moradia por meio da ocupação foi um alívio, pois assim não precisava utilizar grande parte da renda da família para pagar aluguel.

*[...] fiquei sabendo que a dona tinha desistido. Só que ela não me deu ele, eu comprei ele. Aí na época eu comprei ele por 300 reais e falei com ela que eu ia dar o dinheiro no outro dia. Conversei, negocieei com ela e era a noite, ela me passou a chave e disse que se eu já quisesse mudar e eu passava o dinheiro no outro dia. E foi o que aconteceu, o mais rápido possível eu já fui, já mudei (C5).*

*E nós estava morando de aluguel e ele disse que tinha, ia fazer um barraquinho e tinha um ‘capinzão’, e a gente tirou pra construir o barraco. Eu passei mais de 10 anos dentro do barraco (A3).*

Normalmente essas ocupações acontecem em locais sem nenhuma condição de moradia, locais estes que não são preparados para receber casas, famílias. Com a falta de energia elétrica, rede de água e esgoto, essas pessoas precisam improvisar para adquirir esses serviços. A iluminação das ruas e das casas e a ligação da água são feitas pelos próprios

---

<sup>4</sup> O termo “M” aqui designa a pesquisadora-mestranda que realizou as entrevistas.

moradores, essas juntas são chamadas popularmente de “gatos”. O esgoto é descartado por fossa séptica ou em algumas vezes ficam a céu aberto.

*A gente sofreu, na época a luzinha era bem fraquinha, não podia ligar a televisão que apagava, tudo escuro dentro de casa, era melhor ‘lumiar’ com a vela do que com a energia. A energia era fraquinha, a água também. Nós sofreu com água, energia, quando chovia também. Alagava, enchia os barracos da gente de água. Eu mesmo fui parar lá no bairro Lagoinha, a maioria das pessoas não quis ir, só via a defesa civil socorrendo o povo de dentro da água, a água dando no meio da perna da gente e a gente saindo, pra ir lá pro bairro lagoinha de noite, com criança pequena (C2).*

*Nossa! Quando nós invadiu pra cá não tinha água, não tinha luz, não tinha asfalto, não tinha nada. Nós morou num barraco, ainda ficou muito tempo pegando água no caminhão pipa, eles cedendo água para nós (C3).*

*Na época quando eu fui pra lá a situação do bairro era precária. Por quê? Porque num tinha rede de esgoto ainda né? [...] era algumas ruas só que tinha iluminação, era muito escuro. [...] mas era algumas lâmpadas, porque na época não tinha postes de energia, e em alguns lugares era sem energia, era escuro (C5).*

*Era muita lama, a água também era difícil, a energia na época quando nós comprou o terreno lá (B2).*

Davis (2006) aponta que muitas vezes o custo de se morar em um local sem serviços públicos e longe do centro urbano faz com que a ocupação não seja tão barata assim em relação à compra de um terreno, mas a atratividade está em conseguir construir aos poucos e ir melhorando a moradia, bem como não ser necessário desembolsar um valor alto para a compra do terreno. Normalmente quando essas ocupações são regularizadas, os moradores pagam valores mensais para a prefeitura, custos estes calculados segundo a renda familiar, quanto mais alta a renda, mais alto será o valor da prestação.

*[...] depois do asfalto que a gente começou a pagar o terreno. [...] é mensal, eu pago uns 80 e pouco (C5).*

Segundo o mesmo autor, a maioria das ocupações são bem organizadas e os próprios moradores dividem os lotes em tamanhos uniformes, fazem os traçados das ruas, e os serviços públicos também são feitos por eles de formas rudimentares (DAVIS, 2006).

Um ponto comum nas falas das entrevistadas foi o medo do despejo e das promessas eleitoreiras sobre a conquista da escritura do terreno. Algumas relataram que a legalização da moradia foi o ponto de partida para começar a construção e o investimento em suas casas.

Uma das entrevistadas chega a comentar que só quando asfaltaram a rua é que ela acreditou que realmente não seria despejada.

*E aí depois do asfalto a gente teve mais confiança, a gente acreditou que não tinha a possibilidade da gente sair dali. Aí a gente começou, a prefeitura começou a medir os terrenos, a gente teve que ir na prefeitura fazer o cadastro do terreno (C5).*

C5 afirma que após o asfaltamento de sua rua, a prefeitura começou a organizar os terrenos e fazer o cadastro das famílias. Segundo ela, o poder público só ia até às ocupações em épocas de eleições.

*[...] época de eleição. Aparecia e fazia promessa e tudo, mas depois não (C5).*

Sobre a questão da posse dos terrenos, as entrevistadas que participaram das ocupações afirmaram ter obtido as escrituras de suas casas. Davis (2006) pontua que normalmente os locais ocupados costumam ser do Estado ou de particulares que são indenizados pelo próprio Estado, quando de interesse do mesmo dar a posse da propriedade para os moradores. No caso do Residencial Integração, a prefeitura informou que o local ainda está irregular, pois existem várias contestações em julgamento a respeito dos donos das terras ocupadas.

Dois dos sujeitos entrevistados que participaram de ocupações em anos anteriores, voltaram a fazer parte de ocupações mais recentes no bairro Morumbi.

*É invasão também. (risos) [...] eu estou aqui tem 1 ano e 2 meses (B2).*

*Então a gente está no assentamento de novo. Naquele lá perto do Anel Viário. Por enquanto nós está lá (A1).*

A entrevistada A1 afirmou estar morando em uma das ocupações mais recentes e significativas no bairro Morumbi. Ela fica próxima à entrada da cidade, ao lado do Anel Viário, que liga Uberlândia à várias cidades. A imagem abaixo nos dá uma dimensão do tamanho e a quantidade de terrenos.

Figura 4 - Território ocupado por movimento sem teto de Uberlândia a partir do ano de 2014 no bairro Morumbi. Área ocupada: aproximadamente 386.542,03 m<sup>2</sup>.



Fonte: Google Maps (2015).

Quando questionadas sobre as dificuldades de estarem em ocupações novamente, as duas entrevistadas acima citadas relataram ser as mesmas vividas há alguns anos. A falta de água, luz, esgoto, a insegurança da propriedade do terreno e a precariedade das casas.

*Ai (risos), eu me lembro como se tivesse voltado a 12 anos atrás. Passando o mesmo sufoco pra construir, pra água, energia. Agora aqui já tem água, energia, tem tudo, mas o cômodo é muito pequenininho, é muito apertadinho e tal (B2).*

*A energia e a água... Não é regularizado ainda [...] falta energia, toda hora cai (A1).*

A entrevistada B5 que mora no bairro Morumbi, mencionou essa ocupação como um problema do local. Estar localizada na entrada da cidade significa muitas vezes “atraso”, mostrando que o discurso progressista da “cidade jardim” não é tão verídico assim.

*Igual, tem as ocupação que precisa ser melhorada. Como é na entrada da cidade! (B5).*

Essa “feiúra” das cidades incomoda muitas pessoas, desde o poder público até as classes média e alta. Davis conta exemplos de vários países que na tentativa de mascarar problemas urbanos acabam por “realizarem ataques maciços aos assentamentos informais”

(DAVIS, 2006, p. 63). Normalmente o Estado intervém somente para mascarar esses problemas urbanos, muitas vezes a solução é remover essa população para outros lugares onde são menos visíveis.

[...] a ideia de um Estado intervencionista muito comprometido com a habitação popular e a criação de empregos parece alucinação ou piada de mau gosto, porque a muito tempo os governos abdicaram de qualquer iniciativa séria para combater as favelas e remediar a marginalidade urbana (DAVIS, 2006, p. 70).

A chegada da luz, água e esgoto por parte da prefeitura e o pagamento das prestações fazem com que essas pessoas se sintam donas de suas casas. A conquista da casa própria, o sentimento de pertencimento está explícito nas falas.

*Minha casa é própria [...] tem água, tem esgoto, a gente paga as prestação (C3).*

Depois de relatarem as dificuldades do início das ocupações, foi lhes questionado quais dificuldades ainda são encontradas no bairro e se são as mesmas do início. Foi interessante perceber que as dificuldades estruturais deixaram de serem as principais. Após a chegada da estrutura física, as problemáticas voltaram-se, principalmente, para equipamentos urbanos, como falta de escola, saúde, não que essas questões não estivessem presentes no começo do bairro, mas as questões básicas como água, energia, naquele momento eram prioritárias.

### **3.4 Bairros pesquisados e seus problemas atuais**

Tanto as moradoras do bairro Morumbi quanto as moradoras do Residencial Integração afirmaram que o bairro mudou muito e que as melhorias foram significativas. Em seus depoimentos fica claro que os bairros estão diferentes.

*Não tem nem como comparar o Morumbi de hoje com o Morumbi de 92. Não tem nem como (B5).*

*Eu acho que está bom, não tem dificuldade nenhuma. Ninguém me aborrece, eu não aborreço ninguém (A3).*



Alguns sujeitos afirmam que as dificuldades atuais não estão na falta de pavimentação ou na falta de água e energia, agora os problemas são na área da saúde, educação e lazer. A falta de infraestrutura dá lugar à ausência de escolas, postos de saúde, dentre outros. O primeiro ponto em destaque nos depoimentos foi em relação ao transporte público.

*C2: A única ‘dificuldade’ é ônibus que nós num tem do terminal central, daqui para o terminal central, nós tem que ir lá pro Morumbi, em frente ao Supermax para pegar, ou ir pra outro terminal, mas aí é lá pro Umuarama ou Santa Luzia. Porque para o terminal central nós num tem”.*

*M: E passa perto da sua casa ou você tem que vir aqui para a avenida principal?*

*C2: Não, a gente tem que vir. Tem um que passa é o 36 e o 15, passa dentro do bairro, mas eu não uso ele não. Demora muito, nossa! Eu prefiro vim “praqui”.*

*M: E são quantos minutos de caminhada?*

*C2: Ah é uns 15 minutos. E pra ir pro terminal central, tem jeito de pegar para o Umuarama, mas aqui é muito mais perto. Aí a pessoa vai trabalhar, e chega de noite e vem do terminal central e tem que descer ali e “cortar na perna”, altas horas da noite. É perigoso, às vezes, ta chovendo e é perigoso.*

O diálogo acima apresenta como o transporte público ainda é um problema presente nos bairros, principalmente, para os moradores do Residencial Integração, constatando que a quantidade de ônibus é insuficiente pra atender à demanda fazendo com que a maioria dos moradores desse bairro se desloque para o Morumbi.

*Ônibus também, se você tiver com pressa, pra pegar um ônibus mais rápido tem que ir lá pro Morumbi e é longe (C5).*

A maioria da população de bairros periféricos depende do transporte público, condução essa que gera muitos transtornos, seja pelos ônibus sempre estarem lotados, pela demora ou por passarem longe de suas moradias. Nesse sentido, Santos contribui afirmando que

As camadas inferiores da sociedade urbana estão subordinadas a meios de locomoção frequentemente precários e pelos quais devem pagar uma parcela cada vez maior dos seus ganhos. Essa vocação é agravada por dois fatores concomitantes: a expansão territorial da cidade e a diversificação do consumo das famílias (SANTOS, 1990, p. 79).

O autor afirma que esse déficit no transporte coletivo faz com a população da periferia se isole e somente saia do seu bairro para ir ao trabalho, e quando necessário sair às compras. A segregação espacial é enorme e o lazer ou passeio são deixados de lado tanto pela demora dos ônibus quanto pelos altos preços. Em Uberlândia, por exemplo, onde no ano de 2015, o transporte coletivo se encontrava no valor de R\$ 3,10 (três reais e 10 centavos), para uma família com pai, mãe e dois filhos fazer um passeio de ida e volta, o gasto só com transporte público seria de R\$ 24,80 (vinte e quatro reais e oitenta centavos).

Araújo Sobrinho (1995), em sua pesquisa de monografia, mostrou um pouco da realidade dos moradores do bairro Morumbi no começo do conjunto habitacional. Em suas entrevistas apareceram também a questão do transporte, que era precário e insuficiente.

O transporte coletivo é o principal meio de transporte utilizado pelos moradores do conjunto, 47 de 60 entrevistados declaram ser o único meio utilizado pela família. O tempo de deslocamento de casa até o trabalho também é motivo de revolta, pois os ônibus andam super lotados e os bairros se encontram distantes dos locais de trabalho da maioria. (ARAÚJO SOBRINHO, 1995, p. 91).

Nas entrevistas feitas por este autor, a insuficiência dos transportes coletivos aparece como empecilho até mesmo para encontrar emprego. Os moradores dizem que era rotineiro ver anúncios de empregos afirmando não contratar pessoas do bairro Morumbi. O que não é muito diferente dos depoimentos colhidos para essa pesquisa. A distância entre centro e periferia também influi nessa problemática.

A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro ciclo vicioso (SANTOS, 1996, p.96).

Outra dificuldade apontada pelos sujeitos da pesquisa refere-se à saúde. Mesmo havendo um aumento na quantidade de postos de saúde e a chegada de uma Unidade de Pronto Atendimento Integrado (UAI), esse número ainda é insuficiente para atender a população.

*Ai eu acho muito ruim o postinho assim, acho que deveria ter mais postinho, o atendimento da UAI é muito ruim (B2).*

*Saúde principalmente está um horror, porque tem horas que acho que nunca vai melhorar (A1).*

Segundo dados da prefeitura, o bairro Morumbi possui cinco postos de saúde e uma Unidade de Pronto Atendimento Integrado (UAI), já o Residencial Integração possui somente um posto de saúde. Se o atendimento for de urgência e emergência a população desta localidade tem que se deslocar para a UAI do bairro Morumbi o que causa, muitas vezes, super lotação.

*Eu acho que precisa melhorar a saúde com certeza, esses dias eu fui ao UAI e foi terrível sabe? A gente tem que orar muito pra não ficar doente, é muito ruim. Tipo pouco médico pra muita gente [...] Lá são dois clínicos gerais e muita gente pra ser atendida, então você vai pra lá e fica horas e horas, não é legal, porque por exemplo, se você tiver precisando de atendimento, se você não tiver se sentindo nada bem vai ficar pior (B1).*

É possível notar como essa população fica à margem da cidade e que, geralmente, os serviços básicos, neste caso a saúde, são deixados de lado ou chegam até esses bairros em condições precárias e insuficientes. Os investimentos, muitas vezes, ficam aglomerados no centro e nos bairros mais “valorizados” economicamente, o que é algo contraditório, pois a população que não tem condições de pagar por tais serviços acaba tirando do pouco que ganha para suprir essas necessidades ou morrem nas filas de espera dos hospitais em busca de atendimento.

Os bairros cuja população dispõe de uma renda alta são mais bem contemplados com serviços públicos do que aqueles onde a renda é mais baixa [...] A explicação deve ser encontrada na decisão política de satisfazer a certas camadas de população, em detrimento de outras, mesmo quando estão em jogo serviços essenciais (SANTOS, 1990, p. 55).

Exemplo disso, é o Setor Leste de Uberlândia, o qual faz parte os bairros pesquisados e possui ao total onze bairros com uma população aproximada de 130 mil habitantes, segundo o IBGE (2010) e o Setor Central também com 11 bairros tem uma população estimada de 84 mil habitantes. Quando analisamos a quantidade de consultas realizadas nas UAI's é visível a diferença entre os bairros. Enquanto a UAI do bairro Martins que está no Setor Central atende um total de 119.950 consultas, o mesmo órgão localizado no bairro Morumbi recebe apenas 60.724. E quando olhamos em relação a todos os outros setores da cidade, a UAI do bairro Morumbi é a que oferece o menor número de consultas especializadas, fazendo com que esta população procure atendimento específico em outros bairros.

Tabela 12 - Número de Consultas Médicas nos Pronto-Atendimento - UAI's - 2012.

<b>Bairro</b>	<b>Consultas mensais</b>	<b>f(%)</b>
<i>Morumbi</i>	60.724	8,73
Tibery	64.631	9,29
São Jorge	75.287	10,82
Luizote	85.364	12,27
Planalto	90.830	13,06
Roosevelt	98.171	14,11
Pampulha	100.688	14,47
Martins	119.950	17,24
<b>Total:</b>	<b>695.645</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2015).

Além dos transportes e da saúde, a educação foi mencionada em vários depoimentos. O número insuficiente de escolas e creches é a principal reclamação. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Uberlândia, o bairro Morumbi possui duas escolas de Educação Infantil e um anexo (escola de menor porte) que atendem crianças de dois a cinco anos, três escolas de Ensino Fundamental sendo estas, por parte do município, e uma de Ensino Fundamental e Médio por parte do governo estadual. O Residencial Integração possui uma escola de Ensino Infantil e dois anexos que atendem crianças de zero a cinco anos, uma escola de Ensino Fundamental por parte do município e duas de Ensino Fundamental e Médio, sendo uma dentro do Presídio Professor Jacy de Assis e uma dentro do Centro Sócioeducativo de Uberlândia (CESEU), essas duas por parte do governo estadual.

Esse número se mostra insuficiente, pois segundo dados do IBGE (2010), moram no bairro Morumbi aproximadamente 5.600 crianças, jovens e adolescentes de 0 a 19 anos. No Residencial Integração onde o número de escolas é menor a quantidade é de aproximadamente 6.000 pessoas nesta faixa etária. Então não é difícil entender os relatos abaixo:

*Falta Creche. Creche, escola, acho que é isso! (C3).*

*Eu consegui fazer o fundamental aqui né? Mas no Ensino Médio, quando tive que entrar no Ensino Médio aqui não tinha escola ainda. Na verdade não, não tem até hoje né? (B3).*

Com a falta de escolas principalmente no Residencial Integração a única alternativa é o deslocamento para bairros vizinhos, o que repercute num incômodo para a população.

*[...] escola também não tem escola perto. Meu filho estuda no Alvorada, tem que pegar o ônibus. Ele está fazendo a 6º série, tem 10 anos e tem que ir lá pro Alvorada. Ele pega o ônibus e vai (C5).*

A falta de escolas de Ensino Médio pode ser um indício das causas de evasão escolar, pois se deslocar para outros bairros demanda tempo e até mesmo custos. Esse fato pode estar relacionado com a escolaridade dos sujeitos entrevistados, pois a maioria não concluiu o Ensino Médio. Mas como não pesquisamos a fundo essa relação, não é possível afirmar. Poderá ser interessante em outro momento pensar e propor uma discussão sobre o assunto.

Além da educação e saúde, a falta de opções de lazer no bairro também surgiu nas falas:

*B3: Acho que infraestrutura né? Questão de lazer, eu praticamente não tive nenhum lazer aqui no bairro [...] Essa questão de lazer que não tem aqui. Nossa seria tipo fundamental, tem muita criança, muito jovem.*

*M: E o que é necessário para esse lazer?*

*B3: Ah tipo uma praça, uma praça legal sabe, uma praça top [...] Mais coisas para eles poderem fazer alguma atividade, mais esporte, acho que seria bem legal.*

Segundo dados da prefeitura, o Residencial Integração possui uma praça. Esta área contém uma quadra que não é coberta e alguns bancos.

Figura 5 - Imagem da praça do bairro Residencial Integração.



Fonte: Google Street View (2015).

Segundo a prefeitura, no bairro Morumbi existem duas praças, mas após verificarmos, percebemos que são somente idealizadas, ainda não foram concretizadas. Segundo reportagem do Jornal Correio, do dia 02/10/2014, moradores do bairro em conjunto com o Fica Vivo<sup>5</sup>, fizeram cartazes e cavaletes para reivindicar as praças que só existem no papel.

Figura 6 - Imagem de cavalete feito por moradores do bairro Morumbi reivindicando a construção de praças.



Fonte: Jornal Correio de Uberlândia (2014).

<sup>5</sup> Fica Vivo: É um programa da Secretaria de Estado e Defesa Social (SEDS), e tem como objetivo controlar e prevenir a ocorrência de homicídios dolosos em áreas com altos índices de criminalidade em Minas Gerais, por meio de atividades educacionais, culturais e artísticas voltadas para jovens. Disponível em: < <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/governo-de-minas-amplia-fica-vivo-para-13-bairros-de-uberlandia>>. Acesso: 03 out. 2015.

Figura 7 - Imagem de cavalete feito por moradores do bairro Morumbi reivindicando a construção de praças.



Fonte: Jornal Correio de Uberlândia (2014).

Nas imagens acima é possível notar como o bairro Morumbi ainda possui locais vazios, terrenos que poderiam ser melhores utilizados. Segundo a prefeitura, as praças ainda não foram construídas por falta de verbas e a única opção de lazer para esses moradores é sair do bairro e ir a locais, como shoppings e parques, que são distantes.

*Então, lazer aqui eu acho que não tem, porque na verdade eu não saio muito. Eu fico mais da escola pra casa. Mas aqui tem aquela praça do Dom Almir que não tem nada [...] Sim eu saio do bairro. Eu vou pra outro lugar com meus amigos, aqui no bairro não tem o que fazer (B1).*

A longa jornada de trabalho desses moradores, somados ao alto custo das opções de lazer na cidade e as dificuldades já mencionadas em relação ao transporte público, fazem com que essas pessoas deixem a perspectiva de terem qualidade de vida de lado.

A violência e as drogas também foram apontadas nas falas. Segundo a entrevistada C4, esse é o principal problema enfrentado no bairro atualmente.

*Dificuldades no bairro?... Acho que é a droga [...] acho que o Morumbi melhorou em relação a esse negócio de droga melhorou. Mais ainda está difícil ainda, em questão de, porque assim acho que a droga meio que influencia nas mortes, nas mortes que estão tendo no Morumbi, porque tudo a maioria é por causa de droga (C4).*



A violência nestes bairros é relatada cotidianamente pela mídia. Ao pesquisar em um portal de buscas da internet, as palavras: “Bairro Morumbi - Uberlândia” é notório perceber a visão que a mídia passa do bairro para as pessoas da cidade.

Figura 8 - Imagem da pesquisa em portal de busca na internet sobre o bairro Morumbi-Uberlândia.



Mais imagens para Bairro Morumbi Uberlândia

#### bairro Morumbi - Correio de Uberlândia Online

[www.correiodeuberlandia.com.br/tag/bairro-morumbi/](http://www.correiodeuberlandia.com.br/tag/bairro-morumbi/) ▼

Um jovem de 18 anos foi preso por suspeita de tráfico de drogas na noite de terça-feira (5), dia em que comemora aniversário. Ele foi detido no **bairro Morumbi**, ...

#### Lista de bairros de Uberlândia – Wikipédia, a enciclopédia ...

[pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_bairros\\_de\\_Uberlândia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_de_Uberlândia) ▼

**Uberlândia**, cidade de Minas Gerais, Brasil, possui mais de 85 **bairros** divididos em cinco regiões: Zona Norte, Zona ... Zona Leste - Região do Grande **Morumbi**. Região Central - 11 bairros - Zona Norte - 16 bairros - Zona Oeste - 20 bairros

#### bairro Morumbi | UIPI – Notícias, entretenimento,cinema ...

[uipi.com.br/tag/bairro-morumbi/](http://uipi.com.br/tag/bairro-morumbi/) ▼

Três homens foram presos na madrugada desta quinta-feira, 4 de setembro, por porte ilegal de arma de fogo e munições no **Bairro Morumbi**, em **Uberlândia**.

#### morumbi | UIPI – Notícias, entretenimento,cinema, esporte e ...

[uipi.com.br/tag/morumbi/](http://uipi.com.br/tag/morumbi/) ▼

Um carro foi incendiado na tarde de quinta-feira (4) na Rua Cipó, no **Bairro Morumbi**, zona leste de **Uberlândia**. O motivo do incêndio foi depois de uma ...

Fonte: Google (2015).

A violência também impressiona os imigrantes que vieram de cidades pequenas e que muitas vezes não estão acostumados com a cotidianidade dos crimes.

*É, porque na época, na cidadezinha que a gente morava lá era muito calma, aí na época que a gente chegou aqui tinha a história de droga, de maconha [...] Então foi muito difícil acostumar aqui. Até hoje aqui tem também. Quando a gente mudou 'praqui' aqui era muito calminho, agora chegou aquela turminha de mau mesmo, é isso assim (B4).*

A violência estampada nos jornais e na televisão faz com que esses bairros sejam reconhecidos no imaginário social por meio desse fator, criando-se, dessa forma, uma identidade cultural para o território e para os seus moradores, os quais além de conviver de alguma forma com o medo resultante da violência, preferem evitar fazer comentários sobre tais assuntos.



Ramires e Santos (2009) pesquisaram sobre a percepção do medo dos moradores do bairro Morumbi e constataram que no momento das entrevistas existia apreensão, incômodo e até a sensação de medo em relação às perguntas relacionadas ao tema, assim como também, além de mudar o seu tom de voz à medida que as perguntas eram feitas, as falas também refletiam sensação de dor e descontentamento perante a constatação desse fenômeno e suas consequências sociais e culturais. Comportamentos estes, que também foram percebidos durante as entrevistas realizadas durante nossa pesquisa de campo.

Ainda de acordo com Ramires e Santos (2009), o bairro Morumbi, vinha, de fato, “se consolidando como um importante território da violência em Uberlândia, e, por conseguinte, estigmatizado no conjunto da cidade, tanto por seus moradores, como os residentes de outros bairros” (RAMIRES; SANTOS, 2009, p. 143).

Entretanto, parte do medo dos moradores relacionados com a questão da violência e das drogas, também pode estar sendo influenciado pelo fato de que em pleno centro dos bairros que foram ocupados pelo movimento sem teto nos anos 1990, denominado oficialmente como bairro Residencial Integração, se encontram localizados um Presídio Estadual e um Centro Sócioeducativo, tal como mostrado na figura 9 a seguir.

Figura 9 - Imagem da localização presídio e Centro Sócioeducativo de Uberlândia nos bairros pesquisados.



Fonte: Google Maps (2015).

Como pode ser observado nesta imagem, tanto o Presídio quanto o CESEU, se tornaram parte da paisagem do Residencial Integração, aspecto este que associado à falta de arborização e de espaços de convivência, contribuiu para tornar este bairro um espaço

geográfico “desconfigurado” de parte das características urbanas que deveriam, em tese, constituir o mesmo como tal, para além de um simples conglomerado de moradias.

Figura 10 - Presídio Professor Jacy de Assis localizado no bairro Residencial Integração.



Fonte: Google Street View (2015).

Figura 11 - Centro Sócio- Educativo localizado no bairro Residencial Integração.



Fonte: Google Street View (2015).

Os dilemas vividos por estes moradores mostram a quem a urbanização e a organização do espaço atende. Santos (1996) cita a urbanização corporativa como aquela que atende primeiro ao capital, ou seja, as cidades passam a atender as necessidades de grandes empresas, acabando por compartilhar problemas parecidos, como falhas de infraestrutura, dificuldades de transporte e, também, a espacialização da pobreza onde se começa um modelo de centro-periferia.

São as relações capitalistas e os diferentes usos do solo que deixam ainda mais visíveis as desigualdades urbanas. Carlos (2005) diz que a divisão técnica e social do trabalho e a forma como ela se apresenta no espaço tem relação com o desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade.

A cidade não tem lugar para abrigar os pobres, e ainda reforça essa condição social.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial. (SANTOS, 1996, p. 10).

Refletir sobre o espaço urbano é refletir sobre o modo de vida das pessoas, é avaliar sobre seus valores, ideais, cultura, entre outros, afinal o espaço é fruto da produção humana, “logo pensar o urbano significa pensar a dimensão do humano” (CARLOS, 2005 p. 70). E o espaço sendo produto histórico do humano, faz com que,

O urbano produzido através das aspirações e necessidades de uma sociedade de classes fez dele um campo de luta onde os interesses e as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais. O urbano aparece como obra histórica que se produz continuamente a partir das contradições inerentes á sociedade (CARLOS, p. 71).

Espaço de lutas, no qual as relações são contraditórias, o que nos dá a entender que a cidade está sempre em formação, em construção, pois se ela é a expressão das contradições sociais, esta é uma mistura de beleza e feiúra, de riqueza e pobreza. Mesmo diante de tantas problemáticas e incoerências, a sociedade luta para tentar amenizar as consequências do capitalismo, não se inserindo nessa lógica sem resistência.

A sociedade é tirada o direito a cidade. A propriedade privada disciplina o uso - quem não tem acesso á propriedade da terra é invasor- determinando a distribuição das atividades e o acesso ao solo enquanto a polícia ‘mantém a ordem’. Até os espaços públicos (secretarias de governo, praças, avenidas) são subtraídos á sociedade, na medida em que seu uso é determinado pelas circunstâncias. Na Avenida Paulista (no centro da cidade de São Paulo) as manifestações vinculadas ás vitórias esportivas brasileiras não são proibidas, enquanto outros tipos de manifestação o são (CARLOS, 2005, p. 86).

A busca pelos direitos básicos como alimentação, moradia, saúde, educação dentre outros, faz com que pessoas da sociedade civil se organizem de várias formas para conquistar tais direitos. As ONGs fazem parte deste cenário e estão dentro do chamado Terceiro Setor, esfera esta que não visa fins lucrativos. A finalidade principal das ONGs é atender as demandas da sociedade as quais o Estado não conseguiu suprir. Aprofundaremos no próximo capítulo questões sobre o Terceiro Setor e ONGs.

## **4 PERCURSO HISTÓRICO DA ONG AÇÃO MORADIA**

A ONG Ação Moradia é uma instituição do Terceiro Setor informalmente organizada em 1993 para coordenar coletivamente ações assistenciais de natureza filantrópica que foram orientadas para o atendimento de grupos familiares localizados em ocupações “irregulares” urbanas da periferia de Uberlândia.

Os seus organizadores foram pessoas moradoras de Uberlândia, ligadas à igreja católica, e à medida que tais ações foram ampliadas, no ano 2004 foi formal e juridicamente transformada em uma associação comunitária ligada ao Terceiro Setor como Organização Não-Governamental.

Nesse sentido, o objetivo central deste capítulo é resgatar com base na pesquisa documental, bibliográfica e os depoimentos orais dos membros gestores da ONG, bem como funcionários que foram usuários e agora são contratados pela ONG, usuários e ex-usuários que participaram direta ou indiretamente dos programas, projetos e eventos promovidos ao longo da história da associação, de acordo com os procedimentos metodológicos apresentados no capítulo 3 deste trabalho.

### **4.1 Percurso histórico da criação da ONG Ação Moradia**

A concepção da ONG Ação Moradia surgiu no ano de 1993 por um grupo de crisma<sup>6</sup> da igreja católica que preocupados com os problemas sociais das famílias das ocupações irregulares do bairro Dom Almir, localizado na Zona Leste de Uberlândia, que moravam, inclusive, em “barracos” de lona e em locais com pouca ou nenhuma condição de moradia.

De acordo com o depoimento dos cinco membros gestores inquiridos durante as entrevistas, o grupo procurou conhecer a realidade das famílias e suas condições sociais de vida por meio da organização de informações, nem sempre sistematizadas e devidamente arquivadas, relacionadas à renda e moradia, dentre outros assuntos de natureza social.

Tomando como base o diagnóstico dessa realidade, com apoio da igreja católica, o grupo começou a arrecadar dinheiro para promover ações destinadas à contribuir com a resolução de parte dos problemas sociais encontrados nesse bairro. Entretanto, durante as visitas que parte dos membros do grupo realizava no bairro foi percebido que um número significativo de famílias estava mudando para o bairro Seringueiras devido ao lançamento de

um programa por parte da Prefeitura Municipal de Uberlândia destinado, na época, à venda de terrenos a preços populares nesse local. As famílias que ingressaram no programa conseguiram comprar seus terrenos pagando estes a prestações mensais, condizentes com a renda.

Nesse contexto, o grupo já autodenominado “Pastoral da Moradia” percebeu que depois da aquisição dos terrenos, as famílias mudavam para o bairro Seringueiras e continuavam a montar “barracos” e a partir deles começavam a construir módulos de tijolo e concreto como forma de construir, ainda que de forma precária, as suas moradias, uma vez que a renda familiar não possibilitava simultaneamente, o pagamento do terreno e a construção de casas devidamente planejadas.

Dessa forma, a pastoral decidiu deslocar as suas ações assistenciais para esse bairro em busca de soluções para as questões habitacionais da população afetada por meio da arrecadação de recursos necessários à reforma e construção de casas, assim como também, para a promoção de ações relacionadas com o saneamento e a alimentação familiar, dentre outras.

*Cestas básicas, incentivando as famílias a fazerem hortas, a cuidarem mais da parte de saneamento, lá não tinha basicamente nada, estrutura nenhuma, filtros, a gente fez essa campanha também de filtros[...]No começo era essa questão muito rudimentar, bem essa coisa básica mesmo de infraestrutura, de saneamento, conscientização das pessoas (D2).*

Além disso, o grupo vislumbrou a necessidade de ofertar cursos de capacitação para adultos e um espaço para viabilizar o cuidado e atendimento das crianças da comunidade afetada, que derivou daí, na vontade e necessidade de construir um local para a realização desse tipo de tarefas, o qual se tornou realidade em 1998, ao constituir o primeiro centro de formação do bairro Seringueiras.

*Nesse período construímos nosso primeiro centro comunitário. Fizemos em 1998 o primeiro centro comunitário, lá no parque das Seringueiras para o acolhimento das famílias e das mulheres. Introduzimos ali cursos de capacitação profissional, acolhimento dos filhos, para reforço escolar, para lanche, brincadeiras, e moradia (D4).*

---

<sup>6</sup> A crisma é um sacramento cristão utilizado para “ratificar a graça do batismo”. Culto realizado principalmente com adolescentes.

Um dos membros gestores afirma que diante do desenvolvimento do bairro Seringueiras ocorrido nos anos subsequentes a 1998, depois de avaliar a conjuntura da época, decidiram voltar para o bairro Dom Almir. Isto devido ao fato de que além de não ter melhorado em termos de desenvolvimento urbano, o citado bairro continuava a ser ocupado de forma irregular e precária por famílias que ficaram nessa localidade, de outras que chegaram posteriormente para ocupar os terrenos deixados pelas famílias que migraram para o bairro Seringueiras, assim como também, a ocupar outros terrenos localizados em bairros do entorno do próprio Dom Almir:

*Em janeiro de 2002 o pároco da catedral me ligou, e falou que o bispo tinha o colocado para ser pároco responsável por um novo assentamento lá na região do bairro Dom Almir, dois bairros novos estavam nascendo, que era o bairro Joana D'arc e ao lado, que é o bairro São Francisco. Tinha mais de duas mil famílias acampadas lá. Nessa hora eu me emocionei. Então em janeiro de 2002 eu já convoquei os agentes a começar a visitar o bairro (D4).*

Diante da experiência adquirida no bairro Seringueiras, outras pessoas ligadas à igreja católica começaram a agir na condição de voluntários na pastoral e passaram a participar das atividades da entidade ampliando o seu raio de ação, para os demais assentamentos urbanos localizados na Zona Leste de Uberlândia, por meio da utilização da igreja católica do bairro Dom Almir, a qual teria cedido espaço para a realização das atividades em andamento.

De acordo com as entrevistas realizadas nesta pesquisa, o trabalho, tanto dos cursos e atividades pedagógicas realizados com as crianças da comunidade, quanto do acompanhamento das famílias atendidas sempre foi voluntário, e o recrutamento de tais voluntários acontecia por meio da divulgação informal das atividades da pastoral, principalmente nas igrejas católicas. Por exemplo, um dos membros gestores da entidade, *“tinha muitos contatos e ela sempre contava a história e aí foi formando essas pessoas, e aí chamava uma amiga, chamava alguém pra ir” (D2).*

Por outro lado, os recursos financeiros na época eram captados por meio de doações, as quais eram realizadas de várias maneiras.

*Tinha uma caixinha na igreja e todo mês a gente ia lá buscar. Lá na igreja tinha os cofrinhos (D1).*



*[...] cadastrava os voluntários de um sistema de colaboração mensal, a gente organizava um valor mensal só mesmo pra ajudar. A gente fazia um carnezinho de apoio e distribuía (D2).*

Outro dos membros gestores, e que participou da fundação da pastoral (D1), afirma que os primeiros cursos ofertados pela entidade foram na área de artesanato e bordado e que a sua realização implicou na percepção de demandas, as quais à medida em que eram identificadas procurava-se a sua solução ampliando-se, dessa forma, e progressivamente, as ações da entidade.

*Quando a gente foi lá pra esse bairro, a gente começou a dar aula de artesanato dentro da igreja e aí precisava de ter alguém para olhar as crianças, porque as mãe levavam as crianças, aí precisava de dar alimento para essas crianças e aí começou a preocupar com as crianças, então foi assim sabe? (D1).*

Figura 12 - Imagem dos cursos de artesanato ofertados pela Pastoral da Moradia na igreja católica do bairro Dom Almir.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (Sem data).

Ainda que sem lembrar com exatidão as datas das imagens cedidas para a realização desta pesquisa, D1 menciona que também eram realizadas palestras que procuravam contribuir com a conscientização das famílias atendidas dentro do contexto de problemáticas que se apresentavam nessa realidade.

Figura 13 - Imagem das primeiras ações desenvolvidas na igreja católica do bairro Dom Almir.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (Sem data).

Por exemplo, “A gente percebia um monte de meninas novas ficando grávidas, sem preparo, aí a gente começou a orientar”. (D1) por meio da realização de debates e palestras, assim como também, durante a realização dos cursos, os voluntários foram percebendo que as mães, por não ter onde deixar os filhos os levavam para a igreja e a partir de então a pastoral começou a pensar em atividades destinadas para crianças e adolescentes. Enquanto as mães participavam dos cursos, um voluntário ficava responsável pela realização de atividades com as crianças (Figura 14).

Figura 14 - Primeiras atividades realizadas com as crianças na igreja católica do bairro Dom Almir.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (Sem Data).



Como as atividades faziam parte da Pastoral da Moradia, a figura da igreja católica se fazia muito presente nestes primeiros momentos da ONG.

Figura 15 - Imagem da entrega das doações destinadas às grávidas que participavam das atividades.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (Sem data).

Além das doações, festas juninas foram organizadas e realizadas também para angariar fundos para a pastoral. A festa era realizada em um ponto central de Uberlândia. Segundo D2, a festa começou em um estacionamento e com o crescimento passou a ser realizada na praça em frente à catedral de Uberlândia localizada no centro da cidade.

*Então, era junto com a catedral, a primeira inclusive foi no estacionamento da Hosanan, ali na Duque de Caxias, foi a primeira festa que a gente organizou foi lá, dentro do estacionamento. Aí foi crescendo, crescendo, crescendo e foi aí que a gente precisou ir pra praça (D2).*

O gestor D4 complementa dizendo que:

*Vamos para o coração de Uberlândia? Fomos pra praça Tubal Vilela. Em 1997 eu propus fazer a festa lá na praça Tubal Vilela, e ficamos nesta praça durante 15 anos. (D4)*

No ano de 2004 foi criado o Estatuto da Pastoral da Moradia, o qual foi legitimado juridicamente o dia 30 de março de 2005, e posteriormente, a pastoral foi transformada em Associação Não-Governamental motivo pelo qual em tese, o grupo se desvinculou da sua relação com a igreja católica.

*Foi um processo muito natural. Pois ao criar o estatuto nós não poderíamos ter o nome ligado a nenhum partido ou credo religioso. Então era mais que necessário, ter um nome jurídico, chamado Ação Moradia. Porque estava até confundindo patrocinadores de outros países. Quando nós captamos recursos dos EUA através da Monsanto (D4).*

Para D1, a desvinculação da igreja teve outros motivos. Um deles diz respeito aos recursos financeiros arrecadados nas festas juninas que aconteciam em parceria com a igreja católica, representada pela Catedral de Uberlândia. No começo das atividades, a renda da festa era toda voltada para a ONG Ação Moradia, mas com o passar do tempo esta renda passou a ser dividida com a igreja.

Entretanto, logo após o rompimento com a igreja, esta deixou de contribuir também com as demais ações realizadas pela ONG.

*Bom então a gente fazia a festa e a renda ia pra ONG, até então a igreja não pedia nada. Depois de um certo tempo a festa cresceu, aí estava ganhando mais, aí a renda da canjica passou a ser da Catedral, a renda da galinhada era da Pastoral de rua, que a Pastoral de rua ajudava com a galinhada, aí dava todo dinheiro da galinhada para a Pastoral de rua. Depois passou a exigir 10%, exigir 20%, mais aí ela descontava aquela renda que ia pra canjica e que ia pra Pastoral de rua ela descontava do montante a ser enviado porque era uma renda que ia para uma obra social no caso a pastoral de rua. Se é uma obra social é do interesse da igreja, então descontava. Aí não sei em que ano que foi, a igreja queria 50% da renda líquida da festa. Aí ficou difícil, quer dizer, de um dinheiro para uma obra social ir pra igreja, aí foi onde acabou (D1).*

*[...] Lá na igreja tinha os cofrinhos, por exemplo, quando dividiu a primeira coisa que o Padre fez? Aqui não recebe mais doação para A ONG Ação Moradia não. E a Pastoral familiar que ajudava na festa também não ajudou mais. Tirando alguns que não foram nessa e continuaram a ajudar (D1).*

No ano de 2002, por meio de uma parceria formalizada com outra ONG, a Ação Moradia iniciou a montagem de uma fábrica de “tijolos ecológicos” e logo depois, contando com uma parceria junto à empresa Monsanto e a Prefeitura Municipal de Uberlândia, a ONG conseguiu construir o seu segundo centro de formação, localizado agora no bairro Morumbi, atual sede da associação.

*[...] apareceu um projeto lá das irmãs do Colégio Nossa Senhora, a Monsanto queria uma ONG que pudesse ser. Fazer um centro de formação no bairro, Morumbi ou por ali. Aí chamou a Eliana pra conversar e perguntou: “Será que interessa pra vocês?”. Ah interessa, e foi assim. E eles não entendiam como uma coisa tão pequena conseguia dar cesta*

*básica, dar formação profissional, olhar criança, e nessa época era tudo voluntário, não existia empregado. E o gerente da Monsanto não entendia de onde vinha o dinheiro para conseguir fazer tanta coisa. Aí por fim depois de anos, foi mais de anos esse namoro, ficou a dúvida, será que a Monsanto compensa investir um dinheiro em uma ONG que a gente não entende como funciona? Por fim eles entenderam aí ele deu um OK para fazer. Aí nós fomos atrás da prefeitura que doou os terrenos, a gente ganhou a parte da planta, a engenharia. Da engenharia não, da planta, o arquiteto fez a planta. E nós fizemos os tijolos, porque já tinha a fábrica de tijolos (D1).*

A ideia da fábrica de tijolos era que estes fossem produzidos e utilizados pela própria comunidade atendida, assim como também para serem utilizados na construção do centro de formação.

Segundo D1,

*[...] foi um monte de mãos para construir. Então nós entramos com os tijolos, a prefeitura entrou com o terreno, a Monsanto fazendo a construção, e festa junina para ajudar (D1).*

Como pode ser observado, a ONG Ação Moradia passou a buscar parcerias privadas e públicas à medida que desenvolvia as suas atividades inserindo-se, de alguma forma, no contexto das políticas públicas de natureza social, situação esta que, dentre outros, possibilitou a execução dos seus projetos.

*[...] aí a gente conseguiu aprovar projetos, porque se não tivesse uma formalidade jurídica você não consegue ter projetos aprovados por uma empresa, institutos, e captar recursos, porque você precisa ter uma formalidade jurídica (D1).*

Figura 16 - Imagem da sede da ONG Ação Moradia, antes chamado de Centro de Formação da Família José Lélis.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (Sem data).

Dessa forma, diante das mudanças conjunturais ocorridas no entorno dos bairros atendidos pela Pastoral da Moradia, da posterior desvinculação de sua relação com a igreja católica, da construção da sua nova sede contando com parceiros públicos e privados, assim como, da reorientação política dos seus membros fundadores e voluntários para a busca interinstitucional de recursos financeiros para além daqueles arrecadados pela lógica das doações, a associação viu redefinidas as suas atividades dentro de um campo agora juridicamente estabelecido.

Nesse sentido, vale ressaltar que de acordo com o marco teórico descrito e apresentado no capítulo 2, é possível verificar a partir dos dados coletados neste item, que desde o momento da concepção até a fundação da ONG Ação Moradia, o processo foi permeado pela organização de um grupo de pessoas inicialmente orientadas por uma perspectiva filantrópica de intervenção social, de alguma forma influenciada pelos valores fomentados pela igreja católica. Perspectiva esta que foi sendo progressivamente alterada para outra de natureza assistencial, não somente pelo rompimento do citado grupo com a igreja, em parte motivado por interesses econômicos, mas pelo fato, também, de ter sido percebido politicamente no processo, a importância da interferência e influência de ações assistencialistas oriundas tanto da esfera pública quanto privada, que se materializara, por exemplo, com a parceria da ONG, a Monsanto e a Prefeitura Municipal de Uberlândia. Fato este que, parece ter contribuído significativamente para a transformação da pastoral em ONG.

Considerando que o contexto mais geral de atuação e transformação da pastoral em ONG, ocorrido no período de 1998 a 2004, encontrava-se relacionado politicamente com o

segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual orientado por uma perspectiva neoliberal de Estado Mínimo, recorreu intensamente à utilização de práticas assistencialistas utilizando-se do Terceiro Setor, o qual, não por acaso, cresceu e se desenvolveu de forma significativa justamente neste período com a finalidade de contribuir de alguma forma, para o atendimento das demandas sociais que, infelizmente, assolavam ao país afetando, fundamentalmente, as camadas mais pobres da população.

Meira em sua dissertação de mestrado associou o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) com a intensificação das políticas de associação do Estado com as ONGs.

Foi no início do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995) que essas entidades, então conceituadas genericamente como ONGs – Organizações Não-Governamentais – definitivamente entraram para o vocabulário cotidiano da mídia e da sociedade, ao serem oficialmente consideradas parceiras do Estado na formulação e execução de políticas públicas sociais (MEIRA, 2009, p. 9).

Diante disso, essa associação entre ONGs e o Estado esteve relacionada “com um discurso eivado de pragmatismo supostamente esvaziado de ideologia, onde procuraram aproximar-se o Estado das ONGs, num processo de transferência de atribuições” (MEIRA, p. 24).

Nesse período criou-se uma concepção, onde o Estado não é visto mais como fonte da justiça social, mas como “indutor e canalizador das demandas sociais” por meio de agentes da sociedade civil, como as ONGs.

A conjuntura política em que a ONG Ação Moradia se formalizou tem relação com a abertura do Estado para uma aproximação com as associações. O capítulo 2, desta presente dissertação, aborda o aumento no número de ONGs nesse período bem como suas relações com o poder público.

## **4.2 Estrutura Jurídica da ONG Ação Moradia – organização estatutária**

No dia 18 de dezembro de 2004, foi assinado o estatuto da ONG Ação Moradia, com data de registrado em cartório no dia 30/03/2005. Como consta nesse documento, a ONG foi criada em 17 de março de 1993, quando ainda era denominada de Pastoral da Moradia. A ONG Ação Moradia é uma associação de interesse público; com personalidade jurídica de direito privado; sem fins lucrativos e de caráter beneficente, assistencial, educativo e cultural.

Seus órgãos deliberativos são: Assembleia geral, Conselho diretor, Conselho fiscal, Associados efetivos e Associados colaboradores.

Nenhum dos membros que compõem quaisquer desses órgãos é remunerado por sua atividade. A Assembleia geral ocorre uma vez por ano ou quando for convocada extraordinariamente. Compete à Assembleia geral, conforme Artigo 8º:

- a) Eleger e destituir os membros do conselho diretor e conselho fiscal;
- b) Deliberar sobre o balanço financeiro;
- c) Aprovar sobre o presente estatuto e suas alterações;
- d) Promover a extinção desta entidade;
- e) Deliberar sobre aquisição, alienação, permuta, construção ou gravame de bens imóveis;
- f) Deliberar sobre aquisição e alienação de bens imóveis cujo valor seja igual ou superior a 50 (cinquenta) salários mínimos; [...] (AÇÃO MORADIA, 2004, p.2).

O Conselho diretor é constituído por seis membros, sendo eles, presidente, vice-presidente, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro, 1º secretário e 2º secretário. Esses membros são eleitos de dois em dois anos na Assembleia geral e podem ser reeleitos em mandatos consecutivos.

Compete ao Conselho diretor, conforme Artigo 10º:

- a) Elaborar e executar o orçamento anual da entidade;
- b) Submeter ao Conselho fiscal e a Assembléia geral, o balanço financeiro anual;
- c) Deliberar sobre aplicações e movimentações dos recursos financeiros e materiais da entidade;
- d) Exercer as demais atribuições decorrentes de outros dispositivos deste Estatuto;
- e) Deliberar sobre os programas ou projetos de atendimento a serem desenvolvidos pela ONG;
- f) Deliberar sobre a construção de imóveis com valor até 50 (cinquenta) salários mínimos.
- g) Decidir os casos omissos (AÇÃO MORADIA, 2004, p. 3).

É o presidente quem representa a ONG Ação Moradia, ele tem algumas atribuições, dentre elas: Convocar as Assembleias gerais, supervisionar os trabalhos da ONG, autorizar a execução dos planos de trabalho, aprovar as despesas orçamentárias e autorizar pagamentos em conjunto com o tesoureiro, dentre outros.

Aos secretários competem as atribuições de: auxiliar o presidente, organizar os registros e controles administrativos e secretariar as reuniões da Assembleia geral e Conselho diretor. Já aos tesoureiros são destinadas as atribuições de: administrar e contabilizar as doações, apresentar relatórios sobre os gastos, como também, a situação financeira da ONG.

O Conselho fiscal é composto por três membros e um suplente, que são escolhidos de dois em dois anos na Assembleia geral. Compete a esse conselho, examinar os controles contábeis e financeiros da entidade e verificar a legalidade da aplicação dos recursos financeiros da entidade.

Além dos conselhos, qualquer pessoa física que queira contribuir com as atividades da ONG pode fazer parte de um quadro de Associados efetivos, com direito a participar das Assembléias gerais, propor sugestões e participar das atividades da ONG.

A ONG Ação Moradia pode obter recursos financeiros por meio de:

- a) Doações de qualquer natureza, advindas da comunidade, dos associados ou de pessoas jurídicas, inclusive valores adventícios;
- b) Subvenções concedidas pela União, Estado e Município, por particulares e entidades públicas ou privadas, associações de classe e quaisquer outras categorias;
- c) Subvenções concedidas por entidades estrangeiras;
- d) Rendas decorrentes por promoções de eventos, tais como: barraquinhas, bingos, festas, exposições, sorteios de brindes, prendas, e de outras iniciativas desta natureza;
- e) Renda de bazares de roupas e objetos usados ou novos;
- f) Vendas de frutos, produtos e trabalhos artesanais constituídos e/ou confeccionados pela associação (AÇÃO MORADIA, 2004, p. 6).

O tempo de duração da entidade é indeterminado e pode ser dissolvida em uma Assembleia geral, sendo seu patrimônio transferido para outra entidade congênere com sede no município de Uberlândia, que tenha personalidade jurídica. O estatuto também delimita as atividades realizadas pela ONG e seus objetivos, que serão melhores detalhados nos próximos itens do capítulo.

### **4.3 Perfil dos atendidos pela ONG**

O estatuto da ONG especifica como público alvo a comunidade de baixa condição socioeconômica e cultural, sem especificar algum tipo de condição geracional. Nesse sentido, de acordo com o gestor entrevistado, a ONG atende anualmente uma média de 400 famílias, que totalizam aproximadamente 1.200 pessoas. Além de atender a população do bairro Morumbi, eles também atuam nos bairros situados no seu entorno: Alvorada, Dom Almir, Jardim Sucupira, Joana D'arc e os assentamentos São Francisco, Celebridade, Prosperidade e Zaire Rezende. Todos localizados na periferia de Uberlândia.

A comunidade atendida se divide entre crianças, adolescentes e adultos, com uma significativa predominância de mulheres, que, de acordo com os gestores da ONG, se deve principalmente à questão socioeconômica e cultural da população atingida pela ONG.

*Acho que tem a ver com o próprio perfil socioeconômico e cultural de quem frequenta. Nós temos uma comunidade que passa por dificuldades inerentes até ao processo de formação, como se formou o bairro, um processo de assentamento, e que tem sua raiz nas dificuldades financeiras, agrupa também pessoas que tiveram poucas oportunidades de formação educacional na vida, e com isso a comunidade acabou atraindo também pessoas que não eram naturalmente da comunidade, mas que vieram se infiltrar, por encontrar aqui um local propício à difusão do tráfico de drogas e do crime organizado. Isso faz com que o perfil de nosso público acabe sendo no geral, famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, ou muitos até já em risco social. Isso faz com que também nesse grupo de vulnerabilidade, as mais vulneráveis sejam as mulheres. E por outro lado, mesmo sendo as mais vulneráveis, são as pessoas que mais tem vínculo com a família e com os filhos e que desejam melhorias de vida. Em vias de regras os homens da nossa comunidade, os maridos, primeiro que não tem muito vínculo com a mulher, algumas vezes são o segundo, terceiro, ou quarto companheiro na vida dessas mulheres, e as mulheres ficam com os filhos, com a história. E os homens vêm, passam e vão embora. Então naturalmente esse grupo que nos chama mais atenção pela vulnerabilidade, e por outro lado é esse grupo que mais busca apoio e busca desenvolver melhorias na vida. Então naturalmente A ONG Ação Moradia passa a dedicar mais às mulheres, porque também elas nos procuram e nós vemos que elas precisam de mais apoio. Consequentemente mulheres e seus filhos menores, que são também outro grupo da comunidade que sofre (D3).*

Vale lembrar que o perfil socioeconômico e cultural do território localizado no entorno da ONG, foi detalhado no capítulo 3.

#### **4.4 As atividades da ONG Ação Moradia**

De acordo com o estatuto, a ONG Ação Moradia tem como finalidade “prestar serviços gratuitos, de forma permanente, sem qualquer discriminação e congregar iniciativas comunitárias, objetivando a promoção humana junto às comunidades de baixa renda” (AÇÃO MORADIA, 2004, p. 1). Desse modo, a ONG delimitou alguns campos de atuação que serão detalhados nos próximos itens.

##### **4.4.1 Moradia**



A ONG Ação Moradia iniciou suas atividades pensando nas questões das desigualdades socioeconômicas e culturais dos assentamentos urbanos de Uberlândia. Em seu estatuto, uma de suas linhas de trabalho é relacionada com o, “auxílio à moradia, através de subsídio à compra de material de construção, e apoio técnico” (AÇÃO MORADIA, 2004, p. 1).

Tal como descrito no item 4.1, as primeiras atividades relacionadas à moradia aconteceram pontualmente por meio da doação de materiais de construção para as famílias que viviam em barracos de lona. Essas doações eram desde portas, telhas, tijolos, até utensílios para a casa, como filtros de água.

Só após a construção da fábrica de tijolos ecológicos, que a ONG conseguiu atuar de forma efetiva na construção de casas para algumas famílias, e *“depois quando se começou a falar em Ação Moradia que começou a fábrica de tijolo ecológico pra ajudar a fazer as casas”* (D2).

No ano de 2005, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) e a prefeitura de Uberlândia, a ONG desenvolveu um projeto destinado à construção de 50 casas populares, sendo que o banco liberou os recursos financeiros e a prefeitura cedeu os terrenos, no bairro Campo Alegre, localizado na região Sul do município.

As famílias de baixa renda socioeconômica beneficiadas pelo o projeto foram selecionadas por sorteio, sendo a ONG responsável pelo processo seletivo cujos principais critérios de inscrição foram comprovar que eram moradoras do município e não possuir casa própria.

A construção das casas ocorreu em regime de mutirão sob a supervisão de um mestre de obras e uma engenheira, contratadas pelo projeto, assim como também, a ONG cedeu os materiais de construção às famílias e emprestou as máquinas para que estas confeccionassem o número de tijolos necessários para viabilizar a construção de suas moradias.

Uma moradora cuja família foi beneficiada pelo projeto descreve como teve acesso às informações para participar do processo de seleção das famílias:

*Olha eu não conhecia a ONG, nem conhecia o bairro Morumbi, ficava mais pro lado do Santa Mônica, então eu não conhecia. Aí meu cunhado pegou e falou: “Nossa eu fiquei sabendo que na ONG Ação Moradia lá no Morumbi estão fazendo inscrição pra casa própria. Porque você não vai lá?, um colega meu pegou e falou que fez, quem sabe você não dá sorte?”. Aí eu disse: “Então eu vou lá então”, nem conhecia aqui mas disse: “Vou lá”. Aí eu vim cá, fiz a inscrição, e mais ou menos um mês ligaram e disseram: “Olha seu nome foi sorteado, só que tem um porém, vocês ganham o terreno, mas vão ter que fazer os tijolo (C1).*

Após o sorteio, as famílias ficaram aproximadamente um ano na sede da ONG confeccionando os tijolos. Ainda C1 afirma que os horários de trabalho eram feitos em escalas, de acordo com a disponibilidade dos membros adultos de cada família.

Após a confecção dos tijolos, as famílias começaram a construção das casas no terreno disponibilizado pela prefeitura localizado no bairro Campo Alegre.

Figura 17 - Imagem das casas construídas no Residencial Campo Alegre.



Fonte: Imagem disponibilizada pela ONG Ação Moradia (2007).

Um dos problemas encontrados no momento de iniciar a construção das casas foi a falta de infraestrutura urbana no local, assim como também, não havia no entorno equipamentos públicos para atendimento das demandas sociais e culturais da população afetada.

*[...] quando eu fui pra lá eu fui a quinta moradora da rua, então assim, era tudo longe, não tinha escola, não tinha supermercado, a rua era de terra. Não tinha asfalto, não tinha uma creche. Assim a gente enfrentou muita dificuldade, mas hoje em dia valeu à pena viu (C1).*

Pesquisa realizada por Meira (2009) sobre o residencial Campo Alegre e as casas construídas pela ONG Ação Moradia, constatou que além de todas as dificuldades encontradas no bairro,

A execução do projeto revelou-se mais problemática do que a sua concepção, uma vez que para muitos moradores foi extremamente difícil conciliar o trabalho com a construção da casa. Outros tiveram que contratar mão-de-obra e, como o orçamento era curto, várias casas demoraram muito a ser feitas ou o resultado final não ficou como era esperado. Muitos abandonaram as casas durante o processo (MEIRA, 2009, p. 142).

D1 afirma ainda que o regime de construção em mutirão não funcionou, pois:

*A engenheira fez um relatório final para a Caixa Econômica e ela falou que não funcionava construir em mutirão, porque realmente não funciona. Você pode até levantar a casa, mas chega a certo ponto e depois não dão conta. Então o certo é a Caixa financiar para que tudo seja financiado e depois as famílias pagarem seja lá como for, como é o Minha Casa, Minha vida. E o que acaba sendo feito assim, acho que não existe nenhum projeto da Caixa em mutirão, porque realmente não funciona (D1).*

Além da parceria com a caixa econômica, a ONG fez outras ações pontuais em relação à moradia, seja na melhoria de algumas casas, ou na construção de outras onde somente havia barracos.

Figura 18 - Troca do “barraco” por casa de tijolos ecológicos.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Mordia (Sem data).

C2 lembra que somente teve sua casa construída pela ONG, em 2013, através de um padrinho, embora tenha participado da Ação Moradia há mais de 10 anos. A ONG Ação Moradia conseguiu os recursos financeiros por meio de doações para pagar tanto os materiais de construção quanto a mão de obra. A confecção dos tijolos ecológicos na fábrica da ONG coube à C2, a qual ficava “muitas horas por dia” fazendo os tijolos para a sua casa aos

sábados e domingos, uma vez que durante a semana trabalhava na mesma fábrica para atender as encomendas da ONG.

Meira afirma que a experiência de mutirão, onde os moradores ficaram responsáveis pela construção da casa própria,

[...] é importante de ser pensada, também, como um processo relevante de construção e reelaboração de significados, constituindo-se enquanto um elemento da memória. Essa reelaboração parte de um processo social próprio e dinâmico, no qual os sujeitos, atuando ativamente ou se colocando de forma passiva, redimensionam o seu próprio lugar social (MEIRA, 2009, p. 142).

Provavelmente a importância desta reelaboração refere-se ao fato de que durante as entrevistas aqui realizadas com beneficiários da ONG Ação Moradia ficou evidente que a ação de construir a própria casa gerou um significativo sentimento de identidade e pertencimento, apesar das dificuldades vivenciadas durante o processo.

*Então na época morava eu e meu marido e meus dois filhos. Mas aí meu marido faleceu e ficou eu e meus dois filhos. Meu marido trabalhava e era eu que tinha que vir. Eu que tinha que fazer os tijolos, ir pro canteiro de obra, eu que tinha que descer e ajudar. Hoje sim eu olho a minha casa e tenho uma felicidade muito grande, porque foi eu mesma que fiz (C1).*

*Eu vim para o Campo Alegre em busca da minha casa. É um sonho que todo mundo tem né? Aí através da ONG eu consegui minha casa (C1).*

Para Meira, a conquista da casa própria, é como uma “possibilidade emancipatória, de um direito alcançado, enfim, de ‘vencer na vida’, uma vez que como proprietários, são agora pertencentes de fato à comunidade” (MEIRA, 2009, p. 141).

Concordando com o autor, os membros da comunidade afetada pela ONG, aqui entrevistados, apontaram claramente um marco divisor entre “o antes e o depois” da casa própria. Uma vida sofrida antes e uma nova vida depois de concluídas as suas moradias.

Figura 19 - Placa colocada na casa da entrevistada C2.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (2013).

A questão da moradia passou a ser voltada para um conjunto de atividades sócio-produtivas, realizando capacitações, apoio técnico e financeiro a empreendimentos comunitários, os quais serão detalhados nos itens à frente, especialmente na produção de Tijolos Ecológicos e Aquecedores Solares, gerando para as famílias melhoria na qualidade de vida com vistas à preservação dos recursos naturais e respeito ao meio ambiente. Além da moradia, a ONG também passou a se dedicar a outros objetivos, como ensino de atividades profissionalizantes para o autossustento.

#### 4.4.2 Cursos profissionalizantes

Outro objetivo da ONG segundo o seu estatuto é atuar na área de ensino de atividades profissionalizantes para o autossustento. A ideia do “autossustento” partiu do pressuposto básico de que seria necessário contribuir com a capacitação da comunidade com a finalidade de poder inserí-la no mercado de trabalho como forma de autossobrevivência.

A ideia inicial desses cursos era,

*[...] que as pessoas da própria comunidade comesçassem a se auto-gerir. A ideia do curso era essa, porque não adiantava só dar, tem que ensinar também, como dizer a pescar. Tem que ensinar a pescar também (D2).*

A partir da construção da sede no ano de 2002, a oferta de cursos foi ampliada, e passou a receber maior número de pessoas da comunidade. Inicialmente os cursos foram

voltados para o ensino do artesanato e de bordados manuais e, a partir de 2015, na área de estética, contendo cabeleireiro iniciante, intermediário e avançado; design de sobrancelhas; manicure e pedicure. O artesanato abordava cursos de bordado em pedraria, bordados diversos, crochê e corte e costura.

Posteriormente a ONG passou a oferecer cursos na área de informática, como montagem e manutenção de computadores e informática, assim como, aprendizagem em inglês e cursos para gestantes do primeiro filho.

De acordo com os gestores da ONG, as áreas temáticas dos cursos foram sendo definidas, principalmente, conforme a disponibilidade de voluntários dispostos a ministrar oficinas. Por exemplo,

*E aí depois como os fundadores trabalhavam com computação, aí foi uma área de computação. Aí depois aparece a (instrutora do curso de cabeleireiro) e ela era voluntária no hospital do câncer e era muito boa cabeleireira e começou como voluntária lá pra dar aula de cabeleireira. E a aula de cabeleireira dela não é uma aula só de prática, ela dá teórica também (D1).*

Além disso, a escolha de alguns cursos teve relação com a condição social do público-alvo.

*[...] o artesanato sempre teve, ainda mais há 20 anos, era o que você procurava fornecer para as pessoas de baixa renda (D1).*

Dada a impossibilidade de quantificar dados com base nas listagens de frequência de cada um dos cursos ofertados desde 2002, uma vez que as mesmas encontram-se incompletas, foram utilizados um total de 13 relatórios anuais elaborados pela entidade entregues ou à Prefeitura Municipal de Uberlândia ou ao Ministério da Justiça.

Ao analisar esses relatórios (tabela 13), primeiramente, foi verificado que o formato de apresentação dos dados quantitativos difere a cada ano. Durante vários anos os relatórios apresentaram uma realidade baseada no atendimento às famílias, seguido da especificação do número de pessoas que teriam participado dos cursos ofertados pela ONG. Isto lembrando que nos anos iniciais da ONG cada família recebia mensalmente uma cesta básica caso algum membro dela estivesse participando de algum curso ofertado.

Em outros casos os relatórios especificaram o número de atendimentos realizados sem detalhar quantas famílias ou pessoas participaram dos cursos ofertados.

Tabela 13 - Número de atendimentos realizados pela ONG Ação Moradia no período de 2002-2014, de acordo com relatórios anuais entregues para a Prefeitura Municipal de Uberlândia – PMU/UDI e para o Ministério da Justiça.

<b>Ano</b>	<b>Órgão receptor do Relatório</b>	<b>Famílias atendidas</b>	<b>Número de atendimentos - geral</b>
2002	PMU/UDI	200	400
2003	PMU/UDI	220	300
2004	PMU/UDI	320	440
2005	PMU/UDI	200	-
2006	Ministério da Justiça	390	2869
2007	Ministério da Justiça	-	-
2008	Ministério da Justiça	-	-
2009	PMU/UDI	290	1108
2010	PMU/UDI	290	1108
2011	PMU/UDI	350	1050
2012	PMU/UDI	350	1050
2013	PMU/UDI	350	-
2014	PMU/UDI	-	1500
Média geral		296	1091,67

Fonte: Dados retirados dos relatórios fornecidos pela ONG.

De acordo com a tabela acima, pode ser estimado que entre 2002 e 2014, a ONG Ação Moradia atendeu uma média de 296 famílias e 1.092 pessoas por ano.

Especificamente, com relação aos cursos ofertados, procurou-se identificar o movimento de pessoas nesse tipo de atividade durante um ano de atividades da ONG. Para tanto, dentre todas as listas de frequência disponibilizadas somente foi possível compilar as relativas ao ano de 2011. Tal como mostrado na tabela 14, de um total de oito cursos ingressaram 463 pessoas e desistiram 177, equivalente a 38,23% do total de ingressantes.

Também poderá ser observado nessa mesma tabela 14, que o curso com maior procura foi de cabeleireiro (iniciantes e intermediário) com 31%, e o curso com maior desistência foi o de informática, o qual também apresentou um maior número de matrículas (177).

Por outro lado, no contexto da pesquisa de campo foi identificado que parte da comunidade participante dos cursos se matriculava em mais de um curso ou retornavam,

ainda no mesmo ano à ONG para realizar outros cursos, motivada, dentre outros motivos, por estar desempregada, ou por perceber que o mercado de trabalho estava “mais exigente” em termos de qualificação e formação dos trabalhadores (A1).

Tabela 14 - Ingressos e desistências aos cursos ofertados pela ONG Ação Moradia no ano de 2011.

<b>Cursos ofertados (2011)</b>	<b>Matrículas</b>	<b>F(a) Desistências</b>	<b>f(%) desistências</b>
Artesanato	77	35	16,63
Cabeleireiro Iniciante	111	24	23,97
Cabeleireiro Intermediário	33	13	7,13
Garçom e Garçonete	21	8	4,54
Informática	130	58	28,08
Manicure e pedicure	63	27	13,61
Maquiagem	12	1	2,59
Montagem e manutenção de computadores	16	11	3,46
Total:	463	177	38,23
Média Geral:	57,88	22,13	12,50

Fonte: Dados coletados de banco de dados (Excel) fornecido pela ONG Ação Moradia.

Independentemente dos pontos positivos elencados pela comunidade a respeito dos cursos e demais atividades da ONG Ação Moradia, quando inquirido sobre a importância dos cursos para a sua vida pessoal e profissional, um dos entrevistados destacou que, apesar de serem ofertados certificados aos participantes, existem dificuldades no mercado para encontrar emprego imediato, assim como também, pelo fato de que tais certificados não são, de alguma forma, reconhecidos tanto quanto aqueles que são emitidos por instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

*[...] não conseguem emprego. Eu acho que o que precisaria mesmo melhorar é nesse caso, do profissionalizante. Em outros lugares não vê o certificado daqui como profissionalizante (C4).*

*[...] tem muito lugar que o povo fala que leva o certificado daqui, mas que não conta muito como profissionalizante. Conta mais é o do Senai, é esses mais conhecidos. Então, eu não sei o porque que é. Mas assim eles não contam tanto, eu acho que a nossa meta é o profissionalizante mesmo, os cursos aqui, mas ainda não alcançou. Mas eu acho os cursos daqui são muito bons (C4).*



Em relação aos dados coletados para responder as questões deste item, considerando o fato de que os cursos ofertados pela ONG Ação Moradia tem sido praticamente os mesmos desde o início das suas atividades formais, valeria sugerir neste momento, que a entidade realize análises mercadológicas relativas às vagas de emprego formal ofertadas anualmente em Uberlândia e região, com a finalidade de buscar meios para proporcionar novos cursos profissionalizantes que possam contribuir, de fato, para que pelo menos parte da comunidade possa alcançar condições de acesso a estes mesmos empregos, cientes da constatação, nesta pesquisa, da existência de dificuldades objetivas para que cada um dos participantes pudesse abrir o seu próprio “negócio” a partir dos cursos realizados pela associação.

Assim como também considera-se a necessidade operacional de que a ONG realize avaliações periódicas entre cursistas e ex-cursistas para investigar e constatar até que ponto tais cursos contribuíram, de fato, para que a comunidade afetada pudesse, ou ingressar no mercado de trabalho formal, ou, no mínimo, criar condições objetivas para o seu próprio “autossustento”, tal como proclamado pelos objetivos da ONG.

#### **4.4.2.1 Empreendimentos Comunitários e Economia Solidária**

Como o próprio estatuto da ONG menciona, o objetivo principal dos cursos ofertados é promover ações que contribuam para que cada família atendida alcance condições econômicas e sociais para garantir o seu próprio autossustento. Além das atividades já existentes na ONG Ação Moradia, no ano de 2008, a entidade identificou a existência de uma política pública oriunda do governo federal relacionada com a Economia Solidária e a possibilidade de que entidades da sociedade civil e universidades pudessem tornarem-se, de acordo com a sua experiência, incubadoras de empreendimentos populares destinados à geração de trabalho e renda.

Procurando se inserir nessa política, a ONG desenvolveu um projeto de incubação de empreendimentos solidários, visando à melhoria das condições socioeconômicas das famílias atendidas pela ONG que tratava da oferta de cursos profissionalizantes destinados à aprendizagem de técnicas e metodologias básicas para se criar um empreendimento popular tal como associação ou cooperativa, além de dar a possibilidade de inserção no mercado de trabalho da própria ONG.

Segundo uma das gestoras, a vontade de ingressar no campo da Economia Solidária, surgiu quando perceberam em 2008 que basicamente realizavam cursos de capacitação para obtenção de certificados, mas sem a certeza de que as famílias pudessem com isso conquistar ou alcançar os meios para seu próprio autossustento.

*Em 2008 eu pensei, nós só damos curso de capacitação, e todo mundo aumentando o “rolinho de baixo do braço”, mas que hora que essa família vai ganhar dinheiro para sobreviver? Não basta só conhecimento, tem que ter sua fonte de renda. Aí eu propus criar Unidade Produtiva dentro da instituição. Porque nós já vínhamos dando curso, e depois de muitos anos do curso de cozinha e Buffet, e de muitas pessoas capacitadas, porque não abrir uma unidade aqui dentro. Aí eu chamei as mulheres que tinham feito curso e fiz a proposta, se elas gostariam de tocar um negócio dentro da ONG Ação Moradia, sem elas terem que investir em infra-estrutura. A Unidade Produtiva começou com 10 pessoas, depois em outra conversa nós tivemos uma Unidade de estética e beleza aqui dentro (D4).*

Segundo a entrevistada B5, que participou de todo o processo inicial da incubação,

*Os empreendimentos eles primeiro devem ser incubados por uma instituição de apoio, que no caso A ONG Ação Moradia seria, é essa instituição de apoio. Ela incuba esse empreendimento, ela pega o empreendimento que está iniciando ou que vai iniciar, e incuba eles, e fica com eles até eles se fortalecer e sair (B5).*

Quando os usuários terminavam os cursos, eles eram convidados a participar da Unidade Produtiva - nome dado pela ONG para os empreendimentos -, para adquirirem noções sobre empreendedorismo e Economia Solidária, como forma de obter subsídios para que no futuro pudessem gerir seu próprio negócio.

*[...] o aluno se capacita e no decorrer desse curso os instrutores eram instruídos a estar conversando com as alunas, perguntando se alguma delas tinha interesse de continuar trabalhando na área, e se elas tivessem interesse elas continuariam dentro da instituição, trabalhando em um empreendimento. E esse empreendimento tinha todo apoio da instituição, de logística, de capacitação mesmo (B5).*

Os primeiros empreendimentos ou unidades produtivas criadas foram desenvolvidos nas áreas de artesanato, agricultura familiar e produção de hortas, produção de tijolos ecológicos, estética (formação de cabeleireiros), montagem e manutenção de computadores e cozinha. Quando terminavam um curso, as pessoas eram convidadas a fazer parte de cada

unidade produtiva e a ONG Ação Moradia auxiliava os participantes oferecendo a infraestrutura necessária e divulgação da ação.

O valor ou “sobra” recebido mensalmente, tal como é chamado num empreendimento popular de geração de trabalho e renda, era baseado na produtividade individual. Quanto mais produtos produzidos e comercializados, mais elevado era o valor da sobra mensal.

Por exemplo, entrevistados inquiridos relataram como eram distribuídos os ganhos resultantes do trabalho na unidade de produção de tijolos da ONG.

*[...] na época nós trabalhava e ganhava cesta básica e o vale compra de 100 reais. Aí depois abriu a Unidade Produtiva, aí, primeiro A ONG Ação Moradia pagava a metade (salário mínimo) e nós complementava, aí a gente passou para a Unidade Produtiva pra fazer os tijolo por produção. O tanto que vendia que chegava nossa renda. Quanto mais produção, mais a renda aumentava[...] Nós não tinha aquelas máquinas que tem hoje. Nós ‘penerava’ a terra naquelas ‘peneras’ de ‘penerá’ café. Misturava a massa na enxada, aí depois veio as ‘betornera’, mas ela não queria funcionar, a gente misturava na mão de novo. Aí nós ficou um tempão, na época era eu e mais duas. (C2).*

*Conseguia na época dava 500 reais, 600 reais, dava até bem. Dependendo do esforço, se a gente se esforçasse mais dava pra tirar mais, se a gente se esforçasse menos dava pra tirar menos (B2).*

Do total da receita acumulada no mês, 20% era repassado diretamente à ONG sob o argumento de que o montante recebido seria destinado a despesas com a manutenção da infraestrutura, divulgação, dentre outros.

A arte do material de divulgação era produzida por voluntários ou funcionários da própria ONG e encaminhados às gráficas particulares para impressão.

Figura 20 - Exemplo de Folder de divulgação da Unidade Produtiva do Artesanato, intitulada Criarte Sonhos.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (2013).

De acordo com um dos membros participante destas ações e que com o tempo tornou-se um gestor da ação vinculada à Economia Solidária:

*A Economia Solidária surge junto com a incubação, por quê? A Economia Popular Solidária ela é forte nesses movimentos. Nesses grupos de pessoas que trabalham junto, mas em cooperativas, em agricultura familiar, mais nesses grupos que a Economia Solidária é mais forte (B5).*

De fato, a Economia Solidária, portanto, “não se trata de uma economia orientada pelos valores do mercado e da concorrência, mas de uma economia vinculada à vida e aos interesses de setores sociais excluídos – ao menos parcialmente – das esferas de realização da economia global” (CRUZ; GUERRA, 2009, p.1).

Segundo França Filho (2002), as primeiras experiências de Economia Solidária foram associadas ao movimento operário associativista organizado no século XIX na Europa. Característico da dinâmica de resistência popular, este movimento promoveu experiências solidárias de geração de trabalho e renda, influenciadas pela ideia da ajuda mútua, a cooperação e a associação coletiva, o seja, a Economia Solidária é compreendida

[...] como iniciativas oriundas dos setores populares, combinando, ao mesmo tempo, na sua ação organizacional, uma dimensão social e uma dimensão econômica sob um fundo de luta política, essas experiências modificam aos poucos o conteúdo de sua prática, ou seja, mudam de fisionomia ao longo da história (FRANÇA FILHO, 2002, p.12).

Nesse sentido, pensar a Economia Solidária significa pensar uma sociedade que não esteja centrada nos ideais de mercado. Ela é centrada em um “conjunto amplo de iniciativas econômicas que estão marcadas pelo esforço coletivo da colaboração, da união, da organização e da síntese cultural” (CRUZ; GUERRA, 2009, p.5).

Entretanto, vale ressaltar que existem críticas à Economia Solidária, proposta esta concebida nos anos 1980, no Brasil, pela Fundação Cáritas em parceria com a Central Única dos trabalhadores como possibilidade de enfrentamento ao desemprego entre as camadas populares da época, a qual com o passar dos anos passou a se organizar por meio de um fórum brasileiro de Economia Solidária, constituído por entidades da sociedade civil e os mais diversos grupos e empreendimentos constituídos no país.

Em 2003, depois da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Economia Solidária tornou-se política pública do governo federal que ficou a cargo da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego a qual deveria atuar em parceria com o citado fórum para definir a destinação dos recursos financeiros que a cada ano seriam utilizados para promover esta política.

A partir daí, analistas econômicos começaram a refletir criticamente sobre esta proposta, mostrando algumas contradições, sendo fundamentalmente a principal de que, em nome do trabalho cooperativo, ainda que em situações de atuação geralmente precarizadas, seria possível avançar na perspectiva da criação de uma “nova economia”, quando na verdade, no contexto da lógica capitalista, caberia a esta proposta terminar se submetendo a lógica do mercado mantendo um exército de empregados informalmente, apesar de constar entre seus objetivos a possibilidade de criação de uma cultura de “consumo consciente” e de redes de comercialização próprias (WELLEN, 2012).

O projeto ‘economia socialista’ estaria continuamente pressionado sob a mesma contradição básica do capitalismo [...] de um lado produção social, e de outro, apropriação privada. Ainda que se almejem melhorias sociais e morais para os integrantes dessa fábula social, nada indica que os bons sentimentos apregoados consigam conquistar o coração de todos para que, juntos, trilhem pelo caminho da ‘Economia Solidária’, até o momento em que os ventos do capital destruam esse castelo de areia (WELLEN, 2012, p.398).

Nesse contexto de análise e crítica, em 2015, a ONG Ação Moradia, provavelmente pela conjuntura e as limitações estruturais que permeiam à Economia Solidária, terminou fechando algumas unidades produtivas, dentre elas a horta, a de manutenção de computadores

e o do artesanato, ficando ainda em funcionamento apenas a fábrica, o salão de cabeleireiros e a cozinha.

B5 aponta ainda várias causas relacionadas com o fechamento de tais unidades, segundo ela, o “esfriamento” dos empreendimentos. O primeiro problema constatado foi que

*quando elas chegavam elas tinham em mente que ela iam chegar aqui e trabalhar e imediatamente elas iam ter um salário fixo, só que a gente não estava conseguindo passar pra elas que o empreendimento era um negócio próprio e que nesse negócio você tem que trabalhar, tem que investir pra depois você ter retorno. Mas a maioria vem sem nenhuma outra possibilidade de recurso em casa. A maioria era gestora do seu lar e precisava de uma renda mensal. Aí quando chegava aqui e não conseguia essa renda mensal, ela saía. Tinha essa evasão, ela saía e ia procurar emprego fora do que elas tinham sido capacitadas. Aí estava tendo muita evasão (B5).*

Para B5, o empreendimento que tinha maior evasão da comunidade era o de artesanato, pois demandava, “[...] um maior tempo para o retorno financeiro” (B5). As vendas aconteciam em feiras e exposições que não ocorriam frequentemente, denotando-se com isso, a ausência de uma rede de comercialização capaz de dar continuidade e fluidez ao processo da Economia Solidária.

Enquanto moradora do bairro, logo depois de ingressar na ONG no ano de 2013 para participar do já citado programa de extensão promovido pela Faculdade de Educação da UFU, foi possível constatar que no entorno da ONG tais atividades produtivas não eram do conhecimento de grande parte da população no que diz respeito, especificamente, aos processos de divulgação e de comercialização do trabalho realizado pelas unidades produtivas.

Outra dificuldade encontrada nessas unidades foi associada às questões de relacionamento interpessoal e de trabalho, na prática para um dos inquiridos nesta pesquisa, apesar de “famosa a economia solidária”, se teria chegado à conclusão de que na verdade ela não existia.

*Não existe, ou existe só na teoria, mas não existe entre os empreendedores. A gente prega muito, fala muito, ensina muito sobre economia solidária, a troca, e a pessoa não troca, não aceita aquilo pra si (B5).*

E um exemplo disso poderia ser visto na unidade produtiva do salão de beleza:

*As meninas do salão vem, faz o curso, tem o seu cliente, e não consegue conviver dentro do mesmo salão. Então a maioria fala: 'A eu quero ter o meu próprio salão', 'A eu não aceito trabalhar com fulano, o fulano está pegando os meus clientes', então é a relação interpessoal (B5).*

Situação esta que, de acordo com parte dos inquiridos, mostrava uma contradição entre os princípios da Economia Solidária e a dinâmica do capitalismo ao qual já estavam “acostumados”, sendo este, um dos motivos que poderiam explicar em parte o motivo do fechamento dos empreendimentos propostos pela ONG Ação Moradia.

Outro exemplo disso poderia ser constatado nos momentos em que ocorria a distribuição das receitas em todas as unidades produtivas:

*A receita era dividida, e era uma luta todo mês na divisão da receita por quê? 'Ah, mas eu trabalhei mais que a colega'. A dificuldade da divisão da receita sempre foi muito grande (B5).*

Assim como também, considerava-se que pelo fato de se tratarem de unidades produtivas com dinâmicas de conhecimento diferentes, entendia-se que a capacitação dos participantes em termos de gestão dos processos administrativos e de comercialização em cada unidade deveria ocorrer de forma diferenciada para atender objetivos diferentes, coisa que parecia não ocorrer de forma efetiva na ONG à medida que estas ações eram tratadas conjuntamente.

Finalmente outra dificuldade identificada foi relacionada com o fato de que à medida que eram conseguidas emendas parlamentares ou recursos financeiros oriundos de projetos junto às entidades financiadoras públicas ou privadas, as unidades continuavam a produzir, mas no momento em que este tipo de recurso financeiro se esgotava, aumentavam as dificuldades de gestão das unidades.

*Teve época na ONG que a gente estava com 16 projetos. [...] tinha recurso em matéria prima, entrava recurso em material didático, entrava recurso em material de trabalho, conseguia recurso de pessoas. Então, a gente tinha esses projetos para estar movendo, movimentando as Unidades Produtivas e deixá-las sempre ativas. Depois que foi acabando esses projetos a gente não foi conseguindo outros, aí foi diminuindo a nossa rotina de trabalho. Porque infelizmente sem recurso a gente não tem... Assim, se limita demais, então, manter projetos sem recurso não tem jeito. A gente não consegue manter projetos sem recurso, e teve uma época que a subvenção que vinha reduziu muito. Diminuiu muito a subvenção (B5).*

Como resultado dessa conjuntura, as unidades produtivas começaram a esvaziar e a maioria das trabalhadoras deixou de participar, sendo o único empreendimento que sempre manteve suas atividades em funcionamento foi a fábrica de tijolos.

*Porque a fábrica sempre gerou a sua própria renda, porque é uma coisa diferente. A matéria prima é difícil de conseguir? É. Mas não é tão difícil. A renda das empreendedoras é melhor porque elas conseguem pagar seu próprio salário. E a gente conseguindo compradores para os tijolos elas conseguem se manter tranquilamente. Então a renda lá é maior, e assim, a construção civil não para. Então cresce todos os dias, então o tijolo sempre teve uma área melhor de mercado (B5).*

Vale ressaltar ainda, que no portal da ONG é afirmado que esta entidade é conhecida mundialmente pela inovação em relação aos Tijolos Ecológicos, pois eles são menos prejudiciais ao meio ambiente do que o convencional, e não é necessário ir ao forno no processo de fabricação. Ele é prensado com solo arenoso (85%) e cimento (11%), depois é curado com água (4%) e secado naturalmente.

Nesse sentido e por consequência, no ano de 2015, a ONG abandonou definitivamente os princípios da Economia Solidária na unidade de fabricação de tijolos, deliberando pela formalização desse empreendimento como empresa e a consequente contratação dos seus trabalhadores com carteira assinada, de acordo com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Regime este que, terminou fortalecendo um “sentimento de vínculo” e de “força de vontade” para trabalhar na instituição, principalmente, entre aqueles que trabalharam informalmente no contexto da Economia Solidária em anos anteriores.

*Eu já trabalhei, mas só que eu ficava mais ou menos 1 mês e saía. E pra minha vida profissional foi muito ‘bão’, por que assim, a primeira vez que eu assinei carteira foi aqui, eu nunca tinha assinado carteira. Então foi muito bom (C3).*



Figura 21 - Imagem da Fábrica de Tijolos Ecológicos.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (Sem data).

Isto apesar de considerar que o trabalho realizado em sua maioria por mulheres, na fábrica de tijolos “*muito pesado*” por implicar o constante carregamento de terra e tijolos:

*Hum, assim ele é pesado. Não é maneiro não, mas a gente tendo força de vontade vai longe (C3).*

*[...] o tanto de tijolo que sai, já sai dali de dentro feito por nós, e é caminhão grande. É bom trabalhar lá, mas é pesado, para agüentar tem que ter sangue na veia [...] a maioria chega assim, olha e diz: ‘Nossa esse serviço não é pra mulher não, é serviço pra homem’. E ‘nóis’ vai e mostra que é pra mulher também. É bom sô, a gente acostuma, tem que fazer a experiência de três dias, se você passar os três dias aí passa de boa (C2).*

*Eu entrava às 08hs e saía às 17hs, só que o trabalho lá é pesado, eu passei só pela fábrica. Tem gente que trabalhou na limpeza, olhando criança, só que eu cheguei direto na fábrica e fiquei direto na fábrica, só que o serviço lá era muito pesado porque tanto que é que eu saí de lá com problema nas minhas pernas, na minha veia, minhas veias ficaram todas arrebitadas [...] Eu saí mesmo por motivo de doença, se não fosse eu acho que ainda estaria lá (B2).*

*Ah eu acho que mesmo tendo aqueles instrumentos tudo eu acho muito pesado sabe [...] Eu acho que é por causa disso, igual assim quando eu fui lá, eles tinham pegado aquelas máquinas lá, acho que era de pegar areia, mas gente mesmo assim, olha o esforço que você tem que fazer para colocar aquele trem lá dentro. Eu mesmo coitadinha, pegava os tijolos e colocava no carrinho, minha mão cheia de calo, Deus me livre (B4).*

Ao refletir sobre as condições de trabalho na unidade de produção, é citado também um aspecto relacionado, justamente, com a saúde, que provavelmente terminou, contribuindo para a mudança de regime salarial. Trata-se do fato de que no âmbito da Economia Solidária,

as trabalhadoras tinham que pagar o imposto previdenciário na qualidade de trabalhadoras autônomas, aspecto que motivava estas a solicitar que a ONG passasse a assinar as suas respectivas carteiras de trabalho.

*Antes a gente pedia mesmo pra eles assinarem a carteira, por que a gente já pagava o INSS né? Só que a gente queria mesmo era assinar carteira pra receber o PIS, o 13º. Por que a gente só pagava o INSS (B2).*

Entretanto, a ONG incentivava as trabalhadoras a se tornarem Micro - Empreendedoras Individuais (MEI), para assim pagar o imposto previdenciário:

*[...] eles falavam que era importante, a gente que não queria parar a produção para fazer o Empreendedor Individual, mas sempre que a gente entrava elas falavam que tinha que abrir o MEI pra estar segurada de qualquer coisa (B2).*

E, diante destas questões, foi surgindo entre as próprias trabalhadoras, a proposta de mudança do regime de trabalho informal ou autônomo para o assalariado:

*Ah eu acho que mudar, deveria mudar a fábrica mesmo, colocar mais pessoas trabalhando lá, porque na época acho que tinha muita pouca pessoa, e tinha uma dificuldade enorme pra arrumar pessoas pra trabalhar na fábrica, eu acho que eles deviam igual eles estão fazendo agora, contratar, assinar carteira tudo direitinho pra chamar pessoas, porque quanto mais pessoas o serviço fica mais leve (B2).*

Somado a isso, entrevistados inquiridos lembraram-se de uma contradição que, na época, terminava prejudicando a produtividade no trabalho que era realizado nas unidades produtivas à medida que eram retiradas da produção para realizarem cursos de formação e palestras. Então, ou faziam os cursos ou produziam:

*As vezes a gente estava precisando bater a meta assim pra, em um tempo de chuva por exemplo, aí chegava o dia que tinha o curso de informática, daí vinha o solzinho e a gente tinha que peneirar, produzir, ou peneirar e tirar os tijolos, mesmo assim a gente sabia que era importante os cursos, mas mesmo assim a gente queria produzir [...] a gente recebia por produção, então se a gente fizesse muito a gente recebia muito, se a gente fizesse pouco a gente recebia pouco (B2).*

Segundo Antunes (2008), é por meio do trabalho que os seres humanos se diferenciam da forma de vida dos animais. É pelo trabalho que o homem passa a se dotar de consciência, mas

Se por um lado, podemos considerar o *trabalho* como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em *trabalho assalariado, alienado, fetichizado*. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em *meio de subsistência* (ANTUNES, 2008, p. 3).

Segundo este autor, “outro exemplo forte desse processo de ocultamento das novas modalidades de exploração do trabalho é o chamado empreendedorismo” (ANTUNES, 2008, p. 5). Isso é só mais uma forma de perda de direitos e garantias sociais. Os trabalhadores tradicionais herdeiros das indústrias tayloristas e fordistas dão lugar a esses novos trabalhadores, presentes nas diversas modalidades de trabalho precarizado, “São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global” (ANTUNES, 2008, p. 8).

Além disso, o desemprego que atinge milhares de pessoas no Brasil exclui os jovens em idade do primeiro emprego, despreza pessoas acima de 40 anos que são considerados “idosos” perante o capitalismo, desacredita sujeitos com pouca formação, entre tanto outros que sofrem com empregos precarizados ou com o desemprego. E é esse público que em sua maioria frequenta instituições como a ONG Ação Moradia.

Antunes aponta que com todos esses desdobramentos há uma expansão do Terceiro Setor que assume uma forma:

[...] alternativa de ocupação, através de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, onde predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado (ANTUNES, 2008, p.10).

Com o quadro de desemprego estrutural, há um crescimento do Terceiro Setor.

Esta forma de atividade social, movida predominantemente por valores não-mercantis, tem tido certa expansão, através de trabalhos realizados no interior das ONGs e outros organismos ou associações similares. Trata-se, entretanto, de uma alternativa extremamente limitada para compensar o desemprego estrutural, não se constituindo, em nosso entendimento, numa alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista e,

conforme indicamos anteriormente, frequentemente mascararam formas precarizadas de trabalho (ANTUNES, 2008, p. 10).

A terceirização acaba se tornando uma continuidade do trabalho precarizado, como afirma o autor. Foi possível identificar nos depoimentos, que a maioria dos entrevistados busca direitos trabalhistas, ou seja, um salário fixo, férias, 13º salário, entre outros. E não ter esses direitos atrelados às condições de trabalho faz com que a rotatividade de trabalhadoras na ONG seja alta, principalmente na fábrica de tijolos.

Por outro lado, no que diz respeito à unidade produtiva cozinha, vale citar que esta conta com maquinaria para a produção de pães. No começo das atividades desta unidade, era retribuído um valor fixo para os trabalhadores envolvidos, além de serem fornecidos todos os materiais. A produção de pão era e continua a ser voltada para as crianças e adolescentes que ficam na ONG. A Ação Moradia terceiriza o trabalho para a unidade de produção.

*Começamos a fornecer os pães devagar para eles, agora é a quantidade de 280 pães todos os dias (A5).*

As vendas dos produtos da unidade produtiva, também chamadas de “empreendimentos” pelos trabalhadores, ficavam restritas, segundo os inquiridos, aos visitantes da ONG ou às feiras solidárias que a própria instituição organizava, assim como também, em momentos pontuais em exposições e eventos ocorridos fora da ONG Ação Moradia.

Em relação à unidade do artesanato, vale citar que os participantes chegavam a alcançar uma renda mensal de aproximadamente R\$ 300 (trezentos reais), sendo que os motivos alegados para o fechamento também foram relacionados com a necessidade de aumento de renda e de trabalho com carteira assinada.

*[...] porque uma das meninas que tinha o mesmo tempo que eu já estava interessada em arrumar um serviço de carteira assinada. Aí a primeira falava tanto que queria arrumar um emprego de carteira assinada, aí ela conseguiu e teve que sair porque tinha arrumado outro emprego. E assim elas foram saindo aos poucos. Aí assim que uma arrumou, as outras foram arrumando e eu sobrei (risos), foi aí que eu tive a oportunidade de ser contratada (C5).*

Como pode ser analisado, é possível observar que todo o processo implementado para promover a geração de trabalho e renda entre a comunidade de baixa renda socioeconômica na ONG foi profundamente condicionado por fatores econômicos,

relacionados também à busca de emprego com direitos trabalhistas, apesar da própria associação, apontar a possibilidade de um caminho diferente a esse por meio da proposição da Economia Solidária.

*A intenção da instituição incubadora não é ficar com o empreendimento aqui dentro, é para a pessoa aprender o curso, trabalhar um pouco e dizer: 'Agora eu consigo ter minha gestão própria. Vou sair'. Aí o empreendimento sai da instituição e dá lugar pra outro empreendimento (B5).*

Entretanto e apesar da proposta, pode ser observado que a realidade concreta imposta pelo mundo do trabalho formal terminou sobre determinando toda a política da ONG neste setor, à medida que a baixa remuneração, a impossibilidade objetiva dos ex-usuários montarem seus próprios negócios, assim como também, a impossibilidade de nem sequer conseguir emprego formal fora da ONG, somente foi possível encontrar o registro de uma pessoa entrevistada que foi capaz de abrir seu próprio negócio reconhecendo que para chegar a isso, esta teve que fazer parte de todo o processo de produção de sua unidade de trabalho até tornar-se ela própria, monitora e gestora de projetos formulados pela ONG, aspecto este que permitiu a ela, inclusive, realizar cursos e participar de eventos não disponibilizados para os demais colegas. Dinâmica esta que, no nosso entendimento, deveria ser a base e a essência de um processo completo de formação, neste caso para a emancipação de trabalhador em todos os sentidos, pessoal e profissional.

#### **4.4.3 A política de segurança alimentar da ONG Ação Moradia**

A segurança alimentar é um dos itens contemplados no estatuto da ONG Ação Moradia. Para alcançar esse objetivo, a comunidade de baixa renda socioeconômica que participava dos cursos era cadastrada por voluntários da entidade para receber mensalmente cestas básicas de alimentos que eram montadas por meio de um processo de doação organizado pela própria ONG.

*Na época a gente amarrava o projeto da cesta básica não somente pelo grau da pobreza e da necessidade, mas pela inserção nos projetos. Então eles vinham, a gente olhava pra poder dizer quem mais tinha necessidade para poder receber a cesta de alimentos. Durante muitos anos a gente caminhou dessa forma. Até eu ouvir o apelo de quem estava dando os cursos de capacitação, dizendo que as pessoas não estavam indo pelo curso de*

*capacitação, não estavam interessados pelo curso, mas pela garantia da cesta básica (D4).*

Figura 22 - Cestas básicas para doação.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (Sem data).

Diante dessa situação, a ONG decidiu que, ao invés de proporcionar a cesta básica para as famílias dos cursistas, estas seriam atreladas ao trabalho voluntário na ONG, com o objetivo de mobilizar a comunidade para a prestação de serviços comunitários em forma de apoio à instituição, em troca dos benefícios.

*A família que quiser receber cesta básica vai ter que dar apoio para o centro comunitário, vocês mesmos dando apoio para vocês mesmo [...] e junto com o setor psicossocial começamos a pesquisar quem poderia dar apoio á horta, a limpeza, a cozinha, portaria, telecentro (D4).*

Lembrando que para constatar a condição socioeconômica de uma família, voluntários da ONG visitavam as moradias da comunidade participante. De acordo com um dos gestores da associação, este tipo de sistemática foi mudando com o tempo, ao ser estabelecido, por exemplo, que um dos critérios de exclusão do programa seria o de contar com celular, uma vez que na época o acesso a este tipo de aparelho era para poucos. “*Quem tinha celular era o primeiro critério de exclusão*” (D4).

No relatório da entidade apresentado em 2015, afirma-se que para participar do programa era necessário morar nos bairros Dom Almir, Prosperidade, Joana Darc, São Francisco ou Zaire Rezende; ter a necessidade de cesta básica (renda familiar baixa para o sustento da família ou estar desempregado), bem como, prestar 12 horas semanais de serviço voluntário em um dos programas da ONG Ação Moradia (limpeza, auxiliar de crochê, auxiliar de bordado, auxiliar de cozinha e auxiliar na monitoria das crianças). Ainda nesse mesmo

relatório é mencionado que a cesta básica era composta por: 10kg de arroz tipo 1; 2 litros de óleo; 2kg de feijão; 4kg de açúcar; fubá; 1kg de macarrão; 1 lata de extrato.

Tomando como base dados fornecidos pela ONG ao analisar os relatórios de 2002 a 2014, foi possível identificar o número de famílias atendidas mensalmente nesse período até o ano de 2007 e, posteriormente, 2014, faltando portanto dados correspondentes ao período 2008-2013 (tabela 15). De acordo com um dos gestores inquiridos, no momento de organizar tais relatórios, infelizmente, *não foram encontrados os dados faltantes* (G5).

Tabela 15 - Quantidade de famílias atendidas no programa “Segurança Alimentar” da ONG Ação Moradia no período de 2002-2014.

Ano	Quantidade de Famílias
2002	90
2003	90
2004	95
2005	200
2006	75
2007	125
2008 – 2013	Sem dados
2014	48

Fonte: Dados encontrados nos relatório da ONG Ação Moradia.

Para a comunidade afetada pelo Programa de Segurança Alimentar, a partir de 2010, foi proposto que esta participasse de uma atividade de capacitação semanal (palestras, oficinas, debates, etc), e quem o fizesse receberia um vale compras de R\$ 50 (cinquenta reais) para ser gasto em um supermercado da região, bem como 30 Horas-Ação que corresponderiam a uma “Moeda social” que seria utilizada no contexto da Economia Solidária, para realização de compras numa feira de alimentos e outros produtos elaborados nas unidades produtivas da própria entidade inaugurada em 2013. Nesse sentido, tais produtos seriam ofertados com determinados valores de “horas-ação”.

Figura 23 - Moeda Social da ONG Ação Moradia.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (2015).

A finalidade da “Feira Solidária” era contribuir para buscar soluções do desemprego na região por meio da troca de produtos, serviços e saberes entre as unidades produtivas e os participantes da instituição, sendo que a moeda social não era restrita somente para os participantes do Programa Segurança Alimentar, mas para todos os membros da associação.

Como parte da Economia Solidária, este tipo de sistemática serviria como possibilidade de constituição de um mercado onde existe falta de dinheiro oficial capaz de viabilizar e comercializar mercadorias produzidas pela comunidade participante da ONG, assim como também, facilitar o acesso da comunidade em geral ao consumo de produtos e serviços gerados na região, tornando a troca desses produtos e serviços permanente e organizada.

Os produtos vendidos na feira solidária eram doações adquiridas pela ONG, como roupas e calçados usados e produtos confeccionados nas unidades produtivas. Como exemplo, a unidade produtiva da cozinha vendia lanches, bolos e doces produzidos, em troca da moeda solidária.



Figura 24 - Produtos da unidade produtiva cozinha na Feira Solidária.



Fonte: Imagem tirada pela autora (2015).

Figura 25 - Produtos da Feira Solidária da ONG Ação Moradia.



Fonte: Imagem tirada pela autora (2015).

Entretanto, o vale compras foi extinto no ano de 2015, permanecendo somente a cesta básica e a denominada “moeda social”, situação esta que não foi bem aceita por grande parte da comunidade participante, tal como mencionado por A3 e A4:

*[...] até o mês passado a gente ganhava um passaporte. Passaporte é um pequeno documento que dá direito de você ir em um supermercado que tem aqui no bairro e gastar lá 50 reais. Dava pra comprar carne, comprava coisas assim, que não tem na feirinha que a gente comprava lá. Mas agora a gente perdeu essa boca né? O pessoal está chateado com isso. As meninas voluntárias estão chateadas por causa disso. Agora é hora-ação, e hora-ação fica difícil de você gastar (A4).*

*Quando eu pego o vale eu compro carne, compro verdura, a cesta eu pego e não preciso comprar [...]Mas cortar o vale não é bom não. Pois vai ser só a Hora Ação (A3).*

Além disso, até 2015, ano em que a feira continuava a funcionar, os produtos comercializados não eram considerados suficientes para atender as necessidades de todas as famílias.

*Porque a fila é muito grande, quando chega a sua vez tem só um restinho de coisa para você comprar. Eu já participei de umas 3 já. A gente compra com hora-ação. Mas só que tem por exemplo, tem vinte arroz, vinte feijão, vinte óleo, isso não dá pra comunidade toda, e é aberta para a comunidade. Quando chega a vez da gente já acabou tudo, já não tem mais nada. Você procura um leite já não tem, então é pouca quantidade, porque eles não tem muita quantidade. Até que a qualidade é muito boa, mas a quantidade é pequena. Por exemplo, a gente só pode comprar dois leites, dois óleos (A4).*

Por outro lado, ainda em relação ao Programa Segurança Alimentar, a ONG também organiza e realiza desde 2003 um “Almoço de Natal” que acontece anualmente.

*A escola municipal perto da igreja onde aconteciam as atividades da ONG, a diretora colocou a disposição a escola, quando no ano de 2002 eu propus a ela fazer o primeiro almoço de natal, esse ano vamos fazer 13 anos de almoço de natal. O primeiro foi nessa escola e o segundo também, porque nós só terminamos a construção do prédio do centro de formação em dezembro de 2003 (D4).*

Figura 26 - Imagem do primeiro almoço de Natal realizado pela ONG Ação Moradia no ano de 2002.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (2002).

Para o almoço são convidadas as famílias que fizeram alguma atividade na ONG durante o ano. Em 2015 a programação do almoço de natal contemplou apresentações culturais das crianças atendidas pela ONG, concurso de poesia e até mesmo a feira solidária. Foram esperadas cerca de 1.900 pessoas. Tanto o almoço quanto a feira solidária aconteceram por meio de doações.

Em relação ao Programa Segurança Alimentar, vale ressaltar, tomando como base o capítulo 2, que no contexto da sociedade contemporânea, condicionada fundamentalmente pelo modo de produção capitalista, a questão da pobreza e suas consequências sociais foram sendo historicamente abordadas pelos estados nacionais por meio da adoção de políticas paternalistas, filantrópicas e assistencialistas, com base na pressão social exercida pelos movimentos oriundos das classes populares. Políticas estas também condicionadas pelos fatores que influenciam cada conjuntura econômica vigente.

Nesse sentido, de acordo com depoimentos dos gestores da entidade, pode ser identificado que, em particular, o Programa Segurança Alimentar sempre foi afetado pelas conjunturas econômicas de cada época, tanto quanto os programas sociais públicos destinados à superação da pobreza.

Em outras palavras, em época de pleno desenvolvimento econômico, que por sua vez ocorreu no Brasil principalmente no período 2003-2013 e contribuiu para a adoção de programas e benefícios sociais destinados à superação da pobreza, a comunidade dos bairros do entorno da ONG Ação Moradia parece ter acessado em menor número o Programa de Segurança Alimentar, enquanto que a partir de 2014, diante do advento de uma nova crise econômica ainda sentida no início do ano de 2016, o número de participantes desse mesmo programa voltou a crescer de forma significativa.

Figura 27 - Folder do Almoço de Natal do ano de 2015.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (2015).

Segundo um dos gestores da ONG, a crise enfrentada no ano de 2015, e as previsões feitas pelos economistas para o ano de 2016 já refletiram, no momento da finalização desta dissertação, uma maior procura da comunidade para atendimento das suas necessidades básicas, tais como a alimentação, devido principalmente ao aumento do desemprego entre os membros das famílias da comunidade. Situação esta que parece demonstrar, mais uma vez, não somente o quanto as políticas sociais assistenciais dependem, por um lado, da situação econômica do país, mas também que em tempos de crise esta parece afetar com maior profundidade as classes menos favorecidas.

À medida que tais políticas sócioassistenciais não contribuem ou parecem contribuir muito pouco para modificar a lógica instituída pelo sistema capitalista no que diz respeito a questões, tais como a injusta e historicamente conhecida distribuição da riqueza, vale ressaltar, por exemplo, o estudo da ONG britânica “Oxfam” divulgado em janeiro de 2016, antes da reunião anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, o qual constata que a riqueza dos 62 personagens mais ricos do mundo aumentou 44,0% desde 2010, enquanto que a riqueza dos 3,5 bilhões mais pobres caiu 41,0% (SOUZA, 2016). O que significa dizer, em outras palavras, que as 62 pessoas mais ricas do mundo tinham acumulado em 2015 a mesma riqueza que a soma de metade da população mundial, ou que os ricos continuaram a ficar cada vez mais ricos à medida que os pobres continuaram mais pobres com o agravante de que nenhuma ação concreta tinha sido implementada para diminuir tal

desigualdade a qual aumentou significativamente nos últimos anos em todo o mundo (SOUZA, 2016).

No que diz respeito à cidade de Uberlândia, vale destacar uma reportagem do Jornal MG-TV local divulgada no dia 2 de fevereiro de 2016, onde foi afirmado que tinha sido identificado um aumento de 44,0% de moradores em situação de rua, muitos dos quais se encontravam procurando ONGs e equipamentos públicos para receberem ajuda em termos de alimentação e hospedagem. A reportagem destacou ainda que, de acordo com depoimentos de moradores de rua e gestores de ONGs, este aumento no número de pessoas em situação de rua estava sendo associado ao desemprego resultante da crise econômica.

Portanto, partindo do pressuposto de que “é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2014, p. 27), assim como também de políticas de combate a pobreza diferentes, ressalta-se a necessidade de se repensar e investigar em profundidade até que ponto as ações de segurança alimentar, bem como os cursos ofertados por entidades como a ONG Ação Moradia, contribuem, de fato, para a superação da pobreza de forma estrutural e a conquista efetiva e permanente de direitos, tais como a própria alimentação, além da moradia.

Por esse motivo, considera-se também importante ressaltar que no contexto do modo de produção capitalista vigente, o qual é também produtor e reproduzidor da pobreza vigente, tal como explicitado no capítulo 2, reconhecemos a importância das ações da ONG Ação Moradia, considerando as necessidades da comunidade decorrentes da pobreza objetiva imperante nos bairros do seu entorno.

Entretanto, deve ser reconhecido, também, que tais ações assistenciais, longe de serem tratadas dentro da lógica de uma política de Assistência Social efetivamente transformadora das condições sociais, parecem continuar a reproduzir antigas lógicas de naturezas filantrópica e assistencialista que, em essência, aplainam contradições sociais em detrimento da necessária formação (capacitação), organização e mobilização política e social dos menos favorecidos. Isto contrariamente à busca, inclusive político-pedagógica, da emancipação política e humana da população, tal como anunciado por Marx e tratado no capítulo 2, para a compreensão e busca de superação, não somente de necessidades sociais, mas principalmente da lógica fundante da pobreza instituída na modernidade pelo sistema capitalista.

#### **4.4.4 Formação moral, profissional, cultural e cidadã**

O Estatuto da ONG Ação Moradia apresenta como um dos objetivos da entidade, a promoção da educação com ênfase na cultura e nas artes, com vistas à formação moral, profissional e cultural. No capítulo 3 da presente pesquisa, foi constatado que no entorno da ONG, desde 2002, havia uma real demanda da comunidade por locais de atendimento para crianças e adolescentes no período extra-turno escolar.

Diante disso, a ONG começou a organizar atividades artísticas, culturais esportivas e de cidadania associadas à complementação alimentar para crianças e adolescentes, com a condição de que as mães participassem de cursos e outras atividades ofertadas pela entidade em horários extra-turno por meio de um projeto denominado “Formação Infanto-Juvenil” a ser implementado com crianças de 6 a 16 anos em horários matutino e vespertino, complementares ao da escola de ensino regular.

Tabela 16 - Número de crianças atendidas pela ONG Ação Moradia no período de 2002 à 2014.

<b>Ano</b>	<b>Número de Crianças atendidas</b>
2002	80
2003	80
2004	120
2005	-
2006	100
2007	100
2008	120
2009-2013	Sem dados oficiais
2014	235
Média Geral	119,28

Fonte: Dados retirados dos relatórios anuais da ONG Ação Moradia (2015).

Como podemos analisar na tabela acima, a ONG Ação Moradia atende no projeto Formação Infanto-juvenil uma média de 119 crianças entre 6 e 16 anos, desde o ano de 2002, retirando deste cálculo o período de 2009-2013, no qual, tal como mencionado anteriormente, não foram encontrados dados estatísticos produzidos em relatórios da associação.

Tal como pode ser observado na tabela 16, no ano de 2014, praticamente dobrou o número de crianças e adolescentes atendidos pelo projeto devido a uma parceria estabelecida com várias ONGs do município e a Prefeitura Municipal de Uberlândia motivada pelo fechamento de todas as instituições municipais do Núcleo de Apoio à Criança e ao

Adolescente (NAICA)<sup>7</sup>, como parte de uma política de reformulação dessas instituições no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Especificamente, as crianças e adolescentes que participavam das atividades do NAICA localizado no bairro Morumbi, foram alocadas em duas ONGs, uma delas a ONG Ação Moradia. No que diz respeito às atividades do projeto Formação Infanto-juvenil, as atividades oferecidas pela ONG foram: música, dança, teatro, reforço escolar, informática, artes marciais, oficinas de reciclagem, dentre outras atividades de natureza cultural e lúdica.

De acordo com informações contidas em praticamente todos os relatórios apresentados pela ONG Ação Moradia, a ideia central de tais atividades seria contribuir em termos educacionais para proporcionar orientações úteis para a vida e o exercício da cidadania por meio de ações culturais, de lazer, esportivas e artísticas, entendidas estas como parte de uma vivência “diferenciada” entre as crianças da periferia, capaz de promover uma formação voltada futuro.

Nesse contexto, apesar de constar como projeto, dentro das atividades propostas encontra-se o projeto intitulado “Música e Cidadania pela Paz Social” formulado e implementado em parceria com o 17º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais desde 2008, com a finalidade de promover a cidadania, diminuir a violência e proporcionar, às crianças, adolescentes e seus familiares, melhor qualidade de vida, tendo a música como agente transformador.

Nessa ação, os alunos frequentam oficinas de teoria e prática musical na ONG, aprendem sobre cidadania, cultura, disciplina, convívio social, respeito aos valores cívicos, e, ainda resgatam sua autoestima por aprender a tocar um instrumento musical.

Todo o material didático, bem como as aulas e os instrumentos musicais são oferecidos gratuitamente aos alunos. Por meio do projeto, foi formada uma banda mirim que se apresenta em eventos de instituições públicas e privadas. O programa atende, em média, 75 crianças e jovens, e mais de 70 encontram-se na lista de espera.

---

<sup>7</sup> NAICA - Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Com atendimento em caráter preventivo para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em período extra-escolar na cidade de Uberlândia, por meio de atividades de promoção, proteção e socialização possibilitando o seu desenvolvimento psicossocial. Neles eram oferecidas oficinas como: informática, artesanato, dança, capoeira, teatro, coral e fanfarra. De acordo com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, em 2013, a capacidade de atendimento mensal dos Naicas era de aproximadamente 1.695 crianças e adolescentes. Disponível em: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/noticia/3081/naicas\\_fazem\\_rematricula\\_de\\_crianças\\_e\\_adolescentes.html](http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/noticia/3081/naicas_fazem_rematricula_de_crianças_e_adolescentes.html)>. Acesso em: 10 out. 2015.



Figura 28 - Apresentação do Projeto Música e Cidadania pela Paz Social.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (Sem data).

Dentre os entrevistados inquiridos nesta pesquisa, dois participaram do projeto “Formação Infanto-Juvenil” por causa das mães que faziam atividades na ONG.

*Então, nossa eu fiz muita coisa lá. Eu comecei com o projeto de música né? Aí depois eu me tornei monitora do projeto de música, aí eu já dava aula pras criancinhas lá. Aí depois disso eu subi para a comunicação. Aí eu fiquei lá na comunicação cuidado da rádio, do blog, do Portal (B3).*

*[...] eu fiquei muito tempo lá. Mas assim eu participei de todas as atividades que tinham. Quando eu era pequena tinha essas atividades como dança, teatro, balé. Todas essas atividades assim. Aí depois eu participei do blog da ONG Ação Moradia, participei da música, enfim, acho que participei de quase todas as atividades que a ONG oferece (B1).*

Algumas atividades culturais são abertas à comunidade.

Figura 29 - Apresentação Cultural na ONG Ação Moradia.



Fonte: Imagem cedida pela ONG Ação Moradia (Sem data).



Além do projeto de Formação Infanto-juvenil, a ONG realizou algumas parcerias pontuais com instituições públicas e privadas, voltadas para os jovens e adolescentes. Um deles, realizado em 2011 e intitulado “Coletivo Coca-Cola”, o qual tinha como objetivo,

desenvolver comunidades carentes por meio da educação. Aos jovens, de idade entre 15 e 25 anos, é dada a oportunidade de estudar sobre o mercado de varejo e se colocar, assim, no mercado de trabalho. Esta iniciativa aumenta a autoestima destes jovens, melhora as relações familiares, gera emprego e renda e, conseqüentemente, desenvolve a comunidade. É um espaço para potencialização de talentos e troca de conhecimento (UBERLÂNDIA REFRESCOS, 2015).

O referido projeto teve duração de três anos e foi concluído em 2014, devido ao alto custo para a instituição apoiadora uma vez que a quantidade de alunos era insuficiente para poder cobrir os gastos decorrentes da realização do projeto. Resumindo “*o custo-benefício do projeto não estava acontecendo*” (D5).

Outro projeto pontual realizado em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia, intitulado “Coletivo (Re) Ação”, onde a presente pesquisadora teve a oportunidade de participar como professora, tinha como um de seus objetivos contribuir com a preparação dos jovens para as provas do vestibular e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O projeto foi desativado por iniciativa dos membros da universidade no final do ano de 2014.

Quando questionados os sujeitos inquiridos a respeito de tais projetos, vários depoimentos referem-se especificamente ao projeto “Formação Infanto-Juvenil”, ressaltando como aspecto positivo o fato de que esta ação contribuía, de fato, para retirar da rua os jovens da comunidade em situação de vulnerabilidade social.

*Eu acho que é tirar as crianças da rua, por causa da droga mesmo em si, do tráfico, desses trem, porque eles estão aqui, estão fazendo atividades, ocupando a cabeça, e chega em casa eles estão cansados, praticamente janta e dorme (C4).*

*Olha eu acho assim, que a ONG para a comunidade em geral, é como uma mãe. Porque nossa só da gente estar tirando as crianças da rua, e oferecer pra elas as coisas boas que tem aqui dentro, que oferece (C1).*

*Olha, eu acho assim, depois que surgiu a ONG aqui, acho que ajudou muitas famílias. Tiraram muita criança da rua, que ‘invés’ das crianças estar na rua estão aqui, e a mãe está aqui ainda, fazendo curso de graça. E*

*tá ganhando uma cesta. Tá trabalhando. E os filhos está aqui. Não precisa de você ficar preocupado com o filho na rua (C3).*

*[...] eu acho que ajuda também as crianças a sair da rua (B2).*

Tal como descrito no capítulo 2, os moradores dos bairros do entorno da ONG tem plena consciência da existência de problemas relacionados com violência e drogas, assim como também, da falta de “opções” de lazer, escolas e outros equipamentos públicos, motivo pelo qual há uma demanda reprimida por parte da população por locais onde as crianças e adolescentes possam frequentar fora dos horários escolares, tornando-se a ONG Ação Moradia, um espaço significativo para preencher a falta de equipamentos públicos correlatos.

#### **4.5 Colaboração com outras entidades e a relação com o poder público**

Considerando que a ONG Ação Moradia contempla no seu estatuto a realização parcerias com outras instituições que atuem nos bairros do entorno e que tenham objetivos semelhantes aos seus, por meio de ações como aquelas descritas nos itens anteriores, os entrevistados da comunidade afetada pela ONG foram questionados sobre quais instituições conheciam como parceiras da entidade, assim como também, interpelados se conheciam as relações da ONG com o poder público municipal.

Enquanto que para a primeira questão nenhum dos entrevistados lembrou-se do nome de algum dos parceiros externos na ONG, alguns mencionaram que sabiam de “conversas” com a Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), porém não no interior da associação e sim no âmbito dos encontros mensais da denominada “Rede Leste”, onde moradores, vereadores, agentes de saúde, entidades sociais como a própria ONG Ação Moradia e outras pessoas envolvidas com projetos sociais nos bairros do entorno, dialogam e debatem sobre as problemáticas existentes para pensar soluções.

Nesse contexto, foi identificada no relatório anual de 2013, a participação da ONG em uma passeata destinada a reivindicar a reutilização do centro de formação denominado “Lar de Amparo e Promoção Humana” (LAR), localizado no bairro Morumbi, por ter sido abandonado e posteriormente depredado. Tratava-se de uma entidade filantrópica fundada por um ex-vereador, atualmente deputado federal, para atendimento de crianças e adolescentes, a qual parece ter fechado por causa de dificuldades operacionais que conduziram à suspensão de recursos financeiros por parte da PMU no âmbito de uma administração de oposição aos interesses do citado deputado.



*seu projeto, e você vê que nem a educação conversa com a assistência social, a assistência social não conversa com a saúde. Então fica muito difícil, quando você tem na auto-esfera decisória, pessoas e secretários que não se conversam, na ponta é mais difícil que as ações sejam trabalhadas conjuntamente (D3).*

Segundo ele, era possível perceber que nas reuniões da rede faltava a existência de um diálogo mais concreto, isto é, capaz de ocasionar mudanças, de fato, no bairro, uma vez que os próprios representantes da PMU tinham dificuldades, inclusive, para se “abrirem” a esse diálogo.

*Ela não se abriu ao diálogo, de aproveitar a vivência, para encontrar soluções que poderiam mudar o bairro. Não existe uma abertura política infelizmente, para transformar as experiências já vividas em políticas públicas (D3).*

Relacionando estas questões com o capítulo 2, constata-se aqui o fato de que independentemente da bandeira ideológico-partidária defendida pelos governantes do município de Uberlândia, em maior ou menor medida, os poderes públicos instituídos têm utilizado historicamente as ONGs como entidades subsidiadas e terceirizadas para atendimento de parte dos serviços sociais de natureza pública que se destinam à população de baixa renda socioeconômica, sem recorrer, entretanto, a processos de fiscalização contínua e sistemática, bem como a pagar parte desses serviços com valores que, tal como mencionado pelos gestores da ONG Ação Moradia, são considerados insuficientes para poder atender as demandas sociais existentes na comunidade.

Por outro lado foi verificado, o fato de que diante do compromisso e do interesse em atender demandas da comunidade, tais como aquelas relacionadas com a atenção a crianças e adolescentes de 6 a 16 anos de idade, em horários extra-turno, considerando a falta objetiva de políticas públicas municipais destinadas ao combate contínuo da violência e do uso de drogas, assim como também, pela falta de equipamentos públicos e privados destinados à promoção da cultura, do lazer e do esporte, dentre outras atividades formativas, a ONG Ação Moradia então passou a recorrer não somente ao poder público municipal para a efetivação de projetos e subsídios, mas também para a realização de outras parcerias com instituições públicas como a Universidade Federal de Uberlândia, e privadas como a empresa Uberlândia Refrescos, tendo em vista a vontade política de contribuir com a qualidade de vida da população do entorno da associação.

Além disso, vale destacar a inserção da ONG em ambientes coletivos de debate que resultaram em ações populares de natureza reivindicatória, as quais entende-se que, em caráter político-pedagógico, terminam contribuindo de alguma forma com a qualificação política da própria comunidade envolvida, a qual considera-se importante para contribuir com a emancipação política dessa mesma comunidade. Ações estas que poderiam, no nosso entendimento, serem estendidas na forma de projetos para toda a comunidade participante das ações da ONG Ação Moradia, dentro dos limites e das possibilidades da conjuntura política e econômica vigentes.

#### **4.6 Recursos financeiros e voluntariado no Terceiro Setor**

Tal como foi visto anteriormente, de acordo com a conjuntura de cada época, a ONG Ação Moradia sempre procurou buscar meios e parcerias tanto de natureza filantrópica quanto assistencialista para viabilizar as suas atividades.

Tomando como exemplo o ano de 2015, D3 afirmou que a principal fonte de recursos financeiros da ONG era a PMU por meio da captação de recursos de subvenção social através da realização de quatro projetos que totalizaram R\$ 687.356,80 correspondendo, em média a R\$ 57.279,63 mensais.

Como pode ser observado na figura 32, em planilha retirada do banco de dados do portal transparência da PMU, foram localizados quatro projetos da ONG Ação Moradia, todos realizados junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Cada projeto conta com períodos de realização em tempos determinados e com valores diferenciados, sendo o primeiro, como exemplo, de duração de um ano com valor total de R\$ 503.464,00 o qual foi desembolsado em parcelas mensais de R\$ 41.955,00, e assim sucessivamente.

Figura 32 - Recursos financeiros repassados pela Prefeitura de Uberlândia para a ONG Ação Moradia no ano de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E T	ACAO MORADIA	02/01/2015	31/12/2015	Ativo	R\$ 503.464,00	R\$ 0,00	15/10/2015	R\$ 41.955,00	<a href="#">Detalhar</a>
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E T	ACAO MORADIA	14/07/2015	31/12/2015	Ativo	R\$ 17.596,80	R\$ 0,00	19/08/2015	R\$ 8.798,40	<a href="#">Detalhar</a>
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E T	ACAO MORADIA	02/01/2015	31/12/2015	Ativo	R\$ 156.000,00	R\$ 0,00	15/10/2015	R\$ 13.000,00	<a href="#">Detalhar</a>
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E T	ACAO MORADIA	17/07/2015	31/12/2015	Ativo	R\$ 10.296,00	R\$ 0,00	15/10/2015	R\$ 5.148,00	<a href="#">Detalhar</a>

Fonte: Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia (2015).

De acordo com um dos gestores da ONG entrevistados, os recursos são repassados pela PMU depois de ter sido efetivado um processo de prestação de contas sobre como tais recursos financeiros estavam sendo utilizados.

*O dinheiro vem, mas ele não está vinculado a uma parceria técnica, ela está vinculado até a outra visão, uma visão mais de prestação de serviços pro governo. O que nós estamos fazendo na verdade é a função que o governo deveria fazer. Ele não podendo fazer e o governo federal cobrando ações que hoje são direitos dos cidadãos, que são direitos da assistência social, já passa a ser uma obrigação do governo, como ela não pode, e não têm condições de prover, ele recorre, para a iniciativa privada e para as ONGs para atender aquilo que ele tem obrigação de fazer e prestar contas. Então não é bem um apoio espontâneo, mas sim um cumprimento de metas para com o governo federal (D3).*

*Os projetos, tudo tem que ser especificado, e você vai apresentar as notas fiscais de tudo aquilo lá. Então, a prefeitura passa o dinheiro pra [...] projetos nossos. Então todo mês vai pra eles, eles fiscalizam (D1).*

Vale destacar ainda, o fato de que o próprio gestor da ONG demonstra clareza política quanto ao papel da associação num contexto de reconhecimento de que os poderes públicos não estão cumprindo efetivamente com a tarefa de criação de condições objetivas para atendimento de direitos da população como um todo, como também, de que neste contexto, a ONG deixa de realizar ações meramente espontâneas para passar a ser parte efetiva de metas estipuladas pelo governo federal, o qual, no nosso entendimento, encontra-se cumprindo, na verdade, obrigações decorrentes de políticas públicas de assistência social devidamente aprovadas pelo Congresso Nacional. Ou seja, encontra-se cumprindo políticas de

Estado para além de ações meramente assistencialistas ou pontuais definidas pelo governo federal.

Entretanto, esta “dependência” de recursos para com a PMU é considerada “desconfortável” para a ONG, devido ao fato de constituir-se uma relação econômica “vulnerável” derivada de certa “dependência” econômica instituída com praticamente um único “parceiro”. Situação esta motivada, em grande parte pela conjuntura, ao parecer, provocada em certa medida pelas ações econômicas e sociais implementadas pelo governo federal nos últimos anos.

*O parceiro principal que nós temos hoje é a prefeitura municipal de Uberlândia, o que nos deixa em uma situação muito vulnerável, pois quando você está muito dependente de um único parceiro, e esse parceiro não tem dinheiro, você também passa a ter dificuldade, que é o que está acontecendo hoje. Isso tem nos causado um problema muito grande. A gente tem buscado através de projetos, fonte de recursos, porém ainda são poucos, pela seguinte razão, os grandes financiadores internacionais foram embora do Brasil, isso foi até natural. Com o advento e a ascensão das classes mais pobres pra outro patamar, os financiadores saíram daqui e foram pra África e alguns países do Leste Europeu. Então diminuem muitos os recursos disponíveis para projetos. Isso passou conosco também e nós acabamos sofrendo. Por outro lado, nós tínhamos recursos do Governo Federal através das Emendas Parlamentares, que vinham por meio do Deputado Federal. Quando ele se transformou em prefeito nós perdemos as verbas federais e não ganhamos as verbais municipais (D3).*

Destaca-se aqui, portanto, o reconhecimento da ONG Ação Moradia de que ao longo dos anos houve no entorno da associação, uma superação objetiva de condições promotoras de pobreza e vulnerabilidade social, resultantes de medidas governamentais que implicaram, inclusive, na ascensão de parte das camadas populares para outra classe social. Situação esta que já implicou, dentre outros, o afastamento de entidades internacionais financiadoras de projetos em direção a outros países com piores condições sociais. Mas que, em essência e ainda que com conjunturas diferentes, continua a provocar uma dificuldade permanente vivenciada pela ONG, qual seja aquela relacionada com a crônica falta de recursos financeiros para continuar a desenvolver seus projetos e atividades. “A dificuldade daquela época é a mesma que encontramos hoje, e se chama captação de recursos. Captar recursos para a manutenção dos projetos é muito difícil” (D4).

Por outro lado, além das verbas advindas do poder público, a ONG Ação Moradia conta com recursos próprios vindos das suas unidades produtivas e da festa junina que a Ação Moradia organiza anualmente.

*Recursos próprios, que lucramos com as vendas de tijolos, pra casas de alto padrão, fortemente calcadas em construções em Belo Horizonte, e também o evento próprio que é a festa junina, que acontece no meio de junho, que acaba nos gerando um recurso interessante, um recurso bom, para pagar as despesas que não são cobertas pelas subvenções da prefeitura (D4).*

A instituição também procura “captar” recursos por meio da elaboração de projetos destinados ao atendimento de editais publicados, tanto por instituições privadas quanto pelo poder público. Entretanto, conseguir esse tipo de recursos é considerado complicado e burocrático, além de exigir competência técnica para a sua realização.

*Fazer projetos é complicado, primeiro porque você tem que ser uma pessoa que saiba fazer projetos, então você paga a pessoa pra fazer projeto. Por exemplo, esse projeto da lei de incentivo a cultura nós pagamos uma pessoa pra fazer, porque primeiro quando é uma lei de incentivo a cultura tem que ser alguém do ramo pra fazer, que tenha vivência daquilo lá, a pessoa tem que ser do meio, você tem que ser alguém que possa assinar o projeto. E as vezes acontece igual quando nós pagamos alguém para fazer o projeto, mas o dinheiro não veio, e o dinheiro sai de onde? Da festa (D1).*

Além disso, os gestores afirmam que as suas ações constituem um “mercado” que além do mais é “muito concorrido”, pois instituições com objetivos semelhantes também disputam os editais publicizados, sendo que poucas conseguem ter acesso, “é uma disputa sim de mercado, pois nós temos um produto que se chama projeto e o capital é a pessoa humana. Então outras instituições fazem a mesma coisa” (D4).

Especificamente no que diz respeito ao ano de 2015, um dos gestores da ONG Ação Moradia pontua que foi um ano “difícil” para o Terceiro Setor devido à crise econômica daquele momento. Segundo ele, ocorreram cortes nos recursos financeiros, além destes serem repassados de forma atrasada para a instituição. “Mas de forma geral, acho que todas as instituições estão passando por uma situação um pouco difícil no Brasil em termos de recursos” (D3).

Diante desta conjuntura, vários transtornos ocorreram à medida que a ONG também teve que atrasar o pagamento de algumas obrigações financeiras, principalmente aquelas relacionadas com seu quadro de pessoal, o que provocou a saída de vários funcionários da instituição por causa do atraso nos salários. “Para manter os profissionais sempre foi um desafio. Sempre foi difícil ter recursos para pagar com justiça esse trabalho” (D4).

Como pode ser observado, as relações trabalhistas no Terceiro Setor parecem constituir de certa forma um empecilho, considerando que existe a visão comum de que o



trabalho das ONGs é ou deveria ser voluntário, coisa que na realidade não acontece na sua totalidade.

A partir do momento em que a Pastoral da Moradia foi transformada numa ONG e esta ampliou e profissionalizou suas atividades, viu progressivamente fragilizar o trabalho realizado com uma base no voluntariado, sendo obrigada a implementar uma política de contratação de funcionários em regime de CLT ou por profissionais autônomos prestadores de serviços, ficando o trabalho voluntário para ações pontuais.

*É importante em dois aspectos, primeiro o voluntário começa a entender os problemas que se passam na comunidade, que não é bem como a mídia mostra. Por outro lado o trabalho do voluntário contribui, mas ele não pode ser lastreado totalmente no voluntariado. Você não pode ter um projeto que trabalha com crianças só com voluntário. O voluntário tem as suas atribuições, amanhã ele arruma um emprego e acabou o seu voluntário. E o projeto? O que nós vemos? É importante o voluntário sim, mas dando apoio a uma ou duas pessoas que são fixas, contratadas pela instituição, pagos como profissionais para que o projeto avance. Isso nós aprendemos com o passar do tempo (D3).*

*Ter voluntário permanente é outra dificuldade, porque o voluntário faz ações pontuais. Eu fui descobrindo com o passar dos anos que é muito bom ter voluntários, mas para ações pontuais. Para o desenvolvimento de uma ONG jamais pode se fincar suas ações em cima de voluntariado. Porque o voluntariado tem outros compromissos, por isso a palavra já diz: Voluntário. E pra você ter uma ação continuada de transformação e de melhorias você precisa de profissionais qualificados para o desenvolvimento, e os voluntários entram mais com o coração. Por isso fomos percebendo com o decorrer dos anos que a gente tinha que contratar profissionais (D4).*

Com a finalidade de mapear quantitativamente este movimento tomando como base os relatórios anuais da entidade foi criado, nesta pesquisa, uma tabela contendo o número de pessoas voluntárias e de funcionários efetivos da ONG Ação Moradia no período 2002-2014, em que foram publicados tais relatórios.

Tabela 17 - Número de voluntários e funcionários da ONG Ação Moradia no período de 2002-2014.

Ano	Número de Voluntários	Numero de Funcionários
2002	30	-
2003	40	-
2004	40	-
2005	2	6
2006	100	30
2007	-	-
2008	-	-
2009	66	42
2010	66	42
2011	55	46
2012	55	45
2013	-	-
2014	48	26
Média	50,2	33,8

Fonte: Dados cedidos pela ONG Ação Moradia.

Retirando do cálculo estatístico os anos em que não foi possível identificar o número de voluntários e/ou de trabalhadores efetivos, verifica-se uma média anual de 50,20 voluntários e de 33,86 funcionários a partir do ano de 2005, ano em que começaram as contratações na ONG, além de destacar que, tal como afirmado pelos gestores inquiridos, por causa da crise econômica e a falta de recursos entre 2013 e 2014, 19 funcionários foram dispensados equivalente a 47,22% do total de trabalhadores contratados em 2013.

Apesar da situação econômica, o voluntariado no Terceiro Setor é considerado de fundamental importância para alguns dos gestores à medida que a ONG não consegue pagar o número de funcionários que necessitaria para realizar as suas funções. *“Eu penso que precisava vir mais gente pra ONG, mais voluntários pra ONG [...] nós precisamos do apoio de voluntários, porque o Terceiro Setor não tem como pagar tanto funcionário, tanta gente”* (D1).

Entretanto, também é reconhecido que a falta de voluntários e a contratação de funcionários terminam desfigurando o termo e a função de uma ONG, que na prática aproximam essas instituições das empresas privadas, *“agora a gente acaba virando empresa quando não deveria ser empresa”* (D1) já que, dentre outros aspectos, o trabalho voluntário encontra-se relacionado objetivamente à prática da filantropia, do assistencialismo e de ajuda ao próximo (caridade).

*Então as pessoas precisam se disponibilizar mais, ter esse olhar de solidariedade, de fraternidade, que é o que um cristão que se diz cristão*

*deveria entender. Não só como empresa, mas como ser humano [...]Então assim, é algo que eu fico pensando. Meu Deus, se cada um desse com trabalho, com dinheiro, um tanto que for já estava muito bom (D1).*

*Ninguém faz trabalho em ONG se não amar a causa. Ele não dá conta, porque é um trabalho que vai muito além das exigências de mercado. Ela meche realmente com o coração, com a sensibilidade (D4).*

Quando analisadas e comparadas estas questões com a reflexão teórica apresentada no capítulo 2 no que diz respeito, especificamente, à natureza filantrópica e assistencial do Terceiro Setor, é possível afirmar que as dificuldades econômicas e trabalhistas vivenciadas pela ONG Ação Moradia são o resultado, no nosso entendimento, de uma realidade em que apesar do reconhecimento de que as políticas sociais do nosso país vêm contribuindo com a superação da pobreza e a conquista de direitos por parte das camadas populares. Tais políticas continuaram a se desenvolver por meio de esquemas de trabalho precarizados e insuficientemente valorizados em termos econômicos pelo poder público no contexto da sociedade capitalista. Isto considerando que por parte da ONG Ação Moradia exista ainda o reconhecimento de que as suas atividades deveriam, em tese, continuar a serem realizadas com base nos princípios da filantropia e do assistencialismo baseado, essencialmente, na lógica de um trabalho voluntário que está se tornando, na prática, difícil de ser operacionalizado.

#### **4.7 Contribuições da ONG na visão de usuários e ex-usuários**

Quando questionamos os sujeitos da pesquisa a respeito do objetivo da ONG Ação Moradia, bem como qual teria sido o impacto desta instituição para a população em geral, foi encontrado um conjunto de respostas equivalentes relacionadas com as seguintes questões.

Em relação ao papel da ONG, afirma-se em termos gerais entre os sujeitos entrevistados que esta contribui efetivamente para ajudar as famílias e às pessoas, em termos financeiros, sociais, emocionais e, inclusive, de natureza ética.

*Ajudar as pessoas, transmitir conhecimentos, porque tem muita gente que não tem condição e a ONG Ação Moradia abre a porta pra poder fazer curso (A1).*

*Muito bom, porque ajuda muito né? Porque as condições financeiras que eu creio que a maioria dos que está aqui é porque não pode pagar nenhum curso, porque eu, por exemplo, se eu pudesse pagar algum curso eu teria*

*feito bem antes. Então é muito bom, muito bom mesmo. Ajuda muito, porque tem muitas pessoas jovens que fazem manicure, cabeleireiro, muitos jovens participando, que as vezes queriam fazer antes e não tinham condições (A2).*

*Melhorar um pouquinho a vida delas em casa [...] Pra mim é essa a finalidade. É fazer com que elas consiga 'ter' uma renda extra (A4).*

*Então eu acho que o objetivo deles seja atender as famílias, as pessoas carentes, sabe? Ajudar dando uma ocupação, ajudar dando uma formação. Eu acho que ajuda a construir um futuro melhor (B1).*

*Porque o que diferencia a ONG Ação Moradia das outras instituição, que eu assim, gosto muito, é porque ela trabalha com a família toda (C4).*

Em relação às possíveis contribuições da ONG para a vida pessoal e profissional, os sujeitos inquiridos afirmam que este espaço foi importante à medida que contribuiu pela convivência para a superação de dificuldades financeiras, familiares e, inclusive, de natureza emocional.

Financeira, pelo fato de que a ONG dispõe de unidades produtivas e de um processo de contratação de funcionários que, de alguma forma, contribui para a obtenção de recursos úteis para o sustento familiar, o qual também auxilia no estabelecimento de um “sentimento de independência” feminina em relação à vida familiar junto aos maridos. Isto, reconhecendo que no contexto das classes populares existe ainda a ideia e a prática arraigada de que o papel do homem é sustentar a família, devendo ficar a mulher dentro de casa.

*Acho que de primeira assim, meio que... Independência um pouco, porque antes eu dependia totalmente da minha mãe, agora eu não dependo da minha mãe. É eu que compro tudo que eu preciso, cesta básica eu ponho dentro de casa, ajudo na alimentação, as minhas coisas sou eu que compro, tudo da minha filha quem compra é eu, tanto fruta, verdura, a parte da feira quem faz é eu, tanto da minha filha, é...e tudo que eu posso ajudar dentro de casa eu ajudo, que se minha mãe me pede dinheiro eu dou pra ela, se ela pede dinheiro eu ajudo, então eu acho que me deu independência, um pouco (C4).*

*Ah eu pelo menos saí de dentro de casa né? Porque eu ficava só dentro de casa, cuidando de casa. Não tinha muito o que fazer, as vezes 'ce' ficava naquela rotina. Ficava fazendo coisinha de casa, vendo televisão, (...) aí eu saí, 'ah vou fazer um curso', meu marido falou assim: 'na ONG?' Eu disse 'Lá na ONG'. Aí eu fiz o curso e estava de boa, aí quando eu comecei a trabalhar na cozinha. Aí eu disse, 'Ah me contrataram para ficar na cozinha'. No começo ele ficou emburrado, mas eu saía cedo e deixava as coisas organizadas. Aí já tinha a vantagem de eu deixar minha menina aqui também. Porque eu fazendo o curso ela poderia fazer as atividades aqui na ONG também. Ela ficava só na rua. Assim eu podia fazer as coisas que eu*

*estava a fim de fazer, e ela fazendo atividades. Aí vim, fiz o curso, achei bom. Como se diz, eu tive mais conhecimento, conheci mais histórias, conheci mais pessoas, não fiquei só naquele mundinho dentro de casa. Aí comecei a sair mais tarde por causa dos pães, e ficou me atrasando. Chegava em casa e meu marido estava emburrado. Aí na hora que eu recebia, fazia as minhas coisas, pagava as minhas contas, e não ficava pedindo dinheiro pra ele, acaba as coisas de dentro de casa eu pegava meu dinheirinho ia lá e comprava as coisas que precisava. Eu acho que ele foi observando aquilo e parou de reclamar (A5).*

*Ah sim, me ajudou bastante, igual, tinha certas coisas que eu aprendi muitas coisas lá assim, na vida, por exemplo, igual mexer no computador. Na maneira assim, porque eu era muito nervosa na época e tinha palestras com psicólogo e tal e me ajudava bastante. E eu acho que até hoje se eu voltasse pra lá ia fazer uma boa diferença na minha vida, porque me ajudou bastante, tanto que na época eu consegui comprar também, ajudei meu marido a comprar geladeira, guarda roupa (B2).*

No que diz respeito às questões familiares, nos depoimentos acima pode ser verificado que à medida em que as mulheres participantes da ONG conquistam independência financeira, as relações familiares tendem a se alterar ao provocar mudanças de comportamento dos filhos e dos maridos, que de alguma forma passaram a aceitar que suas companheiras pudessem trabalhar e contribuir com o “sustento” da casa. Isto, apesar de reconhecer que, de acordo com os depoimentos, parece ser pouco comum a participação de homens-maridos nas atividades da ONG sob o argumento de que devem trabalhar para sustentar a casa.

*Criança feliz eles ficou bastante, quando eu fazia trabalho voluntário. Que eles eram pequenininho, aí depois foi crescendo e foi para o formação infantil [...] Tem um que trabalha e faz curso da música nas quarta feira. Ele trabalha na fábrica [...] Eu acho, maravilhoso (C2).*

*E a minha família, praticamente quase todos passaram por aqui. É já teve a minha cunhada que trabalhou aqui, minha prima já trabalhou aqui, meu sobrinho já trabalhou aqui, minha filha já fez curso aqui. Então praticamente toda a minha família já passou por aqui. Meu esposo e minha filha não frequentam a instituição porque eles tem uma outra vida lá fora, mas sempre em todos os eventos, em tudo que eu faço aqui eles estão comigo, a minha família praticamente toda já frequentou a instituição, então se eu falar assim: ‘a minha família nunca veio aqui’, vou estar mentindo. Sempre teve aqui (B5).*

Em relação às questões emocionais, entrevistados inquiridos afirmam a importância da ONG no sentido de que esta possibilitou a saída de casa para estudar, trabalhar, conviver e fazer amizades com outras pessoas que, inclusive, apresentam histórias de vida com

dificuldades e problemas semelhantes. E, com isso, adquirir conhecimento, ampliar a visão de mundo tornando-se mais independentes, bem como superar problemas emocionais como a depressão, dentre outros aspectos, com destaque à importância destas questões para pessoas aposentadas, as quais parecem dispor de poucas possibilidades na vida cotidiana para aproveitar positivamente seu tempo disponível.

*A Unidade Produtiva a gente achava muito bom porque ali a gente fez muita amizade (C5).*

*[...] aí você vai conhecendo outras pessoas, vê que tem outras pessoas que tem mais problema do que você, você não fica só, você vê que têm outros que tem problemas, e você se pergunta, 'quem sou eu para reclamar?', tem tanto pessoa com tanta dificuldade (A5).*

*E mesmo as senhoras também, aqui na pedraria tem muitas senhoras com problemas, como eu, de depressão. Que vivia naquela opressão, aquela depressão horrível, que estava doente, que ajuda muito, que além de ajudar no trabalho, ajuda psicologicamente também (A2).*

*Ah foi ótima, foi muito 'bão'. Me ajudou muito e ainda continua me ajudando. Porque eu tive até depre (pausa), depressão e tudo. Então a ONG me ajudou e muito (C3).*

*Na minha vida pessoal, eu tava saindo de uma recuperação, e tava me sentindo muito só, eu tava com medo, eu só dormia, eu tava muito, como é que fala quando só quer dormir? Estressada. Eu estava com começo de stress. Aí quando eu vi aquele papelzinho pra mim foi uma luz. Eu falei: Vou misturar no meio das mulheres lá, a gente bate papo, troca ideia, e vim confiante, e foi bom porque aqui você encontra papo para todas as idades, pra todos os tamanhos e você sai do stress mesmo. E eu, nossa! O tanto que a minha melhora foi 100%, e eu dou muito, sou muito agradecida, porque eu tenho a impressão, que foi aqui que eu consegui essa recuperação, ninguém acredita que eu ia me recuperar tão bem. E eu vim pra cá bem abatidinha. Mas aí fui conversando com uma, conversando com outra, meio caladinha, mas aí fui entrosando, entrosando. Foi muito bom, pra mim foi a recuperação da minha saúde mesmo (A4).*

*É tanta coisa, mas quando a gente vai formular, falar não tem palavras. A questão da música sabe? De poder fazer amigos, conhecer gente interessante. Nossa conhecer gente interessante, participar de vários eventos, entendeu? Sair do bairro, e estar em vários lugares, lugares que eu nunca imaginei em estar, eu estive através da ONG, viajar né? E nossa! Conhecer meus melhores amigos. Então...Nossa é tanta coisa (B3).*

Parte dos entrevistados inquiridos associaram as contribuições da ONG a questões de natureza ética fomentadas pela educação proporcionada, as quais, para além da formação

familiar recebida, possibilitaram a aquisição de valores e de uma visão de futuro capaz de contribuir, inclusive, com a elevação da sua própria autoestima, como pessoas capazes de intervir e de transformar o seu próprio mundo por meio da educação.

*Bom, então, eu já tive desde criança uma formação muito boa né? Dentro de casa. Então eu tinha a noção de futuro e tudo mais. Mas quando eu fui pra ONG eu aprendi muita coisa, tipo aprender com os outros, essas coisas de problemas, porque as vezes a gente acha que tem muitos problemas, mas a gente ajuda bastante [...] E também contribuiu muito para a questão da educação sabe? Porque dentro da ONG eu entendi que eu poderia ter um futuro né? Além aqui da comunidade, mesmo eu sabendo de toda essa questão a ONG me colocou dentro, por exemplo, a ONG me colocou dentro da UFU, falou pra mim que eu podia estar lá um dia, que eu podia fazer faculdade, entendeu? E é isso, falou que eu, tipo abriu meus olhos que eu podia florescer onde eu estava plantada. Então acho que é isso (B3).*

*Foi a questão dos valores, porque lá eles ensinam muito a respeitar o espaço do outro, a você lidar com o outro, ensinam muito essa questão da transparência, dos seus valores mesmo. E esses são valores que eu peguei pra minha vida e que são importantes e que cabem em qualquer lugar. E que como profissional é importante. Então o que eu peguei de mais importante mesmo foi a questão dos valores, porque são coisas que ficam com a gente (B1).*

#### **4.8 Possibilidades futuras tanto pessoais quanto da ONG**

Ao serem inquiridos sobre o que se almeja para o futuro pessoal quanto da própria ONG Ação Moradia tivemos repostas variadas. Em relação ao futuro pessoal, foi interessante perceber aqui, que durante este momento das entrevistas, houve nitidamente mudanças no tom de voz entre os sujeitos pesquisados associados a um sentimento expresso de ânimo, motivação e inclusive de esperança para com o futuro à medida em que se explicitavam de alguma maneira expectativas e sonhos transformados em objetivos de vida.

Por outro lado, vale ressaltar aqui que as respostas encontradas também refletiram o momento, a posição e o local de intervenção vivenciado pelos sujeitos da pesquisa em relação à ONG. Aquelas pessoas que estavam fazendo algum curso tiveram respostas relacionadas com o futuro profissional e financeiro, tais como “*pretendo abrir um salão [...] Meu foco mesmo é cabeleireiro, eu amo mesmo é mexer com cabelo*” (A1).

*Espero assim, no futuro complementar a minha renda em casa, com esse curso. Que está sendo muito bom o curso, e pretendo fazer outros cursos como de bordado e de crochê, também eu pretendo fazer, quero fazer também. Porque eu sei que vai ser muito bom pra mim, vai ajudar muito na*

*minha renda. Eu pretendo fazer o curso de bordado que pra mim será muito importante, e que tem também aqui nessa ONG. E eu pretendo fazer o curso de bordado que eu acho muito bonito. O de crochê que eu já estou fazendo e estou gostando. E assim por diante, mas outros cursos, porque tem muitos outros cursos (A2).*

As usuárias que se tornaram funcionárias almejam melhorias nos salários, mudanças nas suas funções e até mesmo um futuro acadêmico. Por exemplo, diante do trabalho realizado com crianças C5 vislumbrou o seu futuro relacionado com a formação superior: “*Ah eu penso para o meu futuro fazer pedagogia, ser uma pedagoga*” (C5), dentre outros depoimentos, conforme este a seguir.

*Eu pretendo continuar meus estudos e entrar em uma faculdade, até vou começar já o ano que vem, só não comecei por causa da minha filha, ela ainda é muito pequenininha [...] mas ano que vem quero voltar pros meus estudos, aí vou continuar, terminando, e mas eu quero fazer faculdade [...] Eu pensei muito em, eu gosto muito... eu pensei em pedagogia (C4).*

Ex-usuárias também fazem alusão à vontade de continuar a estudar no ensino superior, ou mesmo na própria ONG, tendo como base parte da experiência vivida nessa instituição e a necessidade de não ficar “*sem fazer nada*”.

*Então, eu estou estudando para o ENEM, eu vou passar, eu quero fazer psicologia e me especializar na área de empresas, que é o que eu amo. E é isso, futuramente queria fazer parceria com uma ONG, eu acho esse trabalho muito bom mesmo, principalmente psicologia, ajudar os jovens, eu acho que é uma coisa muito legal, muito importante mesmo [...] além de me especializar na área empresarial eu quero também escrever um livro. Trabalhar com jovens mesmo, com adolescente, com criança, porque eu acredito que se eles tiverem consciência de si, do outro eles irão ser melhores. E sem dúvida a ONG faz isso com a gente [...] Em relação ao (Re) Ação foi muito importante porque a gente passou a entender que aquilo (UFU) era pra gente. Porque a gente sabia assim mais ou menos, mas era aquela coisa superficial. ‘Ai é pra gente? Aham’ Não tinha aquela verdade assim, e com isso a gente entendeu mesmo que era possível a gente estar lá (B1).*

*Porque até então a gente via, sabia que tinha a universidade, a gente queria fazer, mas não sabia como funcionava. Até que a gente conheceu o Reação e a gente pode entrar dentro da universidade, aprender. Nossa! Olha como é que é! Sabia como era por fora. Mas a gente entrou lá dentro, conheceu as salas, a gente viu professores, viu alunos, conheceu aquele mundo lá. O tanto que é legal, e é aberto. Nossa! Foi super importante o Reação (B3).*

*[...] eu pretendo ir lá esse ano fazer uns cursos lá. Clareia mais a mente da pessoa, porque ficar sem fazer nada é muito ruim. É é mais perto pra mim*



*estar fazendo alguma coisa [...]pensei em manicure e pedraria, bordar chinelo. Quero fazer alguma coisa pra ocupar minha cabeça (B2).*

Por outro lado, existe uma preocupação dos ex-usuários e gestores relacionada com o futuro da ONG, bem como, com o futuro daqueles que dirigem a instituição.

*A ONG Ação Moradia hoje é, a gente tem uma preocupação muito grande, que é tipo se a gente perder os [Gestores], o que a gente vai fazer? Como vai ser a instituição se isso chegar a acontecer, porque eu acho que o suporte maior são eles, mas A ONG Ação Moradia tem uma direção, tem o seu conselho, tem várias pessoas que está envolvida né? Eu acredito que a instituição não deixaria de existir só por falta deles, eu acredito que não, mas eles hoje ajudam muito a instituição, a gente fala que a gente não consegue ver eles fora da instituição, sempre tem eles dois trabalhando, mas tem a diretoria da instituição. Tem a diretoria, tem a nossa presidente, tem o conselho, tem o conselho gestor, então assim, tem várias pessoas ligadas com a instituição (B5).*

*Então o que a gente está sempre analisando, é que um dia se os (gestores) saírem dali eu não sei como realmente vai ser pra manter, pra dar continuidade naquele tamanho de atividade que é. As pessoas vão ficando mais velhas, vão envelhecendo e a dificuldade está sendo de ter sangue novo pra como a gente fala, pegar no chifre do boi. Todo mundo pega porque sabe que eles estão lá. Mas o dia que acontecer alguma coisa que eles não puderem estar a frente vai ser um problema (D2).*

Além disso, alguns sujeitos inquiridos afirmam que o futuro da ONG será a continuidade do seu crescimento e, principalmente, para os gestores o porvir da ONG está na conquista da estabilidade financeira e da apropriação da associação por parte da comunidade de tal forma que “assuma” a sua própria personalidade.

*“Eu acredito que o futuro da ONG Ação Moradia é crescer, tem tudo pra crescer” (B5).*

*Primeiro, ter uma certa estabilidade financeira, apesar de prever que 2016 será um pouco difícil, não ter tanto sufoco como foi esse ano. Ter uma equipe de profissionais um pouquinho maior, e oferecer para essa equipe mais possibilidades de capacitação [...] A gente entende que oferecendo a capacitação para os profissionais ela retorna pra ONG [...]*

*Bem como, que a comunidade se aproprie da ONG, assuma as atividades do centro de formação, se aproprie, se apodere da ONG Ação Moradia. Porque a ONG Ação Moradia hoje tem uma certa cara, de quem fundou, de alguns agentes. E a cada dia ela está perdendo essa cara, e ela tem que ter a cara da comunidade. Ela ainda tem a cara dos fundadores, passando a ter a cara dos funcionários, mas ela precisa ter a cara da comunidade. Parte disso a gente já conquistou, pois não é tão fácil você ter uma instituição como essa, e você não vê um vidro quebrado, você não vê o muro pichado. Aqui nós não*

*temos vigias. Eu acho que isso tem muito á ver, com o reconhecimento pela comunidade do que a gente está fazendo, acho que a comunidade reconhece o que nós estamos fazendo como uma coisa boa. E ao reconhecer, isso se espalha (D3).*

*Bom, no momento não tenho nada de muito grande que eu penso em termos de futuro. Eu acredito que é futuro para A ONG Ação Moradia, é essa moçada, essa criançada, vir um dia a fazer parte de uma diretoria. Porque essa diretoria está envelhecendo comigo, eu estou com 65 anos, e então daqui alguns anos como fica essa história? Então o meu olhar de futuro, é que a ONG não pode jamais morrer. É investir nessas crianças, para que eles possam amanhã, ser os primeiros a correr atrás de patrocinadores, de pessoas de boa vontade para manter os projetos. Então o meu olhar de futuro, é olhar nessas crianças, nesse juventude e ver que se hoje a instituição ajuda, colabora pra que eles possam ter oportunidades, qualidade de vida, futuro, que eles no amanhã dêem para os que vêm atrás deles um futuro melhor (D4).*

Vale ressaltar aqui, que tal como constatado ao longo desta pesquisa, os gestores demonstraram ter conhecimento e consciência de que a ONG Ação Moradia ainda não conquistou o futuro almejado pelo fato de não conseguir, dentre outros aspectos, acompanhar em caráter sistêmico e formal àqueles que saem da associação.

*Esse é um desejo que a gente não tem conseguido fazer, por ‘N’ problemas. Um deles é por causa da equipe que nós tivemos que reduzir pela falta de dinheiro. O acompanhamento que é feito é informal por meio da vivência. As pessoas acabam entrando na ONG, fazendo um curso, mas ela acaba não saindo definitivamente, ela acaba voltando para alguma coisa. Então de alguma forma nós temos um acompanhamento, mas ele não é um acompanhamento sistêmico, planejado e com periodicidade (D3).*

E ressalta que por falta desse tipo de acompanhamento a ONG fica impossibilitada de conhecer, inclusive, o impacto e a relevância dos seus projetos e programas comunitários. Com isso, o maior sonho em relação ao futuro, segundo os gestores, é que a ONG Ação Moradia seja não somente reconhecida pela comunidade, mas principalmente “apropriada” por ela mesma. Isto desde que, de acordo com B3, ex-usuária, a ONG não esqueça jamais da comunidade.

*A ONG só não pode esquecer do primeiro amor dela né? A essência dela, que é ouvir, cuidar das pessoas, da comunidade. Fazer com que a pessoa chegue onde ela almeja, mas, sempre lembrando dali, da contribuição. Porque acho que é isso que está acontecendo com a gente hoje né? A gente está alçando vôos mais ali a gente teve uma base. Então ela precisa entender a função dela aqui na comunidade, olhar mais para essas pessoas entendeu (B3).*

Nesse sentido, vale ressaltar neste momento, que boa parte dos funcionários contratados pela ONG tem sido moradores dos bairros ao entorno. Podemos então considerar que é possível sim vislumbrar aqui uma possibilidade concreta no sentido de que estes mesmos funcionários possam algum dia assumir a responsabilidade de dar continuidade aos trabalhos da ONG, caso esta continue a existir, dando a entidade social o formato da “apropriação” de alguma forma desejado pelos gestores e fundadores da associação. Isso considerando que durante as entrevistas com os usuários e ex-usuários, nenhum chegou a mencionar qualquer assunto relacionado com a perspectiva de apropriação futura do que poderia representar no nosso entendimento uma forma de “gestão popular” da associação, aspecto este que, em tese, poderia começar a ser debatido internamente com a finalidade de construir teórica e consistentemente qual seria o significado objetivo da almejada apropriação e quais seriam os alicerces e diretrizes filosóficas, éticas e educacionais que poderiam diferenciar no futuro as práticas e os projetos da atual gestão da ONG, para assim pensar uma nova gestão baseada, no princípio de uma educação e de uma gestão popular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos estudos e da pesquisa de campo realizados na presente investigação, procurou-se nestas considerações finais, responder em caráter de síntese, ao problema de pesquisa apresentado na introdução deste trabalho: quais são os limites e possibilidades e perspectivas históricas de atuação da ONG Ação Moradia na periferia de Uberlândia – MG?

Para responder a esta pergunta foi traçado o seguinte caminho: no primeiro capítulo procurou-se descrever e analisar teoricamente o sentido e significado de espaço urbano e a história das relações capitalistas que influenciaram na constituição das cidades, dentre elas, os municípios brasileiros e, mais especificamente, Uberlândia.

No segundo capítulo foi descrito e analisado o marco histórico e legal do Terceiro Setor, com foco no estudo das ONGs brasileiras.

No terceiro capítulo foi reconstituída a formação histórica do bairro Morumbi e os demais ligados ao entorno da ONG Ação Moradia.

Finalmente, no último capítulo procedeu-se a compilar, analisar e interpretar qualitativamente informações documentais e depoimentos verbais de gestores, funcionários, usuários e ex-usuários relacionados com a história da ONG Ação Moradia, bem como, da análise dos seus limites e possibilidades no seu contexto de atuação.

Com base na pesquisa realizada é possível então afirmar inicialmente que para responder à pergunta problematizadora formulada torna-se necessário compreender dialeticamente que a ONG Ação Moradia encontra-se historicamente condicionada e até, de alguma forma, determinada pelas condições econômicas e sociais decorrentes do contexto internacional e nacional.

Contexto este, também, condicionado historicamente pelo modo de produção capitalista, hoje globalizado, e suas relações supraestruturais com áreas como as políticas públicas de assistência social, de educação profissionalizante, de atendimento educacional a crianças e adolescentes, como também, pelos limites impostos pela concorrência existente entre a ONG e outras entidades públicas e privadas (do Terceiro Setor) quanto às possibilidades de financiamento nacional e internacional de projetos sociais.

Nesse sentido, tal como exposto nos capítulos 3 e 4, ficou evidente durante a realização desta pesquisa que os limites, as possibilidades e as perspectivas de futuro da ONG Ação Moradia, sempre estiveram e continuam a estar condicionadas pelas conjunturas locais, também influenciadas pelas conjunturas internacionais, as quais, de alguma forma contribuíram até o presente momento, para modificar, ampliar e até extinguir programas e

projetos comunitários da entidade. Situação esta influenciada pelos níveis de necessidades e de desenvolvimento econômico e social alcançados pela comunidade afetada ao longo dos anos, a qual conseguiu melhorias significativas, em parte motivadas pelas políticas sociais de âmbito federal (aspecto este reconhecido pelos próprios gestores da ONG), e mais especificamente municipal.

Nesse âmbito de atuação, foi possível perceber que a ONG Ação Moradia procurou, objetivamente, se engajar, tanto como entidade filantrópica receptora de recursos financeiros de políticas de subvenção, quanto como protagonista ou parceira de outras entidades públicas e privadas, incluindo aqui a própria prefeitura municipal, com a finalidade de contribuir, não mais ou somente como entidade filantrópica assistencialista, mas, como agente transformador incluído, de fato, nas políticas assistenciais e de geração de renda implementadas pelo Estado brasileiro nos últimos 12 anos para as camadas populares.

Isto, sem perder de vista que na qualidade de associação fundada nos alicerces de uma pastoral católica, sempre procurou e continua a defender os ideais da filantropia cristã e do assistencialismo na perspectiva da valorização do trabalho voluntário, apesar de reconhecer as dificuldades cada vez maiores para se colocar em prática este tipo de projeto social.

Em consonância com o acima descrito, vale ressaltar que os limites, possibilidades e perspectivas futuras da associação também foram e encontram-se, obviamente condicionados pelas características territoriais, econômicas, sociais e culturais dos bairros localizados no entorno da ONG.

Especificamente, em se tratando do principal bairro desse entorno, o Morumbi, foi relevante identificar e analisar geograficamente neste trabalho, parte da sua história, pautada por conflitos e interesses de mercado e com políticas de planejamento urbano fundamentadas ideologicamente em interesses econômicos imobiliários pouco ou nada relacionados com os interesses próprios da comunidade do bairro.

Dessa forma, vale lembrar aqui que ao resgatar o histórico do bairro foram identificados problemas relacionados com a construção de conjuntos habitacionais realizados em locais geograficamente e arquitetonicamente inapropriados para atender as necessidades dos seus moradores; a utilização de recursos públicos para a compra de materiais de construção de baixíssima qualidade, além da ausência de equipamentos públicos necessários para atender direitos fundamentais da comunidade nas esferas da educação, do esporte, da cultura e do lazer. Aspectos estes que contribuíram para orientar as ações, tanto da pastoral quanto da ONG em torno da moradia, cientes também de que além do bairro Morumbi, os

demaís do entorno foram constituídos em sua maioria a partir de ocupações “irregulares” de terra por segmentos populares orientados por movimentos de luta pela moradia.

Além de todas as contradições acima descritas, foi possível constatar que grande parte dos programas e projetos instituídos ao longo da história pela ONG não foram unicamente relacionados ao combate à fome, mas também, foram sendo incorporadas ações decorrentes da necessidade por parte da comunidade de enfrentar os desafios da violência urbana, do consumo de drogas e do tempo disponível para crianças, adolescente e aposentados, diante da falta objetiva de equipamentos urbanos suficientes para atender demandas da população por educação, saúde, lazer, entre outros.

Nesse sentido, vale destacar novamente, a importância da percepção e inserção da ONG Ação Moradia em editais, programas e projetos públicos relacionados com a busca de atendimento às contradições e dificuldades econômicas, sociais e culturais da comunidade do seu entorno, obrigando-se, de alguma maneira, a superar a lógica da filantropia e do assistencialismo para assumir um papel de protagonismo no processo de implementação das políticas sociais encampadas pelos governos municipais de cada época, em consonância e em especial, com as políticas sociais oriundas do governo federal, apesar de reconhecer, como profunda limitação, a dificuldade para captar recursos financeiros suficientes para atender integralmente as suas possibilidades de atuação.

Ainda em relação aos limites, possibilidades e perspectivas de futuro da ONG Ação Moradia, vale ressaltar que a pesquisa de campo possibilitou identificar, dentre outros aspectos, que por diversos motivos a instituição tem apresentado dificuldades objetivas para monitorar e estabelecer processos avaliativos relacionados com as suas ações, bem como, aquelas relacionadas com o necessário gerenciamento dos dados e informações compiladas, resultando disto uma visão ainda difusa sobre os reais impactos produzidos ao longo de sua história.

Nesse sentido, cabe destacar aqui, a importância e o reconhecimento de parte da comunidade em relação às moradias construídas com tecnologia própria (tijolo ecológico), bem como, os depoimentos dos usuários e ex-usuários entrevistados, para os quais a experiência vivida na ONG trouxe e continua a disponibilizar impactos positivos na vida das pessoas e suas respectivas famílias, à medida que esta possibilitou não somente ganhos financeiros resultantes do trabalho ofertado, tanto nas unidades de produção quanto pelos empregos criados no interior da entidade, mas também, possibilidades de construção de identidades singulares, principalmente femininas, dotadas de independência econômica e afetiva em relação aos maridos e os filhos, bem como se encontram emocionalmente mais

estáveis, em decorrência da convivência e das amizades constituídas entre pares dotadas de dificuldades e problemas cotidianos semelhantes.

Por outro lado, coloca-se também como um dos pontos limitadores das ações da ONG Ação Moradia, críticas relacionadas com a natureza filosófica das suas ações e suas possíveis implicações para o desenvolvimento social da comunidade.

O primeiro aspecto identificado na presente pesquisa relaciona-se com o fato de que, independentemente das suas intenções, ao apoiar filantropicamente políticas públicas que não são instituídas para atender em plenitude os direitos sociais da comunidade, a ONG Ação Moradia pode estar contribuindo, contraditoriamente, para desobrigar o poder público do atendimento efetivo de necessidades e demandas sociais da comunidade, como ainda, para desmobilizar politicamente à população afetada, por falta, dentre outros, de uma estratégia de formação política mais crítica da comunidade em relação aos limites e possibilidades do desenvolvimento social no contexto do capital. Crítica esta que pode ser estendida ao Terceiro Setor que atua nessas áreas como um todo, tal como refletido no capítulo 3 desta dissertação, na medida em que a pobreza tornou-se para grande parte deste segmento, em si, uma mercadoria.

O segundo aspecto refere-se à natureza filosófico-pedagógica dos cursos ministrados na ONG, os quais por estarem em grande medida ancorados no pressuposto de oferecer à comunidade cursos profissionalizantes em busca da promoção de uma pretendida autossustentação, podem não estar contribuindo, entre outros, para elevar intelectualmente à consciência das camadas populares em busca da compreensão de sua própria concepção de classe oprimida e das estratégias que esta classe poderia realizar para acessar os seus direitos no âmbito das lutas populares, mas também e inclusive, para alcançar aquilo que foi apresentado pelos gestores entrevistados como perspectiva de futuro para a própria ONG.

Trata-se, justamente do desejo de “apropriação” da entidade pela própria comunidade com a constituição de uma identidade própria, a qual além de não ter sido percebida ou apontada pelos usuários e ex-usuários entrevistados, pode tornar-se inviável caso a ONG não procure, por meios educacionais, incentivar esta proposta através da introdução de processos de formação politicamente necessária para que a comunidade reconheça, compreenda e seja capaz, no futuro de recriar a proposta da ONG, com perspectivas além do paternalismo, da filantropia e do assistencialismo caracterizados, entre outros, em práticas, tais como, aquela relacionada com a Economia Solidária, dentro da qual demonstramos que no interior da ONG existem profundas dificuldades em sua implementação prática.

Em resumo, para além da formação técnica-profissional torna-se necessário que a ONG Ação Moradia promova uma reflexão político-pedagógica de suas ações formativas, tendo em vista a necessidade de incluir nelas a formação para a emancipação política e humana da comunidade, nos termos apontados no segundo capítulo com base nas reflexões de Marx para que a comunidade possa num campo de efetiva liberdade e autonomia intelectual, buscar as suas próprias bases de sua sobrevivência, com dignidade e qualidade de vida.

Entretanto, vale mencionar aqui que, ao serem inquiridos os sujeitos da pesquisa em relação às possibilidades e perspectivas de futuro, foi possível perceber, principalmente entre usuários e ex-usuários, importantes reflexões relacionadas com o fato de que a ONG Ação Moradia já vem contribuindo neste contexto, ainda que contraditório, com a formação de mulheres que além de obterem consciência social estão procurando a emancipação econômica e política, à medida que passam a confrontar uma ideologia presente nas camadas populares relacionadas com a prática submissa da mulher no meio familiar e o machismo. Associando a isto, o desejo de aprender e de se graduar como intelectuais, inclusive, no âmbito do ensino superior. Visão esta que ainda esteja sendo considerada inacabada, pode e deve ser incentivada como possibilidade e perspectiva futura de contribuição da elevação da emancipação política e humana das mulheres e da comunidade como um todo afetada pela referida ONG.

Finalmente, vale ressaltar que não foi pretensão desta pesquisa esgotar a reflexão da problemática aqui proposta, pois compreendemos que a dinâmica social aqui descrita e analisada é e será sempre dinâmica e inacabada, e de que ainda existe muito para estudar e pesquisar sobre o Terceiro Setor no contexto da sociedade contemporânea.



## REFERÊNCIAS

- ALAYÓN, N. **Assistência e assistencialismo**: controle dos pobres ou erradicação da pobreza. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho? São Paulo. **Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho**. 14p. Nov/ 2008.
- BALL, S. J.; MAINARDES, J. **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
- CAMBA, S. V. **ONGs e escolas públicas**: uma relação em construção. São Paulo: Paulo Freire, 2009.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- COELHO, S. C. T. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Senac, 2004.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- CRUZ, A; GUERRA, J. da S. Educação Popular e Economia Solidária nas Incubadoras universitárias de Cooperativas Populares: práticas dialógicas mediadas pelo trabalho. In: HERBET, J. F. et. al. (Orgs.). **Participação e práticas educativas**: A construção coletiva do conhecimento. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2009, p. 1-13.
- DANTAS, S. M. Entre o real e o ideal: A cidade que se tem e a cidade que se quer Uberlândia (1990-1950). **História e Perspectiva**, Uberlândia, 2002, p. 193-214.
- DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 2002.
- FILHO, G. C. F. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: Traçando fronteiras conceituais. **Revista Bahia Análise de Dados**. Salvador. v. 12, n. 1, p. 9-19, junho 2002.
- FISCHER, R. M.; FALCONER, A. P. Desafios da parceria Governo- Terceiro Setor. **Revista de Administração**. São Paulo. v. 33, n.1, p. 12-19, jan./mar. 1998.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Educação e poder: Introdução à Pedagogia do Conflito**. São Paulo: Cortez, 1984.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argus, 2007.

GOHN, M. G. **Os Sem-Terra, ONGs e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação não-formal e cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HUDSON, M. **Administrando organizações do Terceiro Setor: O desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 1999.

LIMA, B. L. P.; COSTA, A. A. O espaço urbano: Perspectiva teórico-metodológica da análise espacial. Natal-RN. **Anais...** Seminário Nacional Governança Urbana e desenvolvimento Metropolitano, 2010.

LOBINO, M. G. F. **A Gestão democrática como ponto de partida na formação de Ecoeducadores**. 2010. 167 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Faculdade de Ciências Humanísticas e da Comunicação, Universidade Autónoma de Assunção, Assunção, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, J. A pesquisa qualitativa. In: Fazenda, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 49-58.

MARX, K. **Crítica à filosofia de direito de Hegel**. Tradução: Rubens Enderle e Leonardo de Deus, 1ª ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

MEIRA, J.C. **ONGs e Reforma do Estado no Brasil: Resignificação da cidadania ou esvaziamento político dos movimentos sociais?** 2009. 183 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOURA, G. G.; SOARES, B. R. A Periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Revista Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 10, n. 32, p. 22 – 40, 2009.

MOTA, H. M. **Evolução Urbana de Uberlândia: Uma cidade do Triângulo Mineiro de porte médio e em contínuo crescimento**. Campinas: X Anpur, 2003.

MUÑOZ PALAFOX, G.H. **Breves Considerações a Respeito do Materialismo Histórico-dialético**. Mimeo, 2013.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e Educação: fundamentos, limites e possibilidades da inclusão. p. 73-91. In: LIMA, A. B. ; SILVA, M. V. (Orgs.) **Escolas Democráticas: Estado, políticas e movimentos sociais**. Uberlândia: Lop's, 2008.

PEREIRA, T. D. **O Não Governamental em Questão**: estudo sobre o universo ABONG. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

REZENDE, P.S. (Org.). **Mapa da localização dos bairros Morumbi e Residencial Integração**. Prefeitura Municipal de Uberlândia, Uberlândia: Secretaria de Planejamento Urbano, 2015.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: Afinal, do que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RODRIGUÊS, H. Lutas e Experiências dos moradores do bairro Morumbi: um lugar para morar e a luta que se inicia. **Em extensão**. Uberlândia, v. 7, n. 2, p. 41 - 51, 2008.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metrópole Corporativa Fragmentada**: O Caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

\_\_\_\_\_. **Economia Espacial**: Críticas e Alternativas. Tradução Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SOARES, B. **Uberlândia**: da cidade jardim ao portal do cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOUZA, Â. R. A pesquisa em políticas educacionais: de que estamos tratando? **Revista Práxis Educativa**. Ponta Grossa, Paraná. v. 9, n. 2. p. 355-367, jul/2014.

SPÓSITO, M. E. **Capitalismo e Urbanização**: Núcleos urbanos na história, Revolução Industrial e Urbanização, A cidade Moderna: Para onde?. São Paulo: Contexto, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TONET, I. A propósito de “Glosas críticas”. In: MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano**. Tradução Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 80p.

VALADÃO JÚNIOR, V. M.; PIRES, L. R.; SOUZA, A. C. L. M. **Terceiro Setor**: um levantamento das atividades não lucrativas na cidade de Uberlândia- MG. IX Seminário de Iniciação Científica- Convênio FAPEMIG/UFU, 2005.

WELLEN, H. **Para a crítica da “Economia Solidária”**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

### **Endereços eletrônicos:**

ACÇÃO MORADIA. **Estatuto Social da ONG Ação Moradia**. Uberlândia: 2004. 7 p. Disponível em: <<http://acaomoradia.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/02/Estatuto.pdf>> Acesso em: 03 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto “Música e cidadania pela paz social”**. Disponível em: <<http://acaomoradia.org.br/musica-e-cidadania-pela-paz-social/>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

ARAÚJO SOBRINHO, F. L. **Evolução Urbana e moradia popular em Uberlândia/ MG: Estudo de caso do Santa Mônica II**. 1995. 131 f. Monografia Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1995. Disponível: <[http://www.geografiaememoria.ig.ufu.br/downloads/011\\_Fernando\\_Luiz\\_Araujo\\_Sobrinho.pdf](http://www.geografiaememoria.ig.ufu.br/downloads/011_Fernando_Luiz_Araujo_Sobrinho.pdf)> Acesso em: 12 mai. 2015.

BRASIL. **Censo Demográfico: 1980, 1991, 2004 e 2010, e Contagem da População 1996**. Disponível: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009: Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral e lixo coletado diretamente**. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/>. Acesso em: Mar/2015.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999: Microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/tabula3.shtm#a32>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Evolução População de Uberlândia**. Disponível: <[populacao.php?lang=&codmun=317020&search=%7Cuberlandia](http://populacao.php?lang=&codmun=317020&search=%7Cuberlandia)>. Acesso em: 11 mai. 2015.

CANUTO, A. F. A. **Espaço e Poder: Reflexos sobre o loteamento do bairro Morumbi-Uberlândia (MG)**. 2004. 85 f. Monografia Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S18093092014000200406&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S18093092014000200406&lng=pt&nrm=iso) .Acesso em: 07 set. 2014.

COUTINHO, J. **As ONGs: Origens e (des) caminhos**. Disponível em: <[www.pucsp.br/neils/downloads/v13\\_14\\_joana.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_joana.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2015.

FLECK, M.P.A. **O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): Características e perspectivas**. Ciência e Saúde Coletiva, Jan/2000. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000100004>> Acesso em: 20 jan. 2015.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**. Salvador, v. 12, n.1, p. 09-19, 2002. Disponível em: <https://intranet.dcc.ufba.br/pastas/ondadigital/backupAnexoSite/incluiSim/EconomiaSolidria-FronteirasConceituais.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

GOOGLE MAPS. **Localização da cidade de Uberlândia no mapa de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Minas+Gerais/@-18.5142058,-49.9498192,6z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0xa690a165324289:0x112170c9379de7b3>..> Acesso em: 03 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Extensão bairro Morumbi e Centro**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/dir/Uberl%C3%A2ndia,+MG/Morumbi,+Uberl%C3%A2ndia+-+MG/@-18.9072629,-48.2650086,11611m/data=!3m1!1e3!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x94a4450c10bbbaef:0xae370c93616d5c9c!2m2!1d-48.2753801!2d-18.9146078!1m5!1m1!1s0x94a44e702884d763:0x485db006c17ffb02!2m2!1d-48.1846686!2d-18.9182956!5i1>..> Acesso em: 03 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Território ocupado**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/dir/Uberl%C3%A2ndia,+MG/Morumbi,+Uberl%C3%A2ndia+-+MG/@-18.9124443,-48.1837491,1435m/data=!3m1!1e3!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x94a4450c10bbbaef:0xae370c93616d5c9c!2m2!1d-48.2753801!2d-18.9146078!1m5!1m1!1s0x94a44e702884d763:0x485db006c17ffb02!2m2!1d-48.1846686!2d-18.9182956!5i1>..> Acesso em: 03 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Localização presídio do Residencial Integração**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-18.9104361,-48.2085615,2902m/data=!3m1!1e3>..> Acesso em: 03 mai. 2015.

GOOGLE STREET VIEW. **Praça do bairro Residencial Integração**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-18.9088848,-48.2115441,3a,75y,34.39h,74.23t/data=!3m6!1e1!3m4!1s9Nycsf9JtofgI8wa5TfHw!2e0!7i13312!8i6656>..> Acesso em: 04 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Presídio Professor Jacy de Assis do bairro Residencial Integração**. Disponível em: [https://www.google.com.br/maps/@-18.9124726,-48.2071057,3a,75y,116h,90t/data=!3m7!1e1!3m5!1shkysWldwG9EK1PUZ\\_F2ahA!2e0!6s%2F%2Fgeo0.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DhkysWldwG9EK1PUZ\\_F2ahA%26output%3Dthumbnail%26cb\\_client%3Dsearch.TACTILE.gps%26thumb%3D2%26w%3D392%26h%3D106%26yaw%3D116.72526%26pitch%3D0!7i13312!8i6656>..](https://www.google.com.br/maps/@-18.9124726,-48.2071057,3a,75y,116h,90t/data=!3m7!1e1!3m5!1shkysWldwG9EK1PUZ_F2ahA!2e0!6s%2F%2Fgeo0.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DhkysWldwG9EK1PUZ_F2ahA%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dsearch.TACTILE.gps%26thumb%3D2%26w%3D392%26h%3D106%26yaw%3D116.72526%26pitch%3D0!7i13312!8i6656>..) Acesso em: 04 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Centro Sócio Educativo do bairro Residencial Integração**. Disponível em: [https://www.google.com.br/maps/@-18.914894,-48.2020666,3a,75y,24h,90t/data=!3m7!1e1!3m5!1s99diM7IgE8E-6WWe9C8X8Q!2e0!6s%2F%2Fgeo2.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3D99diM7IgE8E-6WWe9C8X8Q%26output%3Dthumbnail%26cb\\_client%3Dsearch.TACTILE.gps%26thumb%3D2%26w%3D392%26h%3D106%26yaw%3D24.785217%26pitch%3D0!7i13312!8i6656>..](https://www.google.com.br/maps/@-18.914894,-48.2020666,3a,75y,24h,90t/data=!3m7!1e1!3m5!1s99diM7IgE8E-6WWe9C8X8Q!2e0!6s%2F%2Fgeo2.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3D99diM7IgE8E-6WWe9C8X8Q%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dsearch.TACTILE.gps%26thumb%3D2%26w%3D392%26h%3D106%26yaw%3D24.785217%26pitch%3D0!7i13312!8i6656>..) Acesso em: 03 mai. 2015.

PRÓ BONO. **Manual do Terceiro Setor**. São Paulo. 2005. Disponível em: <<http://www.probono.org.br/arquivos/file/manualterceirosetor.pdf>>. Acesso em: ago. 2015.

RAMIRES, J.C.L.; SANTOS, M.A.F. **Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG**. Sociedade & Natureza, Abr/2009. Uberlândia. p. 131-145. Disponível: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9463/5754>> Acesso em: 05 jan. 2015.

UBERLÂNDIA. PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Portal Transparência**. Disponível em: <<http://webcontratos.uberlandia.mg.gov.br/webcontratos/f/n/conveniomunicipaiscon>>. Acesso em: 11 out. 2015.

UBERLÂNDIA REFRESCOS. **Projeto Coletivo Coca-cola**. Disponível em: <http://www.cocacolauberlandia.com.br/sistema-de-gestao/responsabilidade-socioambiental/coletivo-coca-cola/>. Acesso em: 10 abr. 2015.

## Notícias:

G1. PORTAL GLOBO. **Moradores cobram soluções para alagamentos em Uberlândia-MG**. 2012. Disponível: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/10/moradores-cobram-solucoes-para-alagamentos-em-uberlandia-mg.html>. Acesso em: 10 mai. 2015.

MACHADO, D. Governo de Minas amplia fica vivo para 13 bairros de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 28 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/governo-de-minas-amplia-fica-vivo-para-13-bairros-de-uberlandia>> Acesso em: 03 out. 2015.

FREITAS, C. Bairro Morumbi tem 7 pontos de alagamentos segundo a Defesa Civil. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 01 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/bairro-morumbi-tem-sete-pontos-de-alagamentos-segundo-defesa-civil/->>> Acesso em: 10 abr. 2015.

GOOGLE. **Notícias sobre bairro Morumbi no Google**. Disponível em: <[https://www.google.com.br/?gws\\_rd=ssl#q=bairro+morumbi+uberlandia->](https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=bairro+morumbi+uberlandia->)> Acesso em: 20 mai. 2015.

MIRANDA, I. Moradores do bairro Morumbi reivindicam construção de praças. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 02 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/moradores-bairro-morumbi-reivindicam-construcoes-de-pracas/>>> Acesso em: Mai/2015.

PREITE SOBRINHO, W. Lei da Terceirização é a maior derrota popular desde o golpe de 64. **Carta Capital**. São Paulo, 10 de Abr. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/lei-da-terceirizacao-e-a-maior-derrota-popular-desde-o-golpe-de-64-2867.html>> Acesso em: 04 nov. 2015.

SOUZA, C. 62 mais ricos do mundo têm mesma riqueza que metade da população. **Estadão**. 18 jan. 2016. Disponível em: <<http://m.economia.estadao.com.br/noticias/geral,62-mais-ricos-do-mundo-tem-mesma-riqueza-que-metade-da-populacao,10000007367#comentarios>> Acesso em: 01 fev. 2016.

UBERLÂNDIA. PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Naicas fazem matrículas de crianças e adolescentes**. 2012. Disponível em: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/noticia/3081/naicas\\_fazem\\_matricula\\_de\\_crianças\\_e\\_adolescentes.html](http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/noticia/3081/naicas_fazem_matricula_de_crianças_e_adolescentes.html)> Acesso em: 10 out. 2015.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE QUESTÕES PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM USUÁRIOS E FUNCIONÁRIOS DA ONG AÇÃO MORADIA

#### Procedimentos previstos:

1. Apresentação da pesquisadora e da pesquisa;
2. Leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e convite para participação na pesquisa, por meio da entrevista semiestruturada;
3. Dados gerais do sujeito da pesquisa;

#### Dados gerais do sujeito da pesquisa:

- |  |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"><li>1. Idade: _____</li><li>2. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Não declarado</li><li>3. Escolaridade: _____.</li><li>4. Naturalidade: _____.</li><li>5. Se não for de Uberlândia há quanto tempo está aqui?_____.</li></ol> |
|--|

#### Questões:

1. Qual bairro você mora?
2. Quando e como chegou ao bairro?
3. Há quanto tempo mora nele?
4. Qual é a sua ocupação profissional?
5. A sua moradia é própria, alugada, financiada ou de outro tipo?
6. Quantas pessoas moram na sua casa?
7. Quais são as principais dificuldades que você encontra e enfrenta no Bairro onde mora?
8. Como ficou sabendo da existência da ONG Ação Moradia?
9. De acordo com seu ponto de vista, qual é a finalidade e quais são os objetivos da ONG Ação Moradia?



10. Qual é a sua relação com a ONG, em especial como é sua relação com os funcionários e usuários da ONG em caso de esta existir?
11. Em quais cursos e/ou unidades produtivas, organizados pela ONG você participou ou participa?
12. Tem outros membros da sua família que, além de você, participam e/ou participaram de alguma atividade ou algum projeto da ONG? Quais são?
13. De acordo com seu ponto de vista, como atua a ONG na comunidade para contribuir com o seu desenvolvimento?
14. Em termos gerais, qual é a sua visão a respeito da ONG e suas atividades e quais são os seus principais desafios na atualidade junto à comunidade?
15. De acordo com seu ponto de vista, qual foi até agora a contribuição da ONG para sua vida pessoal e profissional, familiar e na comunidade em geral?
16. Além da ONG Ação Moradia você já participou ou participa de alguma instituição com características parecidas?
17. O que você daria como sugestão para a ONG?

## APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE QUESTÕES PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM FUNDADORES/GESTORES DA ONG AÇÃO MORADIA

### Procedimentos previstos:

1. Apresentação da pesquisadora e da pesquisa;
2. Leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e convite para participação na pesquisa, por meio da entrevista semiestruturada;
3. Dados gerais do sujeito da pesquisa;

### Dados gerais do sujeito da pesquisa:

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Não declarado
3. Cargo/Função: \_\_\_\_\_
4. Escolaridade: \_\_\_\_\_

1. Quem pensou a ideia inicial da ONG? Quais foram os motivos iniciais da sua criação?
2. Em que contexto surgiu essa ideia?
3. Como surgiu a ideia de fazer/contribuir com a comunidade do bairro Morumbi? Por quê?
4. Quem colocou em prática a ideia inicial? Quando foi?
5. Quais recursos financeiros ou materiais foram utilizados para conseguir colocar em prática o projeto?
6. Como esses recursos foram conseguidos e em que época?
7. Quais foram os procedimentos e leis jurídicas para institucionalizar o projeto?
8. Ao final desse processo quais foram os objetivos e as metas sociais definidas para desenvolver o projeto?
9. O que foi feito para alcançar tais objetivos e metas?
10. Quais os resultados/benefícios para a instituição e para a comunidade?
11. Quais dificuldades/oportunidades para alcançar tais objetivos e metas?
12. Existe documentação comprobatória?
13. Em média quantas pessoas frequentam a ONG anualmente?
14. Qual o perfil socioeconômico e cultural dessas pessoas?

15. A ONG acompanha as pessoas que saem da instituição? Se sim, de que maneira?
16. A ONG discute problemas do bairro? Se sim como faz isso?
17. Você viu mudanças no espaço ao redor da ONG desde que ela chegou ao bairro?
18. Quais são as parcerias que a ONG tem com outras instituições públicas e privadas?  
Como é essa relação?
19. Qual é a relação histórica da ONG junto ao governo municipal e até que ponto este tem contribuído desde a fundação da instituição, para melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram no Bairro?
20. De onde provêm os recursos da ONG?
21. Qual a avaliação desse momento atual da ONG?
22. O que mudou do início da ONG até os dias atuais? O que foi feito de mais marcante?
23. Quais as possibilidades futuras?

### **APÊNDICE 3 - ROTEIRO DE QUESTÕES PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM EX-USUÁRIOS DA ONG AÇÃO MORADIA**

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Não declarado
3. Escolaridade: \_\_\_\_\_
4. Naturalidade: \_\_\_\_\_
5. Se não for de Uberlândia há quanto tempo está aqui?)\_\_\_\_\_.
6. Bairro que mora:\_\_\_\_\_.

1. Qual bairro você mora?
2. Quando e como chegou ao bairro?
3. Há quanto tempo mora nele?
4. Qual é a sua ocupação profissional?
5. A sua moradia é própria, alugada, financiada ou de outro tipo?
6. Quantas pessoas moram na sua casa?
7. Quais são as principais dificuldades que você encontra e enfrenta no Bairro onde mora?
8. Como ficou sabendo da existência da ONG Ação Moradia?
9. De acordo com seu ponto de vista, qual é a finalidade e quais são os objetivos da ONG Ação Moradia?
10. Qual é a sua relação com a ONG nos dias atuais?
11. Em quais cursos e/ou unidades produtivas, organizados pela ONG você participou?  
Alguém da sua família participou ou participa da ONG?
12. De acordo com seu ponto de vista, como atua a ONG na comunidade para contribuir com o seu desenvolvimento?
13. Em termos gerais, qual é a sua visão a respeito da ONG e suas atividades e quais são os seus principais desafios na atualidade junto à comunidade?
14. De acordo com seu ponto de vista, qual foi até agora a contribuição da ONG para sua vida pessoal e profissional, familiar e na comunidade em geral?
15. Além da ONG Ação Moradia você já participou ou participa de alguma instituição com características parecidas?

## ANEXO 1 - PARECER FINAL DO PROJETO DE PESQUISA PELO CEP/UFU



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A ONG Ação Moradia e a Zona Leste do município de Uberlândia/MG: Os impactos do Terceiro Setor na Periferia.

**Pesquisador:** Milena Abadia de Sousa

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 37543514.4.0000.5152

**Instituição Proponente:** Faculdade de Educação - UFU

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 934.955

**Data da Relatoria:** 15/01/2015

#### Apresentação do Projeto:

Conforme apresenta o protocolo: A proposta de investigação do protocolo, vinculada ao mestrado em Educação/UFU, na linha de pesquisa "Estado, Política e Gestão em Educação", tem a temática escolhida a ONG (Organização não governamental) Ação Moradia, localizada na periferia do Município de Uberlândia, desde o ano de 1993.

#### Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos do protocolo foram adequadamente ajustados às pendências apresentadas, ocorrendo uma abordagem metodológica quantitativa coerente com a intenção do protocolo, principalmente com um rigor de inclusão dos participantes da pesquisa.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores:

Riscos: existem "apenas em relação à identificação dos sujeitos participantes da pesquisa". Mas, o respeito à Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde minimizará o problema.

Benefícios "deverão ser socializados com a comunidade, o que trará benefícios à medida que se tornarem parte do debate, da reflexão crítica e das ações necessárias para aprofundar o conhecimento do objeto de estudo desta pesquisa".

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

**Bairro:** Santa Mônica

**CEP:** 38.408-144

**UF:** MG

**Município:** UBERLÂNDIA

**Telefone:** (34)3239-4131

**Fax:** (34)3239-4335

**E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 934.955

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Estrategicamente, o protocolo adotará três tipos de pesquisa: teórico, documental e de campo. Define a unidade de análise vinculada ao terceiro setor, denominada ONG Ação Moradia, com a aplicação da técnica da entrevista semi estruturada para a coleta de dados no trabalho de campo. Apresenta o plano de recrutamento dos participantes da pesquisa, com os seus critérios de inclusão e exclusão vinculados aos objetivos da proposta investigativa. Estabelece a amostra em 20 participantes, sem distribuir entre os gestores, os usuários e ex-usuários e os moradores do bairro no qual a ONG Ação Moradia se fixa.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram apresentados.

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

As pendências apontadas no parecer 887.506 foram atendidas.

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Data para entrega de Relatório Final ao CEP/UFU: Setembro de 2015.

OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

O CEP/UFU lembra que:

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica  
**Bairro:** Santa Mônica **CEP:** 38.408-144  
**UF:** MG **Município:** UBERLÂNDIA  
**Telefone:** (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 934.955

- a- segundo a Resolução 466/12, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.
- b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
- c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Orientações ao pesquisador :

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12 ) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, item III.2.e).

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica  
**Bairro:** Santa Mônica **CEP:** 38.408-144  
**UF:** MG **Município:** UBERLÂNDIA  
**Telefone:** (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 934.955

UBERLÂNDIA, 19 de Janeiro de 2015

---

**Assinado por:**

**Sandra Terezinha de Farias Furtado**  
(Coordenador)

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica  
**Bairro:** Santa Mônica **CEP:** 38.408-144  
**UF:** MG **Município:** UBERLÂNDIA  
**Telefone:** (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br